



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JULIMARI APARECIDA BONVECHIO DE OLIVEIRA

ECONOMIA SOLIDÁRIA:
UMA ALTERNATIVA A RENDA PARA OS CATADORES DE
RESÍDUOS SÓLIDOS DE MARINGÁ

Londrina
2012

JULIMARI APARECIDA BONVECHIO DE OLIVEIRA

ECONOMIA SOLIDÁRIA:
UMA ALTERNATIVA A RENDA PARA OS CATADORES DE
RESÍDUOS SÓLIDOS DE MARINGÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado), da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Luis Miguel L. dos Santos

Londrina
2012

JULIMARI APARECIDA BONVECHIO DE OLIVEIRA

ECONOMIA SOLIDÁRIA:
UMA ALTERNATIVA A RENDA PARA OS CATADORES DE
RESÍDUOS SÓLIDOS DE MARINGÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado), da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Sob apreciação da seguinte banca examinadora:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luis Miguel L. dos Santos
UEL – Londrina – PR

Prof. Dr. Benilson Borinelli
UEL – Londrina - PR

Prof. Dr. Fábio Lanzas
UEL – Londrina - PR

Londrina/PR, 27 de novembro de 2012.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho fosse concluído. Em especial:

Ao meu marido Fernando Almeida de Oliveira e filhas, aos meus pais Antonio Julio Bonvechio e Maria Saran Bonvechio pelo constante amor e apoio emocional na superação do tempo, nas dificuldades de transportes e no auxílio as minhas filhas durante todo o mestrado.

Ao meu ilustríssimo orientador Luiz Miguel Luzio dos Santos pelos inúmeros momentos de aprendizado e de paciência. Suas valiosas orientações, contribuições e apoio colaboraram, intensamente, para meu crescimento acadêmico.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo apoio a pesquisa científica.

A todos os envolvidos nas Cooperativas de Catadores de Resíduos do Município de Maringá pelo auxílio na coleta de dados de campo para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos meus colegas de turma que durante o período do mestrado, os quais me contribuíram no desenvolvimento enquanto ser humano.

Ao Francisco Carlos Navarro pelos constantes auxílios na secretaria do mestrado.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Heterogestão x Autogestão x Cogestão	55
Figura 2 – Reciclagem no Brasil.....	132
Figura 3 – Panorama da reciclagem no Brasil.....	134

OLIVEIRA, Julimari Aparecida Bonvechio de. **Economia solidária**: uma alternativa a renda para os catadores de resíduos sólidos de Maringá. 2012. 135f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

RESUMO

O objetivo central da dissertação foi compreender a vivência por parte dos membros dos empreendimentos de Economia Solidária da cidade de Maringá- PR. Amiúde foram três objetivos: descrição dos Empreendimentos da Economia Solidária em atuação na cidade de Maringá; a apresentação do processo de desenvolvimento dos empreendimentos de economia solidária e suas particularidades e entender a incorporação dos princípios da economia solidária, por parte de seus principais atores. Para a compreensão, inicialmente apresentou-se o modelo de desenvolvimento econômico centrado nas ideias liberalizantes, que exigiram minimização da ação do Estado para fins puramente econômicos. Para avançar, o estudo buscou compreender as suas contradições atuais e excludentes do capitalismo, bem como a emergência da Economia Solidária como tentativa de resposta a intensificação das camadas excluídas. A Economia Solidária fundamenta-se em ideais humanistas de inclusão a renda e na emancipação do indivíduo. A pesquisa realizada foi qualitativa de cunho exploratório-descritivo. O paradigma crítico foi adotado, visando verificar o *status quo* a partir das contradições pelos catadores. Para a coleta de dados realizou-se uma entrevista com roteiro flexível para extrair o comportamento dos envolvidos. Além das falas transcritas, observaram-se as contradições no ambiente por meio de imagens e da organização do *lay out* local. Desenvolveram-se pesquisas em quatro empreendimentos de economia solidária que coletam resíduos sólidos e uma caracterização do movimento do artesanato existente na cidade. Foram examinados os princípios solidários existentes por meio das seguintes categorias: autogestão, solidariedade, gerenciamento das atividades, emancipação/alienação, entraves. As falas forneceram o suporte para as conclusões. Quanto ao resultado evidenciou-se que há avanços na introjeção dos princípios graças ao empenho da Assessoria Unitrabalho que periodicamente repassa conhecimento sobre Economia Solidária. Na situação em que o empreendimento pode contar com o aporte de conhecimento e informação das igrejas situadas nos mesmo bairro, houve uma representatividade positiva no avanço da renda e na emancipação dos envolvidos. Contudo, nas demais cooperativas, há vários limites e entraves para o curso da emancipação: o baixo grau de escolaridade dificulta a compreensão de cálculos de custos dos produtos e das rendas dos envolvidos. Também, há dificuldade no gerenciamento das atividades internas e estratégias de comercialização, além de infraestrutura inadequada que dificulta também o processo, a ausência de apoio por parte do setor público, que ao alocá-los no processo solidário, deixou-os à mercê da própria sorte, negando-lhes melhorias pertinentes. Assim, identificou-se que há sérios limites no curso da emancipação social dos envolvidos nestes empreendimentos solidários de catadores de resíduos sólidos de Maringá.

Palavras-chave: Economia solidária. Princípios solidários. Emancipação/dominação.

OLIVEIRA, Julimari Aparecida Bonvechio de. **Economia solidária: uma alternativa a renda para os catadores de resíduos sólidos de Maringá.** 2012. 135f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation was to understand the experience of Solidarity Economy Enterprise members at the city of Maringá-Pr. Regularly, there were three goals: First, description of Solidarity Economy Enterprises which have been operating in town. Also, to present the enterprising development process of Solidarity Economy enterprise as well their particularities, and to watch the way how their principal actors incorporate Solidarity Economy principles. For a better understanding of that, at first it was presented the model centered by liberal ideas which required the minimization of State action for strictly economic purposes. To continue, the study tried to understand actual contradictions of capitalism and those ones which are also exclusionary. It also evaluated if Solidarity Economy would be an approach for solving the excluded stratum levels of society which has been increased a lot. Solidarity Economy is founded on humanist ideal basis of inclusion of income and individual emancipation. The qualitative research was based on descriptive-exploratory method. The critical paradigm was adopted to evaluate the *status quo* starting from experienced contradictions of them. A flexible interview was applied as data collection intending to observe the involved actors behavior. Besides de speech transcriptions it was observed images intending to observe if environment contradictions were caused either by dissatisfaction or by local *lay out*. There were searches among four of those Solidarity Economy enterprises that collect solid waste and a characterization of handicraft movement present in town. Solidarity principles were checked by these followed categories: self-management, solidarity, management activities, emancipation / alienation, barriers. Conclusions were supported by the analysis of all items. It was observed some progress in all process. Unitrabalho upgrades knowledge about Solidarity Economy. Around neighborhood where there is a Church Community there is also a positive contribution, by ecclesiastic staff, to improve incomes and emancipation for those people who are involved as member of Solidarity Economy group. However, there are a lot of challenges and barriers which keep them in a subservience state. Those barriers are: low level of school education which becomes a hard process to those people to understand some process, such as calculating product cost and income of members. There is also difficult for them to assimilate stuffs like intern activities management and commerce strategies. Besides, the inappropriate infrastructure and absence of public (State) support makes harder the process without relevant improvements which are necessary to prosper in this kind of organization. They don't have evaluation of physical and economics structures either. Concluding, it was identified a lot of limitation for the process of social emancipation for solid waste recycling workers in these Solidarity Economics Enterprises of Maringá.

Key-words: Solidarity economy. Solidarity principles. Emancipation/ domination.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	OBJETIVOS	14
1.1.1	Objetivo Geral.....	14
1.1.2	Objetivos Específicos	15
1.2	JUSTIFICATIVA.....	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TÉORICA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, NEOLIBERALISMO E MODELO ALTERNATIVO	18
2.1	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E LIBERALISMO	18
2.2	LIBERALISMO ECONÔMICO E A GRANDE DEPRESSÃO	21
2.3	DERROCADADA LIBERAL E AS DEFESAS DO ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL.....	25
2.4	ASCENSÃO DO ESTADO NEOLIBERAL	30
2.5	DETERMINAÇÕES NEOLIBERAIS: RELATOS DO CONSENSO DE WASHINGTON	34
2.5.1	As Contradições do Neoliberalismo.....	36
3	COMPREENDENDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEUS PRINCÍPIOS	41
3.1	DESIGUALDADES, RISCOS E CRISES: OS LIMITES DO MODELO HEGEMÔNICO E EMERGÊNCIA DE ALTERNATIVAS	41
3.2.1	A BASE HISTÓRICA.....	44
3.3	ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEUS PRINCÍPIOS.....	48
3.3.1	Racionalidades da Empresa Capitalista e da Empresa Solidária	52
3.3.2	As Lições Solidárias que se Originaram pela Necessidade de Inclusão	57
3.3.3	Modelos Alternativos: a Problematização à Exclusão Capitalista.....	61
3.3.3.1	A cooperativa solidária como alternativa ao modelo capitalista.....	61
3.3.3.2	Redes solidárias de Mance	66
3.3.3.3	Bancos do povo ou solidários.....	68
3.3.3.4	Economia de comunhão	69
3.4	VISÃO CRÍTICA EM RELAÇÃO AO MODELO CONVENCIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	70
3.4.1	Efeitos do Crescimento Econômico na Produção de Resíduo Doméstico e Reciclagem	74
3.5	REVISÃO EMPÍRICA.....	75

4	METODOLOGIA DE PESQUISA	80
4.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	80
4.2	COLETA DE DADOS	80
4.2.1	Sujeitos Envolvidos	82
4.2.2	Instrumento de Coleta de Dados	83
4.2.3	Definição das Categorias	84
4.2.4	LIMITES DA PESQUISA	85
5	DISCUSSÃO E ANÁLISE DE DADOS	87
5.1.1	CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS	87
5.1.2	Características das Cooperativas Entrevistadas	89
5.2	AS COOPERATIVAS AVALIADAS	91
5.2.1	Coopernorte – Cooperativa Norte de Maringá de Separadores e Separadoras de Materiais Recicláveis de Serviços	91
5.2.1.1	Sobre a autogestão	92
5.2.1.2	Sobre a hierarquia	93
5.2.1.3	Sobre o conceito de solidariedade	94
5.2.1.4	Sobre o gerenciamento das atividades	96
5.2.1.5	Sobre a emancipação	97
5.2.1.6	Sobre os entraves	98
5.2.2	Cooperançaço - Cooperativa de Catadores Cidade Canção	98
5.2.2.1	Sobre a autogestão	100
5.2.2.2	Sobre a hierarquia	101
5.2.2.3	Sobre o gerenciamento das atividades	101
5.2.2.4	Sobre a emancipação	102
5.2.2.5	Sobre os entraves	103
5.2.3	Coopercicla – Associação de Agentes Ecológicos e Recicladores	104
5.2.3.1	Sobre a autogestão	106
5.2.3.2	Sobre a hierarquia	106
5.2.3.3	Sobre a solidariedade	107
5.2.3.4	Sobre o gerenciamento	107
5.2.3.5	Sobre a emancipação	108
5.2.3.6	Sobre os entraves	109
5.2.4	Cooperecológica – Cooperativa Central Complexo de Transformação e Comercialização de Materiais Recicláveis	110

5.2.4.1	Sobre a autogestão	112
5.2.4.2	Sobre a hierarquia	112
5.2.4.3	Sobre solidariedade.....	113
5.2.4.4	Sobre o gerenciamento das atividades.....	114
5.2.4.5	Sobre a emancipação.....	115
5.2.4.6	Sobre os entraves.....	116
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
6.1	CONSIDERAÇÕES FINAIS RELATIVAS AOS OBJETIVOS PROPOSTOS.....	118
	REFERÊNCIAS.....	126
	APÊNDICE.....	130
	APÊNDICE A - RECICLAGEM NO BRASIL (2005).....	131
	APÊNDICE B - PANORAMA DA RECICLAGEM NO BRASIL.....	132
	APÊNDICE C - RESUMO DAS COOPERATIVAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS	134

1 INTRODUÇÃO

No último século, O desenvolvimento econômico, apoiado no desenvolvimento tecnológico, focalizou esforços contínuos para produzir em alta escala e aumentar a produtividade. Este modelo proporcionou disponibilidade de bens e serviços acarretando transformações inimagináveis para a humanidade em assimetrias distintas, se por um lado assistiu-se a um avanço no desenvolvimento econômico, também por outro a miséria avançou desproporcionalmente.

Com esse idealismo centrado exclusivamente na esfera econômica, após a II Guerra, governos das nações como Estados Unidos da América (EUA), e vários integrantes da Europa, como Grã-Bretanha, que passou começaram a ultrapassar barreiras geográficas numa busca incessante por expansão e desenvolvimento econômico. Neste período, o modelo econômico chamado de liberalismo amparava-se na liberdade de expressão e distanciamento do Estado nas intervenções econômicas. Este, enquanto fortaleceu o poder das empresas, compactou com males como miséria e desemprego. (HOBBSAWM, 2003).

As propostas liberais, com proteção restrita ao mercado, desencadearam cortes em custos e no uso de mão de obra. O avanço no desemprego e um contingente de massa ociosa passaram a propagar a necessidade de inclusão econômica em favor de sua sobrevivência. Como resposta, um economista chamado Keynes articula um discurso crítico sobre o papel do Estado. Neste ideal, investe em favor de um Estado social capaz de estimular planos de ações que pudessem financiar interesses coletivos, em especial a inclusão a renda. E estas passaram a ser acatadas positivamente no campo social, como consequênciaconsequência, os liberais perdem expressão e avançam as doutrinas de Estado maior, que foi batizada de Welfare State (até o século XX). Neste interesse, países como Alemanha, França e Suécia passaram a destinar esforços para o seu desenvolvimento social e cultural. (GOMES, 2006, p.5).

Esta orientação em favor do social rendeu a alguns países forte endividamento público para criação de emprego. e cCom o Estado enfraquecido financeiramente, esta orientação deixa de ser a estratégia eficaz à inclusão a renda. Nas décadas de 1970 e 1980, com a entrada dos governos Ronald Reagan (EUA) e Margareth Thatcher (Inglaterra), o Welfare State como articulação social, perdeu

expressão. O papel do Estado, novamente, é revisto e, em defesa da liberdade de expressão, ressurgem as crenças políticas em favor do econômico, a qual passou a ser orientação sugerida por vários economistas como Hayek, Mises e Milton. Neste período, o discurso de economistas é crítico, apontando a este modelo de Estado pProvidência entraves e divergências para o crescimento econômico. Nesses ideais, as decisões dos mercados devem fluir livremente sem as implicações dos governos e retornam a defender o liberalismo, que, nesta fase, denominou-se de neoliberalismo. (GOMES, 2006).

Estes governos neoliberais (inglês e americano) defenderam a privatização em massa de empresas estatais, ou seja, intensificou-se um processo de enxugamento do Estado. O projeto neoliberal para o desenvolvimento econômico destes governos é a expressão do capital, ou melhor, dos capitalistas. Estes devem desencadear os mecanismos de desenvolvimento econômico pela produção em escala e na lógica da expansão global. Neste interesse, o papel do Estado era conciliar suas políticas com as necessidades dos capitalistas, haja vista que os mesmos contribuem para o desenvolvimento do campo social, já que promovem a riqueza para as nações. (LAURELL, 2003; CHOMSKY, 1995).

Assim, o desenvolvimento econômico avança barreiras, moldando a economia e comportamentos para um destino: aumento da produção e seu escoamento. Esse avanço permite ligações nos mais diferentes setores, para movimentar mercadorias e capitais, incentivando o consumo global, e mantendo para a economia manter em escala absoluta, preferencialmente.

No campo social, o consumo satisfatório em que todos necessitam de bens e serviços em abundância, depende de indústrias e processos sofisticados, os quais requerem mão de obra especializada, meritocracia, produtividade e acúmulo de capital para investir em novas tecnologias que geram novas necessidades e permitem ao campo social consumi-la. Nesse sentido, a acessibilidade aos bens e serviços surge para promover o bem estar daqueles que possuem capital para adquiri-lo, seja como donos do instrumento de capital ou venda da sua mão de obra. Denotando um cenário muito otimista e de bem estar social, promovido pelo conforto tecnológico neoliberal.

O Capitalismo, defendido por neoliberais, assim chamado por decidir tem em seu princípio o fato de que uma minoria detém o capital (recursos) e a

grande contingência (força trabalhadora) uma massa trabalhadora para este capital, a grande contingência (força trabalhadora); . Este sistema define na década de 1960, com o fim da segunda guerra, blocos econômico-hegemônicos ,constituídos pelos Estados Unidos, países europeus e Japão, e, do outro lado, os países chamados de “terceiro mundo” (pobres econômica e tecnologicamente) e a ex-URSS (União das Repúblicas Soviéticas). Essa divisão conseqüentemente conseqüentemente criou um processo de reorganização do processo de produção e do trabalho, acentuando as diferenças de produtividade, custos de produção, e vantagem comparativa. (HOBBSAWM, 2003)

Assim, o Capitalismo orienta a movimentação de bens de forma global dos ricos (industrializados) para o terceiro mundo (pobre em industrialização); os quais receberam produtos acabados. Este fluxo desencadeia um mecanismo que retrai o desenvolvimento da nação que importa os produtos dos países “industrializados”. Os industrializados recebem matéria-prima com baixo custo de outros países que ainda não desenvolveram suas indústrias, ao passo que comercializam os produtos industrializados com margens maiores, pois agregaram valor ao produto. Este modelo acentua as diferenças econômicas entre “ricos” e “pobres”, tanto na esfera econômica como denotando poder aos que detinham o desenvolvimento econômico em controle para si. (YUNUS, 2008).

Esse movimento de bens e de capital ao mesmo tempo em que cria um cenário otimista para consumir bens, acentua as desigualdades para aqueles que não se envolveram neste processo industrial global. Como reforça Yunus (2008), os mercados irrestritos podem exacerbar a pobreza, as doenças, a poluição, a corrupção, o crime e a desigualdade. Além disso, como contribui Hobsbawn, nas décadas de 1970 e 1980 a fome endêmica e crianças morrendo de fome, são notícias assistidas e entendidas como naturais “nas telas de tevês dos países do Ocidente”. (2003, p. 255).

Para ilustrar a distribuição desigual da renda e o avanço da miséria, um estudo feito pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), em 1980, na América Latina, a população em situação de pobreza alcançava 41% do total, estimada em 135,9 milhões de pessoas. Passados seis anos, 1986, o percentual se elevou para 43%, em números estimada em 171,2 milhões de pessoas. Este incremento, embora em percentual pequeno, em unidades números é

torna-se bastante significativo. Outro dado importante, é que o aumento da pobreza repercutiu no aumento da criminalidade em função da desconformidade social causada pela exclusão a renda. (SOARES, 2001, p. 30, 37).

Considerando as desconformidades entre o avanço econômico e da miséria (social), este estudo visa apresentar um mecanismo alternativo para o desenvolvimento, por meio do encaminhamento organizacional e social; não exclusivamente pelo acúmulo de riquezas em si, mas também pela inclusão da massa excluída pela globalização. O modelo hegemônico produziu resultados maléficos para o campo social existente, e suas proporções avançam cada vez mais em alguns países como o Brasil. Neste fimcenário, considera-se que a proposta discutida e avaliada como uma “alternativa” a à forma dominante atual, o capitalismo, o qual produz desigualdade econômica e de poder entre as classes sociais. (SOUZA; RODRIGUEZ, 2002).

A alternativa avaliada são os balizamentos da Economia Solidária, a qual visa o desenvolvimento econômico e social, justo e equilibrado, e que possa contribuir para a inclusão social por meio da cooperação ou associação entre as partes. Neste princípio, não há divisão entre capital e força trabalhadora, todos são donos de tudo – “tudo é de todos”. (SINGER, 2002).

Dessa contradição acentuada no poder econômico, que explora outros países, extraiu-se a problemática da dissertação: a qual vem tramitar em torno das contradições do capitalismo que amplia a riqueza de uma minoria, mas que reflete assimetricamente nas condições de vida de uma boa parte da população, pois, se por um lado concentra renda e poder, por outro se caracteriza por problemas ambientais crescentes e a sociabilidade empobrecida. Nesse contexto, necessita-se repensar os modelos organizacionais vigentes, por isso, e a Economia Solidária apresenta-se como uma dessas alternativas neste estudo.

Neste interesse, o tema central deste estudo envolve esclarecer como a percepção aos Princípios princípios que fundamentam a Economia Solidária está contribuindo para avanço do processo de emancipação ou da alienação/dominação sob a perspectiva dos trabalhadores na coleta seletiva do Município de Maringá/PR.

E, para tanto, busca responder ao seguinte problema: Os princípios teóricos em que se alicerçam a Economia Solidária estão evidenciados nas práxis

dos empreendimentos solidários como desdobramento necessário e suficiente para avançar no curso de emancipação dos trabalhadores da coleta seletiva desta cidade?

E, por fim, o objetivo maior dessa pesquisa é verificar a percepção sobre os Princípios que fundamentam seus pressupostos num estudo sobre as cooperativas de catadores de resíduos sólidos na cidade de Maringá/PR.

Portanto, o estudo desenvolveu-se com a seguinte estrutura: no primeiro capítulo, uma revisão teórica detalha o desenvolvimento econômico a partir das ideias liberais, do Welfare State, do retorno do liberalismo – neoliberalismo. E para finalizar o capítulo, apresentamos os fundamentos da Economia Solidária como alternativa à hegemonia excludente do capitalismo globalizado.

No segundo capítulo, realizamos uma revisão empírica que caracteriza os empreendimentos solidários em Maringá/PR. Estes empreendimentos estão representados pela Associação dos Artesãos e pelas Cooperativas de Catadores de Resíduos Sólidos – Coleta Seletiva.

O terceiro capítulo esclarece o método adotado para a realização deste estudo. A metodologia se orientou a partir de Estudos Críticos em Administração, ou seja, Paradigma Crítico e Pesquisa Qualitativa para perceber os avanços nos processos emancipatórios ou na dominação. Também, destacam-se, neste capítulo, as categorias e análises do estudo. E por fim, as considerações finais e o apêndice.

1.3 OBJETIVOS:

1.3.1 Objetivo Geral

- Compreender a vivência dos princípios solidários por parte dos membros dos empreendimentos de economia solidária do Município de Maringá-PR.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Descrever os Empreendimentos da Economia Solidária em atuação na cidade de Maringá.
- Apresentar o processo de desenvolvimento dos empreendimentos de economia solidária e suas particularidades.
- Entender a incorporação dos princípios da economia solidária por parte de seus principais atores.

1.4 JUSTIFICATIVA

Embora, o desenvolvimento econômico e o capitalismo tenham prosperado e contribuído nas mudanças dos hábitos das pessoas e das empresas, de forma positiva em várias atividades; inclusive, retirando do homem a obrigação em assumir diversas atividades física e mentalmente desgastantes, por outro lado, trouxe ameaças preocupantes em diferentes campos, como social, ambiental, psicológico e cultural. (SZANTO, 2008).

O desenvolvimento econômico também cooperou para o avanço das ciências: engenharia, física, química e outras. Essa evolução nas ciências contribuiu fortemente para o domínio da natureza e aumento da produtividade. Os avanços tecnológicos apresentam níveis ficcionais, que por um lado geram conquistas revolucionárias que alavancam as condições materiais de uma parcela da população mundial, por outro lado o caráter instrumental a que se reduziu a ciência vem criando um perigoso descompromisso com a responsabilidade ética, implicando no risco à própria sustentabilidade da vida no planeta. (FARIA, 2007).

Segundo Szanto (2008), a humanidade está vivenciando um processo de contradições, por um lado tecnologias revolucionárias e, por outro, vivemos em uma sociedade de risco que provoca mal-estar e receio. A preocupação com as consequências e desdobramentos das novas tecnologias e as mudanças no cenário socioeconômico global, provocam apreensão e medo. Assiste-se a um quadro em que os limites estão sendo desrespeitados: desde a superpopulação, a exploração indiscriminada dos recursos naturais, destruição do espaço de vida, assimetrias econômicas escandalosas; desenvolvimento incontrolado das ciências,

tecnologia e ética desarticulados; além do culto patológico ao hedonismo e a degeneração moral, entre outras. (SZANTO, 2008).

Segundo o autor supracitado, vivemos num momento dominado por contradições em que há uma tensão entre o crescimento acelerado da população, a crise ambiental sem precedentes e os desequilíbrios econômicos, evidenciando-se as condições de fome, de miséria, as epidemias e o mal estar generalizado em todo o mundo. A má distribuição de renda tornou-se uma das marcas mais emblemáticas do nosso tempo, em que 94% da renda mundial é distribuída para 40% da população, os outros 60% sobrevivem com os 6% restantes. Assim, metade da população mundial vive com cerca de dois dólares por dia. Na África, Ásia e, inclusive, na América Latina e Brasil, há centenas de pessoas que lutam pela sobrevivência (YUNUS, 2008).

Nesse contexto, é fácil perceber-se a limitação do modelo econômico hegemônico e do seu aparato institucional. Diante desse cenário conflituoso e inundado por profundas contradições e limitações, começam a surgir, de forma cada vez mais expressiva, movimentos organizados contra-hegemônicos que se propõem a conceber alternativas viáveis ao modelo dominante. Nesse sentido, emergem modelos organizacionais que se caracterizam por novos mecanismos de desenvolvimento econômico, capazes de contribuir para uma forma de vida mais sustentável e em que a dignidade humana seja priorizada. Ainda que o crescimento econômico tenha sido acelerado nas últimas décadas, este distancia-se, cada vez mais, dos avanços sociais. Este estudo visa discorrer sobre algumas propostas alternativas aos modelos de organização convencionais, não somente sob o ponto de vista econômico, como social e ambiental. A partir dessa visão, este estudo propõe compreender como os Princípios que norteiam a Economia Solidária são vivenciados pelos principais atores destas experiências na cidade de Maringá e sua efetividade emancipatória.

No modelo hegemônico, a maximização do lucro tornou-se a ideologia dominante e absolutizada pelas diretrizes econômicas vigentes. Nesse sentido, os países centram seus esforços na potencialização dos seus indicadores de desempenho produtivo como PIB – Produto Interno Bruto e PNB – produto Nacional Bruto, seguindo os pressupostos neoliberais que preconizam a desregulamentação da economia e a minimização do Estado como principais

mecanismos de impulsão econômica. Ao distanciar-se o Estado da esfera econômica, assiste-se a uma polarização, cada vez mais expressiva, entre ricos e pobres, exploradores e explorados, nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. (FOUSFELD, 2003).

Diante deste contexto recheado de contradições, surgem propostas alternativas embasadas em novos modelos organizacionais, pautados por princípios como justiça social, democracia interna, relações solidárias e sustentabilidade. Essas alternativas são a base deste estudo, que procura levantar, na cidade de Maringá, as iniciativas de Economia Solidária e compreender os seus princípios à luz das práticas de seus integrantes e seu potencial emancipatório.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, NEOLIBERALISMO E MODELO ALTERNATIVO

2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E LIBERALISMO

Para definir desenvolvimento, há que se considerar a existência de diferentes correntes interpretativas. , uUma destas, apoiada na tradição neoclássica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento, ao contrário de uma vertente econômica, que considera as implicações da análise empírica, e compreende crescimento da produção como condição necessária ao desenvolvimento. A Esta segunda, de orientação mais crítica, como Furtado e Singer percebe o desenvolvimento como dependente de condições estruturais e políticas, e parte de uma interpretação mais qualitativa (de base humanística) para a conceituação de desenvolvimento (SOUZA, 2005).

Contudo, a perspectiva hegemônica sempre teve sua centralidade no crescimento econômico como objetivo maior da economia. Nessa orientação, o crescimento da produção e comercialização representa o cerne desta construção. Para os seus defensores, o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) desdobra-se inevitavelmente em melhores condições para todos. Souza (2005) destaca que, para maximização dos ganhos, os salários da massa trabalhadora deverão se manter em patamares baixos para melhorar a competitividade (SOUZA, 2005), o que obriga, em alguns casos, à a transferência de unidades produtivas para países cujos recursos de mão de obra mais abundante e mais barata seriam otimizados pela exploração dos meios naturais. O autor supracitado salienta que o foco limitado no crescimento econômico conduz a movimentação de renda para outros países, aumentando as diferenças de renda e as assimetrias econômicas.

A estratégia, focada no desenvolvimento econômico como crescimento, implica em adoção de medidas específicas que orientem o crescimento do Produto Interno Bruto de um país (PIB). Ao considerar esta visão empreendedora, sob visão estritamente econômica, países que não adotassem diretrizes eminentemente produtivistas passaram a ser enquadrados como obsoletos ou subdesenvolvidos. Estes países, de baixa produção e qualidade, seriam os mercados desejados para escoar o excedente produzido pelos países que

conquistaram tanto a alta escala quanto a tecnologia avançada na sua dinâmica produtiva. (SOUZA, 2005).

Na evidência social, concebeu-se o desenvolvimento como a adoção de normas de comportamentos, atitudes e valores simétricos a à realidade econômica capitalista com visão ao acúmulo de riqueza individual. Assim, sociólogos como Talcott Parsons e Merton; antropólogos como Levy-Bruhll, Franz Boas e Herkovics; politólogos como Lipset, Almone e Apter, se prenderam no entendimento sobre desenvolvimento aquele que visava o acúmulo de capital e associaram a sociedade existente baseada na sociedade ideal. Embora houvesse, no debate, a busca pela neutralidade científica, esta sociedade havia nascido na Europa e se afirmara nos Estados Unidos, ou seja, nos moldes capitalistas. (FIORI, 1995, os 4 e 8).

Ao transcrever o desenvolvimento centrado neste ideal, o consumo também recebeu a mesma adequação. Com o fortalecimento das oligarquias industriais, os mercados escolhidos passaram a receber produtos padronizados, e o comportamento de compra sofreu forte influência dessas decisões estratégicas, cujo discurso pautava-se no consumo ideal e na defesa de que uma sociedade desenvolvida (ideal) deveria ter poder para consumir e acumular valores. (SOUZA, 2005).

Neste contexto produtivo, as medidas liberalizantes desencadearam-se da seguinte forma: distinguiram-se dois pólos: um industrial e outro fornecedor de recursos naturais ao industrial. Os governos dos países industrializados, amparados por regulações neoliberais, impuseram aos países menos industrializados a aceitarem aceitação de seus produtos transformados e com alto valor agregado. Na e na outra mão, importavam seus recursos naturais a custos baixos para lhes garantirem competitividade. O avanço econômico destes países assegurou investimentos em inovação tecnológica e estes repercutiram nas vantagens de seus produtos em relação aos fornecedores de recurso, que na troca permaneciam em crescente desvantagem nos preços finais entre importados e exportados. Em termos quantitativos, mais produtos de base fornecedora para menor quantidade de produtos fabricados. (SOUZA, 2005).

Segundo Como Souza (2005) destacou, o estágio de desenvolvimento por progresso técnico é mais sofisticado e com reparação na

qualificação do processo produtivo e do trabalho para assegurar melhores mercados. Na compreensão social (pessoas), as estratégias mercadológicas e midiáticas adotadas em nível global estimularam o consumo e os países importadores se viram obrigados a aceitar este excedente dos industrializados, para satisfazer as necessidades de seus habitantes. Este avanço contribuiu com o avanço da desigualdade na distribuição de renda entre os pólospolos.

Neste trajeto liberalizante, os avanços tecnológicos e na exportação do excedente para outros territórios, como parte das mediadas estratégicas desenvolvimentistas, contribuíram com o avanço da desigualdade na distribuição de renda entre os pólospolos, precisamente e com o aumento da miséria. (ONU, *on-line*, 2011). Um levantamento da ONU expressou os seguintes dados: 27% do total das pessoas em países em desenvolvimento viviam com menos de 1,25 dólares, e prevê ações para que em 2015 este percentual decline para 15%. (ONU, *on-line*, 2011). Um agravante neste sistema é a evolução da população pobre, tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos, uma vez que máquinas e equipamentos sofisticados e políticas de aceleração produtivo tem extraído mão de obra produtiva por aparelhos inteligentes, de alta precisão e velocidade. Somado a este fator, o excedente produtivo, gerado pelos avanços técnicos dos desenvolvidos, atravessam outros territórios menos competitivos, com diferenciais em preço e qualidade, em geral, nos países subdesenvolvidos, acarretando dificuldade no desenvolvimento destes, como África e, países da América Latina. (SOUZA, 2005).

O avanço da miséria nos países não industrializados degenerou a capacidade de absorção da produção em larga escala e interferiu reversamente na estratégia desenvolvimentista. Os produtos dos liberalizantes, com valor agregado, gradualmente foram conquistando melhores preços gradualmente, enquanto os fornecedores de matéria prima passaram a ter que vender em maior quantidade para conseguir adquirir estes produtos. Contudo, o retrocesso destes países impediu o avanço equitativo. Assim, os objetivos dos liberalizantes foram gradativamente retraídos, conseqüentemente, e os ideais da corrente liberal perderam vigor e, com fim das Guerras, vários países reorientaram suas estratégias econômicas para recuperarem os cofres públicos.

2.2 LIBERALISMO ECONÔMICO E A GRANDE DEPRESSÃO

Nesta fase cronológica do desenvolvimento econômico, regida pelos ideais liberais, merece destaque o pensamento de Adam Smith, o mais importante economista liberal, que defendeu o *laissez-faire* e a “mão invisível” como equalizadora natural dos mercados (FUSFELD, 2003).

Adam Smith (1983) escreveu um livro intitulado de *Teoria dos Sentimentos Morais* em que sua idéia fundamental “era que “os sistemas éticos desenvolvem-se por meio de um processo natural a partir de relações pessoais individuais” (SMITH, 1983, p. 35), do autor supracitado (p. 35). Cabe ao indivíduo decidir o que é certo ou errado. Na perspectiva social, entendia que os padrões comportamentais que beneficiam a sociedade, beneficiam também o indivíduo. A sua obra mais reconhecida é *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*. Pensamento este reforçado pela máxima: “não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos obter nosso jantar, mas da consideração que tem pelo seu próprio interesse”. Nessa concepção de Smith, se relacionam em três conceitos: o liberalismo econômico, a metáfora da mão invisível, e a divisão do trabalho.(SMITH, 1983).

Em relação ao liberalismo econômico, entende-se que o egoísmo humano é um remédio salutar ao crescimento econômico. Se os indivíduos desejarem crescimento para si, e tiverem as condições necessárias para buscar tal crescimento, a economia da nação prosperará. Para este desejo ter sucesso é preciso que haja liberdade de expressão e de livre comércio. E salienta em seus escritos que a autoiniciativa, a liberdade de decisão do indivíduo e a concorrência são as condições para uma economia emergente. Ainda, com a concorrência, a economia pode atuar sem interferência do Estado, pois os concorrentes tenderão a proporcionar melhores preços e condições. Essa filosofia deu origem à doutrina do *laissez-faire*, dogma dos Estados Industriais do século XI. (HOBBSAWM, 2003).

No Já o conceito sobre a metáfora da mão invisível se referia a um poder invisível que ordenava cada indivíduo a disputar um com o outro, ou seja, a livre concorrência, . Esta que ordenaria o bem estar social das nações por meio da competição “invisível”. Assim, estratégias de melhorias são desenvolvidas para ampliar mercados e estas refletem positivamente para a nação. Para Smith,

analogicamente, a mão invisível de Deus ordena o mundo e a concorrência ordena o mercado: é um mecanismo autorregulador capaz de estimular o bem estar promovido por bens e serviços cada vez melhores, pois os consumidores soberanos em suas decisões determinam o que irão consumir, e pressupõe-se estímulo a melhoria contínua. (HOBBSAWM, 2003)

O terceiro conceito, a divisão do trabalho, descreveu as contribuições que a divisão do trabalho pode proporcionar ao processo produtivo e para a riqueza da nação. E para sua a contribuição da sua teoria, explica a produção de alfinetes em série. Para produzir os alfinetes, segundo Smith, são necessárias cerca de dezoito etapas. Se este processo for realizado na íntegra por cada trabalhador, estes conseguirão produzir apenas vinte alfinetes por dia. Porém, se divididos entre dez trabalhadores serão produzidos cerca de quarenta e oito mil por dia. Desse conceito, a especialização e divisão do trabalho, fora introduzida, por exemplo, no século XX, na linha de montagem de carros da fábrica de Henry Ford. (FOSFELDFUSFELD, 2003).

Em geral, Smith apregoava a “um sistema de liberdade natural”, todos seriam livres para perseguir seus próprios interesses, e como menciona abaixo pela habilidade, destreza e bom senso. Os indivíduos livres poderiam exercer com máximo de esforço suas atividades e isso repercutir para o conjunto da sociedade. Esse argumento era contrário aos partidários do mercantilismo e da regulação governamental, cuja premissa era de que desejos egoístas individuais acarretariam menos riqueza para todos.

No seu entender, numa sociedade livre, o autointeresse propicia a forma mais rápida de uma nação desenvolver economicamente. Ao poupar, as pessoas aumentam suas possibilidades e as da nação, ao consumir possibilitam novas produções. Sendo assim, a expressão livre da escolha individual reforça de alguma maneira o mercado. Conforme sua produção estiver em maior ou menor proporção, a nação será ou não bem suprida pelos bens necessários.

Essa proporção deve em cada nação ser regulada ou determinada pelas circunstâncias diferentes; primeiro, pela habilidade, pela destreza e bom senso com os quais seu trabalho for geralmente executado; e em segundo lugar, pela proporção entre o número dos que executam trabalho útil e o dos que não executam tal trabalho. Qualquer que seja o solo, o clima ou extensão do território de uma determinada nação, a abundância ou escassez do montante anual de bens de que disporá, nessa situação

específica, dependerá necessariamente das duas circunstâncias que acabamos de mencionar. (SMITH, 1983, p. 35).

Na opinião de Smith, o governo, enquanto defensor dos interesses da população, é um obstáculo ao desenvolvimento econômico. Ao papel do Estado caberia o estabelecimento e a manutenção da justiça e defesa nacional e certas obras públicas. Também criticou o monopólio privado e das plantas industriais gigantescas, uma vez que alteram o comportamento do mercado em termos de preços, pois a falta de concorrência desorganiza o mercado. A concorrência entre os produtores manteria um padrão de produção às necessidades e desejos dos consumidores.

Assim como Smith, Richard Cantillon e John Locke, defensores liberais em seus descritos, eram favoráveis ao distanciamento do Estado das regulações econômicas. Richard Cantillon escreveu, em 1755, *Essay sur Nature Du Commerce em General* (Ensaio sobre as Nações do Comércio Geral), 1755, foi traduzida traduzido para o inglês em 1931; John Locke em seus ensaios escreveu sobre o trabalho e produção de riqueza à propriedade privada. Assim, o pensamento liberalizante se reforça nas políticas econômicas de vários países. (FUSFELD, 2003)

O pensamento econômico de Adam Smith e de seus seguidores contribuiu fortemente com a ciência econômica. Contudo, as ilimitadas condições otimistas da autorregulação deixavam os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. Além disso, E as revoluções sociais, a chegada da I Guerra Mundial, as novas tecnologias e a escassez de emprego para a sociedade criaram um contexto favorável para um debate sobre a realidade social.

Outro fator importante desta fase foi a imigração. Os Nos anos que se anteciparam a II Guerra, houve um dos mais representativos percentuais de imigrações entre EUA e países europeus (Grã-Bretanha e Escandinávia). Inicialmente, por conta de pequena reserva, incrementaram o consumo, no entanto, não o suficiente para gerar fluxos de caixas que recuperassem suas economias endividadas advindas da guerra; esta situação provocou a retração na importação de vários países. (HOBBSAWM, 2003).

Neste período, o entendimento político-econômico era reorganizar o *déficit* interno controlando a balança comercial. As economias retraídas passaram a evitar as importações e desenvolver ações a serem auto-suficientes. Mantendo

suas importações restritas a pequenas necessidades de materiais específicos. (HOBSEAWM, 2003).

Com a retração econômica, o desemprego em crescimento era inevitável, a sociedade pedia aos governos novas medidas. Para melhor compreensão do contexto, dois fatos merecem ser destacados: a) a queda dos preços de produtos primários para a produção, confirmando que a demanda estava restrita; b) o segundo fato, o fluxo de capital e a condição da Alemanha.

Com a queda do consumo dos produtos, as economias deflacionaram perdendo valor de seus produtos. A unidade monetária perdeu significativamente seu valor. As pessoas que ainda detinham renda haviam perdido seu potencial de consumo. Neste período, na Alemanha, “as poupanças privadas desapareceram, criando um vácuo quase completo de capital de ativo para empresas o que ajudou a explicar a dependência maciça de empréstimos estrangeiros [...]”. Tal situação era encontrada também na Polônia, Áustria e Hungria. (HOBSEAWM, 2003, p. 94).

Em 1928, a Alemanha adotou fortes estratégias de importação e neste período recebeu metade de todas as exportações de capital do mundo, e para cumprir com os contratos foi obrigada a emprestar cerca de 30 milhões de marcos em curto prazo. Essas medidas tornaram sua economia vulnerável. Este mesmo período coincidiu com a retirada da movimentação de valores do mercado pelos EUA, cuja hegemonia econômica vinha financiando importadores de toda Europa. Somado a isso, significativa parcela dos países europeus retraíram seus investimentos para repor os estragos da guerra (e recompor seus territórios). Esse novo cenário acentuou a dificuldade destes importadores em honrar seus contratos, o que culminou com um processo de inadimplência generalizado. (HOBSEAWM, 2003, p. 95).

O ano de 1929 é o marco da Grande Depressão com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York. Para os países dependentes de exportação, o fato representou retração em suas economias. Com isso, o quadro econômico era a queda dos preços dos produtos com oferta superior a possibilidade de demanda. No campo social, o desemprego foi generalizado, uma vez que a possibilidade de avançar nos processos produtivos era quimera. Neste período, nos EUA, 27% dos americanos estavam desempregados; dos britânicos 23% e suecos 31%. A

necessidade de seguridade social piorou o quadro econômico das nações. Os desempregados sem ganhos tiveram que resgatar os valores referentes a seguro desemprego, refletindo negativamente nas reservas econômicas dos cofres públicos dos países. (HOBBSAWM, 2003).

Na situação brasileira, o desastre foi perverso. O Brasil, neste período, tinha como força econômica a produção de café, e os produtores se viram obrigados a queimarem seus lotes para evitar a queda contínua dos preços em virtude da queda drástica das exportações. Nas regiões urbanas, a depressão causou desemprego global.

Com a Europa destruída, e a forte recessão econômica da Europa^[u1] e EUA, que vivenciavam estes países (quebra da bolsa de 1929) proporcionaram as condições para a revolução de um novo pensar defendido por Keynes, como será descrito em seqüência. (FUSFELD, 2003).

2.3 DERROCADA LIBERAL E AS DEFESAS DO ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL

Para melhor compreender as defesas do Estado de Bem Estar Social, há que rever a conjuntura socioeconômica da época: as idéias de Adam Smith e a chegada da guerra. A liberdade de mercado e o Estado minimalista de Adam Smith contribuíram com o desenvolvimento da ciência econômica. Contudo, as ilimitadas condições otimistas da autorregulação para livre iniciativa, que proporcionaria preços equilibrados pela própria concorrência do mercado, fez deixar as oligarquias industrialistas mais ricas e seus operários mais dependentes a eles para lhes garantir a sobrevivência.

Com a chegada das grandes guerras, porém, os países passaram a retrair suas compras passando a exigir que a elite industrial produtiva retraísse os esforços produtivos e, conseqüentemente, criou-se uma massa de trabalhadores desempregados e ainda, com a oferta de empregados em grande volume, os salários perderam seu valor (inicial). A situação econômica em forte retração na produção veio a contribuir com a crise dos empregos, culminando com o período chamado de depressão de 1929. O mercado liberal e as iniciativas para manter a competitividade, contribuíram para rebaixar salários e aumentar o desemprego.

Com esse momento caótico começou a fortalecer movimentos cada vez mais ruidosos em torno da necessidade de medidas de controle estatal. A sociedade, neste período, pressionava o Estado a interferir favoravelmente em medidas que criassem novos empregos e renda. E em defesa dos miseráveis em crescimento, bispos católicos começaram a traçar críticas sobre o incentivo a “mentalidade consumista” e passaram a encorajar a poupança e a eliminação da pobreza. (FUSFELD, 2003, p.135). Por isso, vários países começaram a repensar suas políticas. A situação social precária exigiu soluções inspiradas na justiça e caridade.

Outra importante contribuição para repensar a postura do Estado foi a situação econômica soviética. O governo soviético, neste período, havia intensificado suas políticas de planificação estatal com resultados expressivos: econômico e social. No período entre 1929 a 1938 sua produção cresceu de 5% para 18% enquanto França, EUA e Grã-Bretanha perdiam de 52% para 59% a fatia de participação em conjunto (no mercado). Neste período, outros países passaram a adotar planos específicos para recuperar a estabilidade econômica e se empenharam para finalizar a guerra e recompor os países. (HOBBSAWN, 2003, p. 93).

Em 1931, o cenário econômico britânico era temeroso e propício a uma revolução social em decorrência da explosiva massa de desempregados exigindo, em passeatas, novas atitudes do Estado. Por isso, os governos europeus passaram a proteger com tarifas produtos importados concentrando esforços na indústria interna. De modo geral, os governos ocidentais se sentiram obrigados a priorizar as “considerações sociais sobre as econômicas” para evitar uma revolução interna. (HOBBSAWM, 2003, p. 100).

John Atkinson Hobson e Richard Henry Tawney pensadores ingleses de idéias socialistas: passaram a discutir sobre os danos sociais promovidos pelo crescimento da sociedade industrial. Para eles os governos deveriam manter relações sociais que acentuassem metas humanistas. A partir desta ênfase, houve a inclusão de reformas em suas leis de segurança nas fábricas, limitação à jornada de trabalho para mulheres e crianças; emergiram ações para mitigar a estrutura dos subúrbios, e avanços em quase todas as leis trabalhistas para ampliar a qualidade de vida dos indivíduos. Mais tarde, as idéias de Hobson

foram aderidas por Lênin na União Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). (FULSFELD, 2003).

Para a sociedade, o período de depressão de 1930 foi marcado pela a importância em rever conceitos sociais, econômicos e políticos. Neste período, havia bancos e empresas em falência, e perda da confiança no setor privado em criar mecanismos de emprego. E, reforçados por idéias intervencionistas de um economista britânico, John Maynard Keynes, nasceu um novo movimento que transferiu para o Estado a centralidade da indução econômica.

Keynes, com vasta experiência econômica, criticava a atuação excludente do capitalismo. Defensor de princípios sociais, Keynes embasava-se na tese de que trabalhadores empregados e bem pagos poderiam consumir bens e ativar a produção interna criando ciclo econômico favorável de renda e bens. Neste propósito, modernos sistemas previdenciários foram implantados para garantir a renda dos trabalhadores durante seu período ativo e na fase de aposentadoria. (HOBBSAWM, 2003, p. 100).

Em sua principal obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, apresentou idéias propõe um Estado que incorpore para si a responsabilidade em garantir o bem estar social generalizado. Este planejamento incluiu: a geração de emprego facilitada pelo Estado com obras públicas de infraestrutura e de financiamentos a setores estratégicos. E estes financiamentos foram realizados com a expansão das reservas do sistema bancário, proporcionando aos bancos mais empréstimos, e como consequência: aumento de moeda no mercado para expansão de obras públicas e investimentos que resultavam em mais emprego.

Para evitar uma implosão social por conta da forte recessão, algumas medidas econômicas seriam inevitáveis, como instrumentos que incentivassem o aumento do emprego e que possibilitassem o consumo, o que implicava em que o Estado deveria assumir a incapacidade do setor privado em mover a economia por si mesmo até então defendida por liberais. (FULSFELD, 2003, p. 178).

Ainda colaborando com suas medidas, propôs proteção às indústrias de energia, transportes e comunicações, por entender representarem interesses estratégicos necessários para gerar emprego e aquecer a economia. Na verdade,

setores que representaram fácil domínio para o Estado conduzir iniciativa de geração de empregos. (STREY, 2004).

Keynes, em oposição ao modelo hegemônico excludente, propôs uma postura estratégica da empresa em que denominou: “uma organização econômica reformista, de Economia Mista”. Nesta reforma, o governo promoveria a justiça econômica e social com medidas intervencionistas para o emprego e renda, proteção ao indivíduo, liberdade de escolha e propriedade. E sobre interpretação de desenvolvimento econômico, faz-se necessário incluir: propriedade e valor, tributação, política de concorrência e ética nos negócios. (GIDDENS, 2006).

Diferente do capitalismo excludente, Keynes desejava outro entendimento sobre perdedores e vencedores. Como ele destacava, os vencedores são os altamente qualificados e internacionalmente competitivos. E os perdedores aqueles sem habilidades e desamparados para competir. O objetivo da Economia Mista seria mitigar as diferenças, trazendo os vencedores mais próximos a à sua comunidade e proporcionar aos perdedores a inserção em suas comunidades. Criar condições emancipatórias e de justiça social configuradas nos processos educacionais e na forma de crescimento econômica menos expansionista. Um sistema de educação adequado a todos os indivíduos evitaria os fortes contrastes sociais e a dominação de grupos particulares voltados exclusivamente à expansão, exploração de riquezas (recursos naturais) e de mão de obra barata para produção (baixos rendimentos). (GIDDENS, 2006).

Outro expoente intervencionista era Gunnar Myrdal (sueco), que assumiu a cadeira de economia política da Universidade de Estocolmo em 1933. Gunnar Myrdal era crítico analítico do subdesenvolvimento. Em 1955, discursou sobre “o mecanismo das desigualdades econômicas nacionais e internacionais”; esclareceu que subdesenvolvimento é resultado da estratégia capitalista de certos países industrializados em manter os menos industrializados dependentes de suas economias, o que designou como dependência dos países periféricos (subdesenvolvidos) com os dos centros (desenvolvidos). Segundo ele, ao capitalismo interessa a manutenção do *status* para garantir a manter a desigualdade social, concentração de renda, formação de excedente de produção e de mão de obra, o qual deve ser expedido para outras nações, às subdesenvolvidas. (MACHADO, 1999). Em sua visão, os desempregados, a massa de excedente,

“conduzidos socialmente” à delinquência, o que contribui no atraso intelectual de uma sociedade, e vem a contribuir emna dominação e manipulação a aceitar condições precárias de existência e a suscetível a incapacidade de reagir contra o modelo excludente. (MACHADO, 1999).

As considerações sociais, a partir do debate intervencionista, podem ser resumidas como um conjunto de princípios voltados a promover benefícios com garantias sociais. No debate Welfare State, assim chamado, cabe aos estados intervir politicamente para garantir “harmonia” entre o mercado e evitar a debilidade social. (GOMES, 2006, p.3). Ao papel Estado cabe impor sua autoridade, por meio da institucionalidade jurídica, em favor do direito à propriedade, no combate da miséria, da ignorância e da ociosidade. (GOMES, 2006).

Para ilustrar o alcance da proposta, destaca-se a lição do Welfare State do Estado Alemão e EUA. A Alemanha no século XIX, já tinha estratégias para desenvolver uma ciência administrativa do Estado, e que promovesse a integração entre “ciência da administração, da economia, das finanças, das técnicas agrárias e manufatureiras”. (GOMES, 2006, p. 4). Para construir este Estado, um dos setores que recebeu políticas específicas foi na educação. Com a intenção de que a elevada educação ao povo desta nação pudesse refletir no processo produtivo e econômico. Intenções que se concretizaram com uma massa trabalhadora altamente qualificada e culturalmente avançada. (GOMES, 2006).

Nos EUA, Franklin Roosevelt (1933-1945), tomou como medida de política econômica e social um sistema de seguridade social para aposentadoria, criação de seguro desemprego, fornecimento de ajuda financeira para as famílias menos abastadas e com filhos dependentes. Estas medidas auxiliaram a retirada de parte da população da situação de miséria. Politicamente, o país adotou as características do Estado providência, que colaborou o suficiente até a II Guerra, quando o país conseguiu ajustar o quadro advindo da depressão de 1929. (GOMES, 2006).

Ainda que necessária para reconstituir a condição de emprego e renda, todavia, a teoria de Keynes e o Estado de Bem Estar Social, nesta vivência, passa a ser repensada entre os economistas da época. A dificuldade da elite industrial em aceitar o Estado intervencionista colabora para fragilizar o modelo. Economistas reforçam argumentos contrários quanto aos estímulos à poupança e a

alta carga tributária necessária para o estímulo ao emprego, os quais dificultavam a expansão do consumo e conduziam a um quadro de inflação cada vez mais ameaçador e limitador das forças produtivas. Tais medidas decorreram num quadro inflacionário que veio obstaculizar a capacidade de compra dos consumidores. E passou a interferir negativamente na economia, freando o seu processo de crescimento e desenvolvimento. (STREY, 2004).

Na década de 1970, com o aumento de produtividade e estabilização do consumo, reduziu-se a capacidade de gerar emprego. E ainda, em 1973, ocorreu o grande choque do petróleo, forçando os preços a se elevarem a patamares significativos que inflacionaram os produtos. Um quadro econômico com preços elevados, inflação e *déficits* públicos crônicos foram suficientes para que os defensores do Estado mínimo ressurgissem com toda a energia, impondo reformas liberalizantes. (DUPAS, 1998, p. 6).

Para agravar a situação caótica, a URSS, antes em crescimento, dirigia-se gradualmente para a estagnação econômica. A produção e a produtividade sofreram duramente o que resultou num processo de desequilíbrio entre demanda e oferta com conseqüências desastrosas para toda a população. Este quadro de declínio contribuiu decisivamente para a intensificação das forças liberais se manifestarem em todo o ocidente, como Mises e Hayek, passaram a pressionar fortemente o distanciamento do Estado intervencionista e emergência de adoções liberalizantes na economia e liberdade na concorrência. Neste período, fortaleceu o discurso neoliberal como melhor expressão do desenvolvimento das forças produtivas. (HOBBSAWM, 2003), como discorre o texto na ordem seguinte.

2.4 ASCENSÃO DO ESTADO NEOLIBERAL

A dificuldade em preservar o emprego e em manter o consumo, ainda mais com os *déficits* públicos crônicos, fruto dos gastos e empréstimos contínuos do Estado expansionista, resultou num quadro inflacionário e perda da capacidade de compra dos trabalhadores, afetando toda a economia. Essa crise econômica, neste momento histórico, contribuiu para acentuar o debate em defesa do afastamento do Estado das medidas protecionistas de pleno emprego. Novos entendimentos sobre a atuação do Estado aclamados por Reaganismo (EUA) e

Thatcherismo (Inglaterra) que apóiamapoiam-se em princípios de liberdade econômica irrestrita via desregulamentação econômica, e privatizações em massa. (SOUZA, 2001^[u2]).

De acordo com Laurell (1995), os princípios defendidos pelo neoliberalismo apóiamapoiam-se me em forte competição e incentivo à livre iniciativa; no Estado minimalista, que se afasta da intervenção nos mecanismos do mercado que são vistos como auto-rreguláveis. O Nneoliberalismo sugere um sistema de princípios que, aparentemente inovador, é clássico, “baseia-se em idéias liberais clássicas de Adam Smith”. (CHOMSKY, 2004, p. 21). Smith argumentava que o Estado não tinha competência para conduzir a economia. Para ele, o Estado é pesado como um elefante e sendo como tal, sem agilidade. (DUPAS, 1998).

Os princípios neoliberais valorizaram ao desregulamento do setor financeiro, a privatização, desnacionalização de riquezas naturais, de empresas bancárias, industriais, agropecuárias e antigos serviços públicos como estradas de ferro, eletricidade, correios, água potável, escolas e hospitais. E com argumentações contrárias a qualquer gasto público para equilibrar o orçamento, pois o mesmo deve ser destinado ao pagamento da dívida pública. Ainda, a desregulamentação dos sindicatos dos trabalhadores e dos direitos desta classe e rebaixamento dos ganhos dos trabalhadores, a razão essencial para equilibrar os preços e manter a competição livre. (GENTILLI, 2008, p. 55).

Para melhor compreender os balizamentos neoliberais, há que considerar as origens de duas escolas: Austríaca e Americana. Aa Eescola austríaca, do século XIX, liderada por Ludwing Von Mises e Friedrich Von Hayek, . Ee a escola americana que inicialmente teve como os ideais expressivos de Milton Friedman. Ambas as correntes opunham-se ao intervencionismo estatal e logo à escola Keynesiana. Em 1947, um grupo de intelectuais liberais suíços; reunidos em Monte Pèletin, na Suíça, defenderam ativamente ideais em oposição ao estado de bem-estar social, por serem coercitivos e cerceadores da expressão e liberdade individual, o que deveriam ser rechaçados. Na sequência^[u3], os ideais liberais europeus de Ludwing Von Mises e Friedrich Von Hayek, do americano Milton Friedman. (HOBSBAWM, 2003).

Ludwing von Mises, em sua obra *Ação Humana: um tratado de Economia*, compreende o indivíduo como dotado de necessidades e desejos. As

necessidades geram desconfortos e os desejos são expressões de suas escolhas. Assim, o indivíduo, na ação consciente ou em seu comportamento propositado, tem como objetivo racional buscar formas de eliminar o desconforto e preservar a identidade física. Neste tema, os indivíduos possuem desejos e preferências díspares, alguns desejam a riqueza, outros o sexo e outros, nada desejam e por isso as liberdades individuais devem ser garantidas e respeitadas e não impostas por mecanismos interventivos estatais. (HOBBSAWM, 2003).

Hayek, liberalizante e opositor às contemplações sociais, em um livro intitulado “O caminho da servidão”, escreveu que a sociedade está envolvida por condições político-sociais que geram inseguranças. Nesse entendimento, a razão necessária para desenvolver a segurança está na economia, e a expressão que possibilita a segurança é a “liberdade econômica” para o indivíduo na busca por renda (riqueza) poder ser defender. (HOBBSAWM, 2003, p. 266). Em seus descritos, defendeu que a intervenção do Estado levaria os indivíduos a completa perda da liberdade em almejar os seus objetivos e caminhos individuais, fator que conduziria o indivíduo a insegurança é a perda da autonomia. (HAYEK, 1990).

Estado estende então seus braços sobre toda a comunidade. Cobre o corpo social com uma rede de pequenas regras complicadas, minuciosas e uniformes, rede que as mentes mais originais e os caracteres mais fortes não conseguem penetrar para elevar-se acima da multidão. A vontade do homem não é destruída, mas amolecida, dobrada e guiada; ele raramente é obrigado a agir, mas é com frequência proibido de agir. Tal poder não destrói a existência, mas a torna impossível. (HAYEK, 1990, p. 20).

Nesta vertente, um Estado, que impõe tributos gradualmente distribuídos conforme a renda está cometendo um grande equívoco. Os ricos são os indivíduos capazes de produzir mais renda para a nação. Este intervencionismo atrapalha os a evolução dos processos produtivos e o desenvolvimento econômico. Com isso, graças aos esforços dos ricos, os pobres conseguem se alocar em postos de trabalho para obter renda.

Na lógica neoliberal, ao intervir na economia, o governo está tirando a liberdade dos homens de negócios conduzirem-se na obediência suprema dos consumidores, ou seja, o governo arroga para si um poder que, na economia de mercado, pertence aos consumidores. O intervencionismo é o sinal mais evidente de que o governo fracassou no funcionamento do mercado; desorientado ele passa a interferir nos preços, nos padrões salariais, nas taxas de juros e lucros. (HOLANDA, 2001, p. 66).

A vertente a americana defendida por Milton Friedman, centrou-se em combater a política intervencionista e pró-sindicatos de Franklin Roosevelt. Friedman era contrário à fixação de qualquer salário, uma vez que interferiam nos custos de produção e, conseqüentemente, reflexos refletia nos preços e na inflação. Em *Capitalismo e Liberdade* (1962), apresentou como argumento central nas medidas que possam estimular o retorno da supremacia à livre iniciativa. O Estado não deve se preocupar com a igualdade social, os mais ricos podem financiar estruturas de produção para os mais pobres trabalharem. (FUSFELD, 2003, p. 270).

O Estado, para resolver os problemas da sociedade deveria ser ágil. E para tanto, deveria manter-se desativado economicamente, privatizando todas as empresas pertencentes a este. Em relação aos sindicatos, estes deveriam ser desativados. “O mau desempenho das forças de mercado se devia à aliança espúria entre o Estado de Bem estar social e os sindicatos.” (NASCIMENTO, 2006, p.4). De acordo com os neoliberais, o investimento, necessário para o desenvolvimento, tem em seus preceitos a diminuição da força trabalhadora e conseqüentemente dos sindicatos. No ideário neoliberal, o desenvolvimento social depende de produção, os indivíduos desempregados (excluídos) procurariam empregos enquanto os capitalistas poderiam oferecer. (REGA, 2000).

Ainda, sob este prisma, no campo social e político, neoliberais ao combaterem a intromissão do Estado, julgaram o progresso individual em função do seu mérito. Sendo assim, o progresso ou fracasso estão realçados no talento, no esforço, e nas habilidades para exercerem suas funções. Nesta lógica, cada indivíduo tem a responsabilidade de melhorar seu mérito, e por essa conduta deve ser avaliado. No universo da competição, a ideologia da meritocracia prescreveu a maximização dos lucros, como resultado dos talentos, dos melhores preparados. A sociedade reorganizou-se sob critérios de desempenho individual em detrimento do social. Enfatizava que a competição individual na economia, contribui para o progresso individual e ao mesmo tempo da sociedade, mesmo quando à primeira vista exclui, os efeitos gerais e de longo prazo são positivos. (BARBOSA, 2006).

Com o avanço dos pressupostos neoliberais, as economias desenvolvidas passaram a transferir seu excedente para as economias menos desenvolvidas. E para esta finalidade, tratados e consensos foram impostos a algumas nações, cujo interesse era o crescimento de grupos privados que

necessitavam expandir suas vantagens econômicas e dominar regiões que pudessem atender seus interesses.

Na seqüência, o Consenso Washigton e suas determinações para a América Latina.

2.5 DETERMINAÇÕES NEOLIBERAIS: RELATOS DO CONSENSO DE WASHINGTON

Governos neoliberais americanos evoluíram seus pressupostos e propuseram a existência de um sistema de doutrinas que fora denominado de I Consenso de Washington. (CHOMSKY, 2004). O Consenso de Washington (1989) ou Neoliberal são princípios de interesses norte-americanos e das instituições financeiras internacionais que visavam impor direcionamentos estruturais em torno da liberalização dos mercados. O II Consenso de Washington, de 1990, é expressão de John Williamson, que contemplou um conjunto de medidas amplas organizadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, para estabilizar a economia dos países periféricos. (ALCOFORADO, 1997).

Os princípios centrais que regeram os Consensos de Washigton para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento: “desregulamentação da economia, fixação de preços pelos mercados, estabilidade macroeconômica via cortes públicos, reduzir as proteções sociais e privatização em massa”. Entre os escolhidos foram Chile, México, Argentina e Brasil. (CHOMSKY, 2004, p. 22).

O ajuste econômico aconteceu, por exemplo, na década de 1970, aconteceu no Chile, na década de 1980 no México e em 1990, no Brasil. Na ordem macroeconômica, políticas recessivas, realçaram as determinações para obter *superávits*, para cobrir o serviço de pagamento da dívida externa e das importações. Outras determinações foram relativas à emissão de títulos da dívida pública de mercado como instrumento de regulação dos mercados financeiros e cambiais. (SOARES, 2001).

Na perspectiva do Estado brasileiro, a situação política e econômica dos anos 1980 era de um país visivelmente fragilizado economicamente e que precisava enfrentar a instabilidade da moeda, do crescimento econômico, a desordem das políticas públicas. Foram múltiplas tentativas políticas para ajustar a economia: oito planos, quatro moedas, vários modelos para controlar os preços,

vinte propostas de negociação da dívida externa e dezenove decretos para modificar o fisco. Essa situação caótica da economia brasileira dificultou considerações impostas pelo Consenso. (SOARES, 2001).

Contudo, com a eleição do Presidente Fernando Collor de Melo na década de 1990, o Consenso forçou novas medidas de ajuste e o país rompeu com o protecionismo interno e abriu espaço livre para as iniciativas privadas estrangeiras. (SOUZA, 2005).

É o acentuar do modelo produtor para exportação, competitivo ante as economias avançadas, o qual supõe a franquia da nossa produção aos capitais dos monopólicos externos. Tudo em clara integração como ideário neoliberal. A privatização do Estado preenche outro requisito imprescindível desse ideário. Os procedimentos para obtenção deste télos seguem, em dose única, o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI): o enxugamento da liquidez, o quadro recessivo decorrente, a redução do déficit público, a modernização (privatista), o estímulo às exportações, e, é claro, a prática do arrocho salarial, secularmente usada em nosso país. (ANTUNES, 2004, p.9).

Em 1994, é eleito Fernando Henrique Cardoso de Mello, seu partido foi o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Num discurso preeminente, Fernando Henrique hostiliza o comportamento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e delega a eles a obrigação de ampliar suas competências para contribuir com o crescimento econômico da nação. Em discurso, desloca para os sindicalistas a incompetência e atraso da indústria nacional em proporcionar melhor renda e emprego. Suas intenções, na verdade, era enfraquecer a atuação dos sindicatos. E assim, permitir as privatizações tão almejadas pelas oligarquias neoliberais internacionais. “O avanço neoliberal, nesta proporção, possibilitou transformações significativas e contribuíram para a desigualdade social, desemprego e desnacionalização da economia.” (ANTUNES, 2004, p. 34).

Com a entrada da elite produtiva neoliberal, o modelo de gerir a empresa, gradualmente, adotou técnicas internacionais de especialização do trabalho e divisão social, as quais, como de praxe, fragmentaram as relações sociais e criaram barreiras a ações intelectuais, como destacou Kuenzer (1985). A metodologia do Taylorismo e do Fordismo foi disseminada para atender a uma divisão social e técnica do trabalho. O novo paradigma organizacional se constituiu e uma nova estrutura verticalizada estabelecida em níveis distintos: operacionais, intermediários e de planejamento e gestão.

Todos os movimentos do trabalhador passaram a ser padronizados para efetivar a competitividade. O comportamento social passou a ser orientado apenas pelos movimentos fabris, o pensamento se voltou exclusivamente para a tarefa especializada, o que fez com que o trabalhador perdesse a visão ampla do trabalho e suas relações sociais. Foram manifestações propositais por parte dos produtores para que os trabalhadores se desligassem da visão crítica quanto à exploração invisível, mantendo relações dominantes para que os envolvidos evitassem a compreender, por meio das interações, a imposição de instrumentos de dominação como altas metas e premiações por resultados que incitava competição entre os mesmos, ressaltando sempre o melhor, o poderoso, o competitivo. (KUENZER, 1985).

2.5.1 As Contradições do Neoliberalismo

A doutrina neoclássica que predominou a partir do século XIX, em que as forças do livre mercado poderiam promover o crescimento econômico equilibrado, se pulverizou entre diferentes atores. Porém, este equilíbrio nunca foi alcançado, já que as assimetrias deixaram de ser exceção e passaram a ser regra, o que desequilibrava desproporcionalmente as forças do mercado. Outra crítica advinda de um modelo que sempre priorizou a expansão sem limites, o que resultou em impactos ambientais que comprometem a própria reprodução da vida no planeta. Além da desproporcional distribuição de renda e do colapso ambiental eminente (exploração de recursos e acúmulo de resíduos), também as relações sociais passaram a ser dominadas por mecanismos utilitaristas, empobrecendo-se a sociabilidade e as relações humanas. (SANTOS, 2002).

As mudanças defendidas por desenvolvimentistas neoclássicos atingiram, inclusive, o estado americano. Em termos de poder, somente 500 empresas (não agrícolas) controlavam cerca de dois terços da economia deste país. Um pequeno grupo detém o poder de decisão sobre o restante da economia global. (HUNTER; SHERMAN, 2005). Os postos de trabalhos e os salários americanos estão estagnados ou diminuindo. Este fator tem refletido nas desigualdades de riquezas com elevados índices de pobreza infantil, e por outro lado, o empresariado, extasiado por índices generosos de lucros. (CHOMSKY, 2004).

As vantagens neoliberais não se manifestaram com êxito nas economias exportadoras por métodos tradicionais, algumas considerações devem ser explicitadas LAURELL (1995, p. 56):

1. As políticas públicas não representam o único meio para as possibilidades produtivas se manifestarem. As economias mais avançadas contam com uma mão-de-obra extremamente qualificada, com competência para desenvolver e operar tecnologias sofisticadas e incrementar a produtividade.
2. A abundância de recursos naturais não é resultado único de êxito no desenvolvimento. As economias exportadoras e bem-sucedidas, como o Japão, se caracterizam por negociar grandes compras internacionais dos recursos necessários e agregam valor superior àquelas que o produzem.
3. O desequilíbrio entre um mercado interno reduzido e sua competência produtiva para a demanda externa deixou de ser sucesso econômico. As economias mais importantes do planeta estimulam: o consumo interno e promoção do bem estar. Este princípio visa alcançar distribuição mais justa da renda nacional.
4. A produção da tecnologia não é sinônimo de êxito, mas negociações nas importações e exportações de tecnologias para eficiência na produção.

As experiências do Chile, México, Argentina e Brasil que tiveram como uso a emissão de títulos da dívida pública imobiliária, como instrumentos de regulação dos mercados financeiros e cambiais abertos, refletiram como destaca Soares “em um montante de dívida incontrolável, uma vez que não existe capacidade de absorção fiscal dos impactos desestabilizadores de um mercado monetário que opera com títulos públicos de alta liquidez e elevadas taxas de juros”. (SOARES, 2001, p. 30). As bases das medidas demonstraram o caráter contraditório da relação entre políticas fiscal e cambial. Ainda, o setor privado, para se ajustar às políticas recessivas, baixou os salários e a quantidade de empregos, criando um aumento no setor informal e conseqüentemente evasão de tributos, e em alguns casos, ampliação da criminalidade. (SOARES, 2001).

Assim, as políticas assim provocaram uma desordem social nestes países, incluindo o Brasil. Com os índices de desempregos em crescimento e forte recessão, a demanda por serviços sociais saltaram, sobretudo na Seguridade Social. Para resolver a situação caótica, o governo brasileiro declarou corte maior nos gastos públicos. E como resultado, um quadro evolutivo na pobreza e na miséria. E com o Estado enfraquecido, como preconizavam os neoliberais, os oligopólios industriais e financeiros, neste momento, fortalecidos, passaram a impor suas vontades à nação. Nestas vontades, determinavam o modelo de investimentos e o caráter da exploração dos recursos naturais e humanos, (ALCOFORADO, 1997).

Com as políticas do FMI e Banco Mundial, empregadas seguindo as diretrizes do II Consenso (1990), facilitaram-se a entrada de produtos estrangeiros, fortaleceram-se os oligopólios via fusões e incorporações, além de um forte processo de privatização de estatais. Várias exigências foram impostas para diminuir a inflação, como corte nos gastos públicos, o que comprometeu ainda mais o já combalido desempenho do PIB brasileiro. E no campo social, o Brasil viveu um período de precarização do trabalho, dominado por elevados índices de desemprego, subemprego e agravamento da pobreza (1997, p. 112).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou alguns dados importantes que representaram o saldo negativo com a entrada dos pressupostos neoliberais. Entre eles destaca-se a queda dos rendimentos dos empregados entre os períodos de 1981 a 1990. A queda dos rendimentos foi expressa da seguinte forma: “no nível superior e gerencial foram de 23,9%; no nível médio 17,9% e de 14,7% para os níveis manuais”. Por outro lado, cabe ressaltar, que estas alterações nas rendas dos empregados foram transferidas para a camada da população mais rica. Evidenciando uma reconcentração da pirâmide. “A apropriação dos 5% mais ricos passou de 31,9% para 34,4% no mesmo período de análise; e as de 1% mais de 12,1% para 13,9%”. O perfil da distribuição de renda em 1990, em termos comparativos, com os “10% mais ricos se apropriando de quase metade (cerca de 48%) do total de rendimentos dos ocupados”. (SOARES, 2001, ps. 37 e 165). A distribuição de renda da população, nos levantamentos deste período, revelou alguns percentuais importantes sobre a evolução da pobreza:

O número de pessoas acima da linha da pobreza diminuiu no período recessivo (1981/1983), voltou a crescer no período de 1985/86, e caiu novamente em 1988. O saldo ao final do período total é de que proporção dessa população “não pobre” retrocede a um patamar inferior ao de 1980, indicando uma ampliação do empobrecimento da população. Este padrão evolutivo foi semelhante nas áreas urbanas e rurais. A disparidade urbano-rural surge quando se analisa a proporção de população pobre (com rendimento domiciliar per capita abaixo da linha da pobreza): em termos relativos está mais concentrada na área rural; mas, em termos absolutos, os pobres estão, em sua maioria, situados em domicílios urbanos das regiões metropolitanas. (SOARES, 2001, p.172).

Soares, também apresenta alguns dados relevantes inferidos no campo ambiental. Segundo autor, houve um tratamento heterogêneo na política de saneamento e coleta de lixo. Na região Sudeste, em 1990, o esgotamento sanitário

ultrapassou o nível de 50% de atendimento. Em outras regiões variaram de 9,4% no Nordeste a um máximo de 36,5% na Região Centro-Oeste. Nos municípios, no que diz respeito ao tratamento do saneamento e coleta do lixo, o alcance das políticas se revelaram precárias, sendo: “19% do volume coletado para o esgoto eram tratados, variando entre 26,9% na região Sul e 15,4% na região Norte”. No tocante aos dados dos resíduos sólidos, “7,3% do total eram lançados em vazadouros; 22,1% em aterros sanitários e 1,7% tratados em usinas de compostagem, reciclagem e incineração”. As regiões de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte alcançaram percentuais proporcionalmente maiores, sendo respectivamente: “15,4%, 14,3, e 9,1%” nestes tratamentos, porém, ínfimo a necessidade real. (SOARES, 2001, osp.165 e 166).

Em razão desta gravidade social e das evidências citadas entre outras, o Relatório das Nações Unidas e Desenvolvimento Humano, de 1996, destacou “a importância decisiva das políticas governamentais de capacitação de recursos humanos e atendimento às necessidades sociais básicas como trampolim para o crescimento econômico sustentado”, Chomsky (2004, p. 36). E reforça que debilidade na educação e na saúde contribuema debilidade na educação e na saúde contribui com a desigualdade social e com na forma de distribuir renda. O próprio diretor do Banco Mundial, Stiglitz, em 1997, confirmou a América Latina como “campeã de desigualdade social”. (p.37).

O quadro desolador que permeou os anos de 1980 e 1990, fez com que começassem a surgir novas propostas de sociabilidade, alicerçados na justiça social, solidariedade e sustentabilidade. Nesse sentido, Souza Santos destaca a urgência de um novo pensar: “vivemos em uma época em que parece não existir alternativa ao capitalismo”. (SOUZA SANTOS^[u4], 2005, p. 24). Por isso, a reinvenção de formas alternativas é urgente, para que se faça frente ao autoritarismo do modelo dominante que avança impiedosamente e sem obstáculos a limitá-lo.

A partir, dessa necessidade de pensar diferente, é necessário avaliar as novas manifestações que se apresentam com o propósito de contribuir para um desenvolvimento socioeconômico alternativo, em favor da emancipação social baseado em princípios de igualdade, solidariedade e na proteção do meio ambiente, Souza Santos^[u5] (2005). Nesse sentido, apresenta se no capítulo II algumas dessas

propostas alternativas, com suas particularidades e desafios diante da realidade contemporânea.

3 COMPREENDENDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEUS PRINCÍPIOS

3.1 DESIGUALDADES, RISCOS E CRISES: OS LIMITES DO MODELO HEGEMÔNICO E EMERGÊNCIA DE ALTERNATIVAS

Como já destacado, o modelo de crescimento predominante nas últimas décadas do século XX foi dominado pela desregulamentação dos mercados, redução da intervenção estatal e por um processo de expansão que transcende as fronteiras nacionais e se mundializa. Como subproduto de um momento de expansão das forças produtivas, assiste-se à acentuação das contradições, com o aumento da exclusão social, concentração de renda e poder, achatamento salarial, desemprego estrutural, flexibilização e recuo dos direitos sociais e sentimento generalizado de insegurança e instabilidade, além da intensificação da degradação ambiental, fruto de um modelo produtivo predatório e de um sistema econômico centrado no consumo sem limites. (GENTILLI, 2008).

Neste ponto de vista, a transformação do capitalismo global tem caráter estrutural de efeito desigual para a riqueza das nações. A maior parte da produção e da riqueza se concentra entre EUA, Japão e Europa Ocidental, considerados ricos (GENTILLI, 2008). Esse processo de crescimento da riqueza é orientado pelo excedente de produção destes países. Neste olhar, a capacidade destes países em avançar constantemente em tecnologia e informação, expande lucros para os seus acionistas acumularem mais lucros. Contraditoriamente, o constante avanço nas tecnologias tem como efeito mais produção e menos empregos.

Souza Santos (2002) denuncia que o modelo econômico delineado pelas doutrinas neoliberais, agrava sobremaneira a condição dos trabalhadores e excluídos, uma vez que propõe a autonomia dos mercados em afastamento do Estado. Segundo ele corresponde a um “novo regime de acumulação de capital”, em que se deixa de se fazer concessões, como acontecia no advento do liberalismo do século XIX e passa-se a um regime globalizado em que a cada um deve se responsabilizar pelo próprio destino, ainda que este lhe tenha sido imposto de forma perversa e arbitrária, abandona-se a visão de sociedade e de comunidade para se engrandecer o individualismo (2002, p. 14). Essa globalização visa na verdade

submeter à sociedade sob a lei de valor, em que a condição social passa a ser prevalecida sob as normas de mercado, o que resulta num quadro dominado por contradições ímpares na história humana. (SOUZA SANTOS, 20032002).

Contudo, o efeito desigual da distribuição da riqueza e aumento da exclusão tem reforçado emergir um novo debate para as questões econômicas globais. Souza Santos (2003)^[u6] considera três características negativas para a exclusividade do modelo hegemônico. O primeiro, de tradição marxista é a desigualdade social pela apropriação da mais-valia e dos bens públicos pelo setor privado; e o modelo que constitui o sistema social na forma autoritária e patriarcal. Em segundo lugar, as relações sociais empobrecidas produzidas pela interação da concorrência no mercado capitalista, baseadas exclusivamente no benefício individual em lugar da solidariedade. E por último, a exploração ambiental. O capitalismo tende a esgotar a capacidade natural para maximizar seus ganhos. Por isso, surgem manifestos em favor da natureza e imposições aos processos produtivos e expressões contrárias às vantagens capitalistas.

Em um estudo desenvolvido por Ulrich Beck, denominado *Risk Society: Toward a New Modernity*, o autor apresenta uma importante compreensão sobre risco. A sociedade contemporânea está suscetível a sofrer por impactos ambientais, visíveis e invisíveis, fruto do modelo de desenvolvimento econômico adotado. Para ele, a produção de riqueza e a industrialização na sociedade contemporânea estão acompanhadas por uma produção de risco social. O processo de desenvolvimento econômico atual está associado ao processo de produção de inúmeras formas de contaminação que provocam ameaças ao planeta e ao meio ambiente, e muitas vezes catástrofes não imagináveis. Alerta ainda, que estes riscos não se limitam a regiões ou sociedades específicas, toda população poderá ser atingida, no presente ou nas gerações futuras; em menor ou maior grau. O ideário da produção está baseado no conflito em torno do risco. (DEMAJOROVIC, 2001, p. 35).

Do mesmo autor supracitado, o risco pode possuir múltiplas facetas. O desenvolvimento econômico e competição globalizada tornam as decisões exigidas mais complexas e arriscadas. O avanço tecnológico colabora para minorar o uso de pessoas na indústria, risco, portanto de grande massa sem emprego. A concentração de indústrias aumenta a degradação ambiental e descarte de

resíduos, assim riscos sócio-ambientais. Vivemos num contexto em que as conseqüências parecem estarem desarticuladas de seus atores, algo externo a cada um e ao mesmo tempo ameaçador, mas incontrolável. Neste modelo, muitas catástrofes e acidentes ambientais têm colocado a sociedade moderna em situação de risco e insegurança. “As catástrofes e os danos ao meio ambiente não são surpresas ou acontecimentos inesperados, e sim conseqüências inerentes da modernidade, que mostram, acima de tudo, a incapacidade de controlar os efeitos gerados pelo desenvolvimento industrial”. (DEMAJORIVIC, 2001, p. 34).

Ainda, uma das evidências destas catástrofes da modernidade está na esfera do trabalho sobre a forma de precarização. As péssimas condições sociais de trabalho cotidiano tem sido alvo para o debate contra a hegemonia dos capitalistas. Nesta compreensão, Barbosa (2007) discute que há uma crise social no campo das relações do trabalhador. O avanço tecnológico faz com que o trabalhador perca sua identidade com o trabalho. O modelo de desenvolvimento econômico capitalista é relacionado com avanço de técnicas e subdivisão das tarefas. Este processo ao mesmo tempo em que promove a rotina e alienação, descaracteriza o papel do trabalhador enquanto indivíduo de uma ação coletiva. E, com o avanço da automação, boa parte da força trabalhadora passa a inexistir. Com isso, o trabalhador perde a relação social integrativa, degenerando sua capacidade da sociabilidade. A autora, ainda, avalia que a crise capitalista global está sustentada na debilidade no processo de extração do [u7] sobre trabalho. (BARBOSA, 2007).

Nestas evidências, alguns teóricos ponderam sobre a relevância teórica e empírica em relação às argumentações em torno de novas alternativas para o desenvolvimento econômico, como as cooperativas ou modelos associativos, os quais a inter-relação entre os integrantes se faz por princípios de solidariedade, integração social, participação e justiça. Na observação de Culti (2011, p. 34), “nas relações de trabalho onde os trabalhadores são mais participativos e fomentadores da articulação social, os resultados são mais positivos, provocando e promovendo o desenvolvimento local”. Nesta participação, os avanços no ambiente social e cultural contribuem para inclusão dos excluídos pelo capitalismo. Assim, o estudo segue apresentando os fatores históricos que reforçaram o aparecimento da Economia Solidária como uma possível alternativa ao modelo hegemônico.

3.2 A BASE HISTÓRICA

A Economia Solidária e suas bases organizacionais, não podem ser identificadas como uma construção recente, já que os pressupostos que lhe dão sustentação remonta ao século XIX como resposta ao empobrecimento dos trabalhadores das fábricas em decorrência da substituição da mão de obra braçal por máquinas durante a Revolução Industrial. Em crítica ao modelo hegemônico, alguns pensadores contribuíram no debate sobre o papel do Estado e por uma alternativa ideologicamente mais orgânica e menos excludente. Os principais expoentes desse movimento que passou a ser conhecido por socialismo utópico foram Claude Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1873), Pierre Proudhon (1809-1865) e Robert Owen (1773-1858).

Cloude Saint Simon idealizou um Estado industrializado que teria como objetivo a formação de uma classe trabalhadora de bens úteis à vida. Cabendo ao Estado a distribuição justa da renda e a classe trabalhadora unidas em associações. Para Charles Fourier, a sociedade seria estruturada por meio de fazendas coletivas agroindustriais chamadas “falange” ou “falantérios”, a distribuição da renda seria feita em função da quantidade e qualidade do trabalho.

Pierre Proudhon era a favor de uma sociedade anarquista e era um ardoroso crítico da propriedade privada. Como anarquista idealizou uma comunidade na qual as relações mútuas seriam regidas por leis de mútua concordância entre os interesses dos participantes em contra-oposição de novos inventos e as autoridades que impõem leis determinantes ao comportamento do indivíduo. E que estas relações pudessem ser reajustadas para satisfazer novas exigências ao desenvolvimento contínuo desse indivíduo e que manteria a vida livre, sempre. Portanto, segundo Proudhon nenhum homem seria governado por outro homem, e sim por modelos autogestionários.

Robert Owen, foi um dos primeiros e expressivos representantes do modelo de organização cooperativa da sociedade, através da articulação de trabalhadores vitimados pela exploração capitalista. (ARROYO e SCHUNCH, 2006, p.26). A trajetória de Owen inicia-se por volta de 1817, quando era um industrial de destaque na Inglaterra e começou a sensibilizar-se para o empobrecimento de grande massa de trabalhadores. Apresentou ao governo a proposta de criação de Aldeias

Cooperativas integradas por desempregados ou subempregados, passando estes a produzir para sua própria subsistência, além de produzirem excedentes que poderiam ser trocados entre as Aldeias. Aos poucos estes estariam inseridos ao mercado consumidor e poderiam restituir os recursos empregues na constituição das aldeias. Em virtude do descrédito das autoridades britânicas, este seguiu para os Estados Unidos da América (EUA) para desenvolver seu modelo comunitário cooperativista, a qual é implanta em 1825, em New Harmony, no estado de Indiana, porém não consegue obter êxito e retorna à Inglaterra e se torna um dos precursores do sindicalismo da época. (SINGER, 2002).

Embora, suas tentativas não chegassem ao êxito, suas idéias foram se espalhando e ganhando notoriedade em várias partes da Europa. O que deu origem a vários movimentos cooperativos, como o de George Mudie (1826) que criou a primeira cooperativa owenista, cujo ideal foi a formação de uma comunidade de jornalistas e gráficos pudessem desfrutar dos seus ganhos. Em 1821, publicaram o primeiro jornal *The Economist*. Em 1826, outro empreendimento owenista se destacou na Comunidade de Orbiston, progrediram na educação e na forma de distribuição dos rendimentos, os quais seriam repartidos de forma igualitária por hora trabalhada. (SINGER, 2002).

Tendo em vista proporcionar rendimento para sobrevivência à massa de desempregados, em 1827, surgiu a *Brigton Co-operative Trading Association* (Associação Cooperativa de Troca de Brigton), inicialmente teve por objetivo assumir as idéias owenista, mas acabou por se transformar num armazém cooperativo. Em 1828, por meio de uma publicação, essas idéias se espalharam por todo país, o que fez estimular um número considerável de novas cooperativas. (SINGER, 2002).

No meio da ascensão do cooperativismo, o owenismo foi assumido pelo crescente movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora. Um dos grandes líderes, John Doherty, conseguiu em 1829, organizar os fiandeiros de algodão em um sindicato nacional. A partir desta vitória, ele passou a lutar pela organização sindical de todas as categorias de trabalhadores [...] (SINGER, 2002, p. 28).

Singer (2002, p. 35) chama a este período histórico de “cooperativismo revolucionário”. Neste período, a força solidária com o posicionamento operário e socialista do capitalismo, e a figura de Owen, configurou na luta em defesa de novos direitos da classe proletariada. Nesta menção, a

principal intenção era disponibilizar trabalho a todos os desamparados, SINGER (2002).

Em 1844, surge na Inglaterra uma cooperativa de consumidores de trabalhadores para tentar amenizar os efeitos da miséria causada por baixos salários e por oposição operária às condições desumanas de trabalho que eram obrigados a se sujeitarem. A experiência de Rochdale teve como objetivo o associativismo coletivo dos trabalhadores para autogestão dos processos produtivos. Eles decidiram administrar e fundar suas próprias fábricas para eliminar a pauperização dos artesãos que perderam sua fonte de sustento de forma autônoma. (SOUZA SANTOS, 2002).

Este pensar se disseminou em outros setores formalizando novas cooperativas para a produção e o consumo. E um ideal contrário ao pensamento descompassado pelo lucro passou a conferir viabilidade econômica para as cooperativas operárias. Assim, os operários inseridos no processo cooperativo fortalecidos pelo pensamento de justiça e igualdade contribuíram para mobilizar reações favoráveis em outros setores, por exemplo, exigindo dos sindicatos limites a jornada de trabalho em oito horas diárias para os trabalhadores.

No entanto, para equalizar as exigências sindicais, os empreiteiros (1833), passaram a exigir que seus empregados que se desligassem dos sindicatos para poderem retornar ao trabalho. A mesma reação se viu no setor da indústria têxtil. E assim, os sindicatos perderam seu poder de barganha e enfraquecidos para defender os direitos dos trabalhadores. Neste período, a sociedade se deparou em dois pólos distintos, as empresas fortalecidas pela dessindicalização dos empregados avançaram nas práticas dominadoras; enquanto no pólo dos excluídos o movimento das cooperativas avançava para manifestações emancipatórias dos indivíduos, embora com suas forças retraídas pela fragilidade que vivenciavam os sindicatos. (SOUZA SANTOS, 2002).

No final do século XX, diante do agravamento das contradições sociais e da ameaça à própria sustentabilidade, fez suscitar movimentos contra-hegemônicos, pautados por um ideal de justiça e equidade; opondo-se à exploração e ao crescimento predatório e excludente da economia contemporânea e em favor de um desejo emancipatório. Em Porto Alegre (2001), a realização de Fórum Social Mundial, reforçou tais ideais e fortaleceu o debate em torno de um

novo mundo possível. Nessa perspectiva, nasce um pensar crítico alternativo, que de acordo com Souza Santos e Rodriguez [u8] (2002, p.26) abre-se para acolher não uma alternativa, mas acolheê-las no plural e é exatamente na multiplicidade de experimentos que os autores citados acreditam que surgirão novos modelos econômicos e de sociabilidade realmente emancipatórios. Porém, ainda que distintas, as iniciativas apresentaram elementos comuns como pressuposto fundamentais, tais como: igualdade, solidariedade, respeito à natureza. Vale a pena levar em consideração o conceito de emancipação de acordo com Cattani (2003, p.130):

O processo ideológico e histórico de libertação de comunidades políticas ou grupos sociais, da dependência, da tutela e da dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais. Emancipar-se é atingir a maioria de consciência, com autonomia de conhecimento e de percepção da realidade independentemente de imposições ou influências externas apresentadas como naturais. É o inverso do pensamento elitista que afirma continuamente a incapacidade congênita do povo de ter iniciativas autônomas e de manifestar e defender seus próprios interesses, ou seja, pressupõe-se que uns sejam mais capazes e aptos naturalmente que outros, justificando-se e naturalizando-se a liderança de alguns poucos sobre os demais.

Segundo Souza Santos e Rodriguez [u9] (2002) existem quatro razões para despontar novos modelos produtivos pautados na cooperação e solidariedade entre trabalhadores: a indesejabilidade às economias capitalistas centralizadas e cheias de rotinas rígidas, as cooperativas surgem como interativas e visam à inclusão dos integrantes. A segunda razão, as cooperativas de trabalhadores possuem potencial para responder as exigências do mercado global contemporâneo, pois seus trabalhadores-proprietários têm incentivos (econômico e moral) para se adaptarem às novas regras de mercado, e, por estarem nesta condição, são mais flexíveis no condicionamento a estas regras quando comparados ao modelo tradicional capitalista. Terceira, por distribuir os rendimentos de forma igualitária sua atividade é percebida como justa e humanizadora. E por última, as cooperativas são fundamentais para eliminar os efeitos nocivos do capitalismo, que deseja concentrar poder para poucos enquanto as manifestações solidárias promovem a comunicação e participação democrática colaborando com a percepção emancipatória.

A partir do olhar de universidades e Igrejas (Católica), excluídos a renda e a participação social, o movimento solidário passa a ser o desejo daqueles

que visam à autoemancipação e na construção de uma sociedade em que impere a justiça.

Uma vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo, etcetc.; na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter que se submeter a ordens alheias, de participar plenamente nas decisões que ofertam, na segurança de cada um sabe que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado. (SINGER, 2002, p. 115).

A economia solidária é um projeto que vem se sistematizando em vários países, por pessoas excluídas dos meios convencionais de produção e distribuição e que são classificados por Singer e Souza, (2000, p. 14) em cinco grupos: 1) homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida, mas reintegrar-se a à divisão social do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas; 2) pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto, visando economias de escala, e que passam eventualmente a criar empresas de produção socializada; 3) assalariados se associam para adquirir, em conjunto, bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida; 4) pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários; 5) os mesmos criam também associações mútuas de seguros, cooperativas de habitação, etc.

3.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEUS PRINCÍPIOS

A Economia Solidária (ES), do ponto de vista de Singer (2002), está alicerçada no cooperativismo e associativismo. Segundo o autor, em resposta a naturalização do projeto excludente dominador capitalista, a ES está relacionada à liberdade individual e orientada a incluir os marginalizados e em mitigar a desigualdade. Singer ressalva que no princípio da ES a ação está baseada na distribuição de renda igual, em decisões com participação de todos, e na integração daqueles menos preparados. Estes últimos, na ação humanizadora, vivenciam o conforto de poder contar com auxílio dos integrantes mais experientes, que contribui

com o avanço individual e com na emancipação dos envolvidos, pois deve prevalecer a justiça, racional e equilibrada, dirigida pelo respeito ao meio ambiente e produção de qualidade de vida não somente para os cooperados ou associados, mas para todos integrantes do convívio em sociedade. (SINGER, 2002).

Nesta orientação do autor, destacam-se os princípios:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. (SINGER, 2002, p. 10).

O exercício da solidariedade passa a considerar as diferenças individuais, e que são diferenciadas por “critérios de habilitação profissional, responsabilidade e dedicação”, exigidos em cada tipo de cargo. E assumem suas responsabilidades, conforme habilidade individual. Na falta desta, o exercício da solidariedade reforça a troca de conhecimento para o empreendimento melhorar a eficiência produtiva. A disciplina dos envolvidos é, também, mantida solidariamente, em que os transgressores são identificados pelos próprios companheiros de trabalho, uma vez que inexisteinexistem, neste tipo de empreendimento, sistemas de vigilâncias e controles como exercidos no modelo capitalista. (SINGER, 2002). Outro ponto referente é referente à remuneração, há uma repartição de ganhos decidida pelo voto na assembléia, muito diferente do sistema de pirâmide do modelo dominante em que uma minoria recebe a maior porção dos ganhos e a maioria (a parte inferior da pirâmide) permanece com menor parte dos ganhos.

Os empreendimentos solidários devem ser autogeridos, por seus próprios membros. Se tudo é de todos, apresenta Singer (2002), as decisões devem ser discutidas amplamente em reuniões pelos envolvidos e democraticamente acatadas pela escolha da maioria. Este princípio faz desenvolver nos participantes o direito e ao mesmo tempo dever de expor suas idéias, discuti-las e acatar novas sugestões. Segundo o autor, essa interação reforça o conhecimento sobre os problemas do empreendimento e ao mesmo tempo possibilita as pessoas repensar seus papéis como indivíduos atuantes e críticos acerca da realidade que vivenciam.

Além disso, a constituição hierárquica: presidente, vice, secretários e membros estabelecidos pelo voto e com validade por dois anos, como exige a lei das cooperativas, reconstitui o papel da participação e poder de decisão, expungidos pelo modelo hegemônico que deseja a dominação e vem a contribuir com a emancipação social. (SINGER, 2002).

Nos empreendimentos solidários, em oposição, ao prevalecer atitudes humanizadoras e menos econômicas, a socialização e solidariedade entre eles passar a ser inserida na vivência diária, uma vez que a sua inclusão é voluntária, seus membros devem ser ajudados e ajudar em todas as partes das atividades diárias que devem ser desenvolvidas. (SINGER, 2002). A interação no processo organizacional melhora a percepção do todo e estimula novas idéias por parte dos participantes contrariando o modelo capitalista que desenvolve a especialização do trabalho e como já descrito acima contribui (de forma desejável) para a alienação social instituída para afastar a capacidade de pensar crítico e acatar o modelo de desenvolvimento econômico capitalista como único e irrestrito.

Ainda corroborando com os descritos de Singer, Arroyo e Schuch (2006, p.38 e 39) detalharam os valores que devem orientar o movimento solidário:

1. Valorização social do trabalho humano, ou seja, valorização do homem como ser humano na vida econômica, reconhecendo-o como pessoa e não tão somente como mercadoria.
2. Reconhecimento do papel da mulher e do feminino.
3. Desenvolvimento integrado e sustentável da sociedade cujo benefício é a interação com respeito ao homem e a natureza.
4. Busca dos valores do associativismo, do cooperativismo, do mutualismo e da solidariedade como forma de criar uma sociedade humanizadora e eficaz para todos.
5. O valor central da ES é o trabalho, o saber a coleta de informação que possa promover o conhecimento e a criatividade humana.
6. O ser humano é sujeito e finalidade da atividade econômica, e não gerador de riqueza e capitais para terceiros.
7. Buscar a unidade entre a produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que envolve a produtividade, mas exclui massa de trabalhadores de seus benefícios, e contribui para crises sociais de alcance global.

8. Buscar a solidariedade dos povos dos hemisférios Norte e Sul. Com a intenção de melhorar a qualidade de vida dos povos, que possa promover a atividade econômica e social na referência local.
9. Geração de renda e trabalho, visando combater a exclusão social e a desigualdade de materiais.

Os participantes da ES reconhecem seus desafios, como o despreparo das pessoas fruto do reforço capitalista, que desejou uma massa de trabalhadores a baixo custo, e que assumisse a postura de subserviência (submisso), como já visto acima. Diante desse contexto, é objetivo e desafio da ES buscar criar mecanismos de inclusão social de forma emancipadora. Essa empreita obriga a um conjunto de articulações institucionais, nomeadamente apoios de órgãos financeiros, universidades, Estado e organizações da sociedade civil.

Este enfrentamento exige a participação de vários grupos que juntos possam construir manifestos contrários às atitudes exploratórias e, unidos, possam se fortalecer em oposição à dominação tão excludente, que embora evidente nos índices de pobreza, age como se fosse imperceptível e desejada pela maioria.

Economia popular ou solidária é aquela que acrescenta o desafio de, também como fator de desenvolvimento, ser germinada, brotada de dentro para fora, de baixo para cima, aberta para o mundo, mas com identidade própria, que possa estabelecer um diálogo em que o eixo é o equilíbrio, a distribuição, a justiça. É a economia que se estabelece a partir da associação, da cooperação, da comunhão, tanto entre indivíduos como entre empreendimentos para obter saltos de competitividade, em estruturas de rede que também podem ser compreendidas como empreendimentos coletivos. (ARROYO e SCHUCH, 2006, p. 63).

E dos mesmos autores pPara o enfrentamento aos desafios estratégicos postos à Economia Solidária, Arroyo e Schuchu (2006, p. 39 e 40) propõem a construção do projeto solidário a partir dos seguintes pontos (p.39 e 40):

1. Um sistema de finanças solidárias que possa permitir às pessoas excluídas do sistema de financiamento obter créditos, e com o objetivo de criar o seu próprio meio de trabalho e subsistência, assim, democratizando as linhas de crédito para a “utilização social”. Nesta finalidade para esforço: na aplicação ética do financiamento, pela preservação ambiental, trabalhos de ação cultural e de desenvolvimento local.

2. Criação do comércio justo. Estabelecer relações comerciais justas entre produtores e consumidores, partindo do local, nacional e internacional. Excluindo os intermediários do processo.

3. Economia sem dinheiro: para implantar a moeda social como fator de troca. Conta com as seguintes características: auto-produção coletiva, elaboração de sistemas de trocas locais e as redes de trocas recíprocas de saberes.

4. Construção de um Estado político democrático: a ES é um projeto de desenvolvimento local integrado e sustentado que visa à justiça econômica, cultural, ambiental e democracia participativa. Exige participação solidária dos estados nacionais pela defesa dos direitos universais.

Segundo Souza Santos e Rodriguez (2002), como já visto acima, a indesejabilidade a à hegemonia capitalista excludente é notória, como já visto acima. Contudo, para o projeto da ES alcançar seu propósito, a sociedade e o Estado político tem têm a difícil tarefa de encarar os efeitos nocivos sociais e ambientais, e educar-se para que o projeto da ES possa ser vivenciado na sociedade como alternativa ao modelo dominante. O Estado pode desenvolver práticas políticas para inclusão a à renda, como a educação [u10] para desenvolver a capacidade do indivíduo de se defender de movimentos que desejam a dominação, como já declarado por Cattani (2003).

Na seqüênciasequencia, apresentamos as diretrizes do modelo da Empresa Capitalista e da Empresa Solidária.

3.3.1 Racionalidades da Empresa Capitalista e da Empresa Solidária

A Empresa Capitalista (EC), é assim reconhecida como aquela que, tradicionalmente, adotou o modelo capitalista para o seu crescimento. Segundo Singer, “o capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e ao direito à liberdade individual” (2002, p.10). Nos princípios para o direito a à propriedade, considera-se a liberdade de atuar e expressar na economia sem políticas intervencionistas de equilíbrio entre as os agentes: produtores, trabalhadores e consumidores. O funcionamento do capitalismo defende forte competição. E, juntos, mercado livre e competição contribuem para acirrar diferenças nos ganhos. Pois, no processo produtivo

capitalista os produtores que se sobressaem tomam parcelas de mercado de outros produtores, como designa Singer, os perdedores. Já os vencedores tornam-se cada vez mais fortalecidos e dominadores. Na economia capitalista “os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras” (2002, p.8).

No livre mercado neoliberal, vendedores continuam suas atividades, porém, do mesmo autor, e que pode acontecer com os perdedores. O que pode acontecer com os empregados das empresas que perdem (quebram). [u11] Os trabalhadores das empresas “perdedoras” são novos membros da classe desempregada, que vive do trabalho informal ou da precarização do trabalho como salientado por Barbosa, supracitada. A ortodoxia capitalista é contraditória para o campo social. Na empresa tradicional, segundo Singer, cujo princípio é prevalecer, a competição para estimular as melhores empresas atuarem, contribui para a desigualdade. A seguir algumas características da ET EC (SINGER, 2002):

Na lógica capitalista o desempenho organizacional é monitorado constantemente para converter em melhores índices de produtividade, queda dos custos com uso de técnicas de *toyotismo*¹ aumento das metas para as vendas, competição individual para destacar o melhor desempenho. Também, a nação capitalista contrata peritos para aplicar técnicas e investimentos para priorizar o aumento do seu Produto Interno Bruto (PIB). Todavia, na lógica da empresa social, as técnicas de produtividade e de ganhos de desempenhos são aplicadas tendo em vista a sua necessidade em competir em mercados capitalistas. No entanto, sua finalidade maior é a renda, a inclusão, a interação, emancipação social dos trabalhadores. Como aprecia Gaiger:

O aporte da economia solidária, para a vida dos trabalhadores que nela apostam, depende então de sua capacidade simultânea de responder aos requerimentos de eficiência - não somente econômica, mas sistêmica e promover experiências significativas de trabalho, regidas pela equidade e por laços sociais de cooperação e participação. Essa relação positiva entre os aspectos solidários, de autogestão e de cooperação no trabalho, e os aspectos empreendedores, de organização dos fatores produtivos e de sua gestão adequada ao enfrentamento dos obstáculos e à realização das metas econômicas, constitui o que chamamos de uma racionalidade específica dos empreendimentos de economia solidária. Ela se diferencia das práticas habituais dos trabalhadores individuais, cujos esforços para manterem-se à tona mal os defendem da informalidade e da insegurança, mantendo-os na dependência de outros agentes econômicos; diferencia-se

¹ Toyotismo: técnicas de gestão para minimizar recursos. Ver Fufeld (2003).

também da economia popular tradicional, cujos vínculos de reciprocidade nem sempre refletem princípios igualitários e democráticos e tampouco a retiram de uma posição subalterna e precária na estrutura econômica. (GAIGER, 2007, p. 5).

Outra característica que diferencia o comportamento de uma empresa tradicionalmente capitalista é o acúmulo de capital preterido. A EC cria estratégias para maximizar lucros altos para investir em novos empreendimentos ou ampliar os existentes, mesmo que para este fim, seja necessário excluir do seu quadro uma importante parcela de trabalhadores ou diminuir suas rendas. Na A ES, nem sempre consegue viabilizar ideais econômicos como fazem as ECs. Pois, sua instrumentalidade racional é garantir a renda e o trabalho em condições razoavelmente estáveis, mesmo nos cenários de crises. Preservam as relações sociais e se comportam como mecanismo atenuante a sujeição à realidade individualista da economia dominante (GAIGER, 2007).

Nas situações em que há sobras, a ES decide em assembléia onde irá investir. O destino dessa sobra poderá servir para melhorias na educação e nas condições dos trabalhadores como o fundo indivisível². No entanto, na EC as sobras são divididas entre uma minoria, os controladores, e servirá para novos empreendimentos capitalistas.

Em relação aos ganhos, na EC, os salários são desiguais e variam conforme a lei de oferta e procura, e conforme cargo que ocupa e meritocracia respectiva. Os trabalhadores são considerados livres, podem optar por uma empresa que pague melhor seu trabalho. Para atrair os talentosos, a EC pode utilizar de benefícios como “seguro-saúde, prêmios e bônus”. Em relação aos lucros ou sobras, são empregados de acordo com os desejos dos acionistas, em geral para remunerá-los. (SINGER, 2002, p. 16). Na ES, prevalece o interesse dos sócios e os participantes dividem os valores conforme atividades, horas dedicadas e outras, porém justifica ressaltar de forma mais igualitária e justa.

Na seqüência, um quadro resumo sobre as diferenças entre heterogestão, autogestão e cogestão.

² Valor indivisível: parte do ganho como reserva para aqueles que se retiram da cooperativa. (SINGER, 2002, p. 15).

Quadro1 – Heterogestão x Autogestão x Co-Gestão

FORMAS	GESTÃO	DECISÕES	VANTAGENS/ DESVANTAGENS
Heterogestão	Administração hierárquica, formam níveis sucessíveis de autoridade.	As informações e consultas fluem de baixo para cima, e ordens e instruções de cima para baixo.	Vantagens: competição sadia entre setores e departamentos. Desvantagens: competição exacerbada entre departamentos e seções que acabam prejudicando os objetivos organizacionais. Os trabalhadores do nível mais baixo sabem muito pouco apenas o necessário para que cumpram as tarefas, que tendem a ser repetitivas e rotineiras.
Autogestão	Administração democrática, em que todos participam das decisões.	As informações e demandas fluem de cima para baixo e as ordens e instruções devem fluir de baixo para cima.	Vantagens: quando pequena, as decisões são tomadas em assembléias, em que há necessidade. Todos participam democraticamente das decisões que envolvem a cooperativa. Desvantagens: quando a empresa é grande, existe a dificuldade em realizar as assembléias-gerais. Isso acarreta a delegação de poder e decisão a alguns sócios. Os níveis mais altos são delegados pelos mais baixos e são responsáveis perante os mesmos. Decisões que possam gerar conflitos entre os sócios. O desinteresse dos sócios e sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige. Decisões devem ser tomadas rapidamente sem haver tempo para consultar os demais sócios.
	Administração semi-democrática	Comporta co-decisão: uma decisão só pode	Vantagens: há um conselho intelectual orgânico e os trabalhadores são qualificados a dialogar (TRAGTENBERG, 1980).

Co-Gestão		ser tomada por concordância das partes.	Desvantagens: os poderes desse conselho são limitados aos problemas que existem nos estabelecimentos (TRAGTENBERG, 1980).
-----------	--	---	---

Fonte: Adaptado de Singer (2002) e Tragtenberg (2002)

ECs são administradas com base na administração hierárquica, e aplicam a heterogestão, formada por níveis de autoridade. As informações e consultas são transmitidas de baixo para cima, porém ordens e instruções de cima para baixo, do topo da pirâmide para baixo. Os níveis mais baixos exercem atividades rotineiras e repetitivas. Estes níveis recebem pouca informação, ao passa passo que cada trabalhador sobe ao topo, aumentam suas responsabilidades e passam a receber maior fluxo de informações da empresa (SINGER, 2002).

As vantagens para aqueles que alcançam o topo da pirâmide hierárquica são maiores, por isso uma desvantagem considerada do modelo é a competição entre os setores e grupos de empregados para alcançar tal posto. Os gerentes intermediários, neste fim, lutam por melhorias para a sua produtividade e rentabilidade. “Os gerentes da produção querem equipamentos novos para aperfeiçoar técnicas de produção, os gerentes de vendas querem produtos melhores e mais baratos para conquistar os mercados dos concorrentes” [...]. (SINGER, 2002, p. 17). Contudo, segundo o autor, esta competição embora produza maior lucratividade, pode contribuir negativamente na comunicação sobre informações importantes dos setores. As informações não transmitidas podem ser úteis para outro setor obter vantagens individuais.

No processo de heterogestão são introduzidos objetivos variados os quais devem ser alcançados. Para alcançar estes objetivos a EC agrupa os empregados em seções, departamentos e outros. Para realização das atividades da empresa, o mesmo passo que se estimula competição, se estimula a cooperação para que as atividades interdependentes sejam perfeitamente realizadas. Sob o ponto de vista de Singer (2002), competição e cooperação são contradições, como cooperar com outros quando permanece no melhor cargo e com melhor salário aquele que visa subir no topo da pirâmide (rival) e almeja status e cargos superiores.

As ES são geridas por princípios da autogestão. Na autogestão a tomada de decisão é realizada em assembléia e por voto. Todos os assuntos são

discutidos e após há uma eleição quanto às prioridades a serem implantadas. Nos casos em que há um número expressivo de membros, um delegado de seção é eleito e este delibera em nome da seção ou departamento. As decisões corriqueiras ou de rotina são discutidas com encarregados e gerentes, e assim decidem. As informações e aspirações surgem de baixo para cima. A autogestão deve se preocupar em informar antecipadamente sobre as alternativas disponíveis e necessárias para cada problema ou situação específica. Para ilustrar a força do cooperativismo, destacam-se importantes lições de inclusão, como se segue.

3.3.2 As Lições Solidárias que se Originaram pela Necessidade de Inclusão

A experiência do complexo cooperativo de Mondragón teve início por volta de 1956, e atualmente, representa um grupo empresarial diversificado, com 103.731 trabalhadores, atuando em 260 empresas, metade das quais são cooperativas, um banco e uma universidade. O gerenciamento do grupo Mondragón tem sido amplamente considerado como uma maneira que permitiu, por um lado, a criação de gestores competentes, e por outro, a socialização em valores cooperativos dos gestores. Em seus valores corporativos incluem: cooperação, participação, responsabilidade social e inovação. A missão combina as principais metas de uma organização empresarial com uso de métodos democráticos na sua organização de negócios e um compromisso com seu ambiente social. Sua atuação está dividida em quatro áreas: indústria, finanças, distribuição e conhecimento e é atualmente o grupo empresarial mais notório de Basco e a sétima dentro da Espanha (CORPORATION MONDRAGON, 2011).

Mondragón é uma economia regional em que sua produção, consumo, crédito e educação que estão interados em elos de interdependência. O seu banco concede empréstimos às cooperativas do grupo e são assistidas, supervisionadas e assessoradas. Para obter créditos, cada cooperativa deverá atender as exigências de supervisão que possa garantir que esta se mantenha em condições de competir no mercado. A universidade deverá atender educar e preparar seus futuros trabalhadores. A escola garante aos trabalhadores o fluxo de informações e conhecimentos para serem atribuídos nas outras cooperativas conforme suas necessidades. Além dessa inter-relação, outras cooperativas como

fornecedores e representantes, também desenvolvem atividades econômicas por meio de ajuda mútua central. (SOUZA SANTOS e RODRIGUEZ, 2002).

O princípio da cooperação reflete na implantação de mecanismos de apoio às outras cooperativas. Neste fim, as melhores e com melhores lucros, repassam recursos e conhecimento àquelas menos favorecidas. Conta ainda, com a colaboração do Estado nos assuntos como tecnologia, programas de estímulo ao emprego e estudos sobre o desenvolvimento da economia regional. No entanto, a estrutura econômica do contexto atual tem sido um entrave à manutenção dos princípios de cooperativismo. O compromisso na manutenção do emprego e a capitalização das empresas têm comprometido a promessa inicial de inclusão. Com a melhoria da produtividade acaba contribuindo para um excedente de mão de obra. E a manutenção desta pressiona a criação de novas empresas cooperativas. (SOUZA SANTOS e RODRIGUEZ, 2002).

Para desafiar o modelo excludente, mantém altos níveis de capitalização para modernizar os processos produtivos por meio do apoio financeiro de seus sócios trabalhadores e do seu banco. E, estrategicamente, desenvolve planos de crescimento medido. Dessa idéia, Mondragón é a lição solidária atuante e serve de exemplo de cooperativa com sucesso, e não é o único modelo.

Kerala, localizada na Índia, é outro movimento de iniciativa solidária bem-sucedida. A luta dos camponeses para a lei de reforma agrária, em 1969, fez nascer um movimento de “educação, otimismo e democracia”. A força desse movimento social contribuiu também para reforçar as iniciativas emancipadoras. (SOUZA SANTOS e RODRIGUÉZ, 2002, p. 41).

Foi por meio de um Estado forte, centralizado e intervencionista que foi possível assegurar à Índia, elevados níveis de desenvolvimento em infraestruturas públicas, reformas institucionais, os quais têm sido o suporte para as cooperativas de Kerala sobreviverem frente à concorrência capitalista. Para tanto, Kerala combinou descentralização e colaboração das cooperativas associadas em rede e participação democrática. (KERALA, *on-line*, 2011).

Conheciam e creditavam nos ideais de Owen. Foram revolucionários em algumas iniciativas que adotaram para gerir a cooperativa tais como: controle democrático sendo um sócio, um voto. A adesão era aberta a novos membros ao pé de igualdade dos antigos. No sistema financeiro, adotaram a

seguinte política de juros: seriam limitados ou fixados sobre o capital subscrito. A distribuição do excedente seria proporcional à compra. E as vendas deveriam ser à vista, e em relação aos produtos deveriam ser puros. (KERALA, *on-line*, 2011).

Na situação nacional, o destaque ficou para a Antea. A década de 1990 foi um marco para a nação brasileira. As medidas impostas pelo Consenso de Washington foram marcadas pelo desemprego e competição desigual com a entrada dos produtos estrangeiros. A década marcada pelo desemprego foi também, a emergência de alternativas para os desempregados obterem renda. Merece análise a economia informal, aquele que inexiste o contrato social registrado e a formação de cooperativas.

Na situação informal, inúmeras empresas, micro e pequenas, surgiram como alternativa ao desemprego. O outro modelo, não informal e não capitalista, emerge para manter a renda dos trabalhadores da Makerli. Estes, sob o novo modelo de gestão, a autogestão, nasce como uma associação civil sem fins lucrativos que congrega associações e cooperativas de trabalhadores em empresas de autogestão e co-gestão no setor metalúrgico localizada no estado de São Paulo. (SINGER e SOUZA, 2000).

A empresa Markeli, em 1991, todecidida encerrar suas atividades produtivas e dispensar 482 empregados. Contudo, seus trabalhadores com apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), decidiram manter a empresa sob a orientação de um projeto de autogestão, cujos pressupostos tinham proximidades com os socialistas na Iugoslávia, e em termos de organização social nas idéias dos EUA e Inglaterra. (SINGER e SOUZA, 2000).

Com base nos ideários da cogestão, os projetos seguiram em diante. Inúmeras divergências e dificuldades relativas às exigências do mercado e da legislação surgiram. Todavia, a maior dificuldade foi em relação ao sistema de normas e valores enraizados no modelo capitalista. “A cultura técnica herdada das antigas empresas era marcada pela fragmentação, concentração de saberes e de poder nas de determinados grupos e por um sistema de normas e valores de não negociação, não solidariedade, não cooperação”. (SINGER e SOUZA, 2000, p. 68). Essa situação exigiu mudança na cultura em sentido à cooperação e democratização dos conhecimentos pré-existentes para nascer a nova empresa.

A Uniforja, também representa uma lição à sobrevivência ao enfrentamento às medidas neoliberais. O setor metalúrgico, com a abertura dos mercados, viveu um cenário difícil na década de 90, com trabalhadores insatisfeitos com salários, e por vezes pelo atraso dos pagamentos, e risco constante de possível desemprego. E em 1997, os trabalhadores de uma metalúrgica chamada Conforja, em dificuldade para competir com os produtos estrangeiros, uniram-se para assumir o controle da companhia da qual pertenciam. (SINGER e SOUZA, 2000).

Os trabalhadores criaram quatro cooperativas e negociaram com o patrão o arrendamento do parque industrial da Conforja. Com isso, tornaram-se administradores do próprio negócio. Para tanto, uma empresa de formação cooperativa que produz peças usadas por indústrias petroleiras, de gás, automotiva pesada e de energia foi constituída. Entre os clientes envolvidos: a Petrobras, a Caterpillar e a General Electric. (SINGER e SOUZA, 2000).

O quadro de pessoas é formado por 300 cooperados que são donos do empreendimento. Eles trabalham com 170 trabalhadores, que são funcionárias funcionários da cooperativa. Contudo, enquanto os funcionários recebem seu salário e são contratados conforme manda a legislação trabalhista, os cooperados são coadministradores da fábrica, e se orientam por um regimento interno elaborado por eles mesmos. Em relação às sobras, são divididas igualmente, como declara “Lucros não, sobras, corrige o cooperado da Uniforja e atual presidente da organização, João Luis Trofino. A Uniforja não é uma empresa, portanto, não tem lucro. Tem sobras, que são divididas entre todos os seus cooperados igualmente”. (CONFORJA, *on-line*, 2011). O salário, ou seja, a retirada mensal é determinada conforme o cargo em que cada trabalhador possui.

Após treze anos, passaram a ser reconhecidas como exemplo de empresas e as quatro empresas que iniciaram em 1997, unidas, formaram uma associação de cooperativas, a Uniforja. Entre as respostas para o fator sucesso, está na forma de decisão, ou seja, a autogestão. Na Uniforja as decisões são tomadas pelos cooperados em assembleias pelo voto. Nas situações de grandes investimentos, a direção define os investimentos em votação prevalecendo os pesos de cada cotista. “Desde a criação das cooperativas, essa fórmula é aplicada. Segundo Trofino, ela é um dos motivos do sucesso da Uniforja. Todos têm liberdade

para falar e ajudam a decidir as estratégias da empresa. Fica mais fácil de acertar”. (CONFORJA, *on-line*, 2011).

Na ordem deste estudo, segue um novo pensar sobre a problematização à exclusão nos descritos de Singer, Mance e Barborsa.

3.3.3 Modelos Alternativos: a Problematização à Exclusão Capitalista

A crescente desigualdade social, fruto do afastamento do estado nas intermediações dos mercados, como defendem os neoliberais, tem sido alvo de críticas em vários estudos, entre os críticos destacam-se: Singer^[u12], Mance, e Barbosa. A falha de mercado representa uma “falha de conceitualização”. A teoria tradicional defendida pelos capitalistas neoliberais criou um indivíduo unidimensional para fazer papel de líder empresarial. Esta liderança foi preparada para somente uma missão, “a maximização dos lucros”. Desconsideraram outros aspectos essenciais da vida humana para desenvolvimento de cada um como a religião, a política e a vida em sociedade. (YUNUS, 2008, p. 34). O indivíduo é capaz de desenvolver e atender outras demandas mais complexas, para o autor, as questões inseridas em contexto social.

3.3.3.1 A cooperativa solidária como alternativa ao modelo capitalista

O conceito de Cooperativa, aqui apresentado, destaca concepções a partir do cooperativismo sócio-econômico e da inclusão social. Na concepção econômica, segundo a Organização das Cooperativas no Brasil (OCB), cooperativismo é um movimento, uma filosofia sócio-econômica capaz de unir desenvolvimento econômico com bem-estar social. Em seus princípios fundamentais estão: tomada de decisão por participação com partilha de idéias, democracia para as escolhas, solidariedade, independência e autonomia. Neste interesse, busca a prosperidade conjunta, o que deve reverter em justiça e equilíbrio entre os participantes. (FORMA IDEAL DE ORGANIZAÇÃO, OCB, 2012).

Assim, a empresa cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e

democraticamente gerida. Sua decisão é orientada pela autogestão. O princípio da autogestão deve atender as expectativas de mercado, o qual determina a qualidade de seus serviços ou produtos, o atendimento e o preço que oferecerá a seus clientes. (OCB, 2012).

Em relação aos aspectos jurídicos, a constituição de 1891, no artigo 72, definiu o modelo de formação das cooperativas, e vários decretos auxiliaram a esclarecer o papel das cooperativas, bem como modelo autogestionário. No que diz respeito a sua legalidade, a cooperativa é uma sociedade composta ao menos de 20 pessoas físicas que constituem um empreendimento para benefício mútuo. Para se constituir uma cooperativa deve-se: elaborar uma comissão de constituição; definir o ramo de atividade; elaborar um estatuto de funcionamento (manual de procedimento); datar pré-assembléias; convidar pessoas qualificadas a desempenhar as funções estratégicas da cooperativa; contratar assessoria administrativa e jurídica.

No que diz respeito às tipologias, atualmente, são 11 tipos de cooperativas categorizadas segundo seu campo de ação, ou seja, o tipo de atividade em que as cooperativas operam, conforme a necessidade dos cooperados a que atendem, são: agropecuário, consumo, crédito, educacional, habitacional, trabalho, mineral, produção, saúde, serviços e especial. (COOPERATIVAS-2006, *on-line*, 2007; BARBOSA, 2007).

Em 1995, em um Congresso Internacional, o movimento cooperativo por meio da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) atualizou o conceito de cooperativismo e aprovou os seguintes princípios: (COOPERATIVAS-2006, *on-line*; BARBOSA, 2007).

a) Adesão voluntária e livre: as cooperativas são organizadas à participação de todos independente de sexo, raça, classe social, opção política ou religiosa.

b) Gestão democrática: seus cooperantes, reunidos em assembléia, discutem e votam os objetivos e metas do trabalho conjunto, bem como elegem os representantes que irão administrar a sociedade. Cada associado representa um voto, não importando se alguns detenham mais cotas do que outros.

c) Participação econômica dos membros: todos contribuem igualmente para a formação do capital da cooperativa, o qual é controlado

democraticamente. Se a cooperativa é bem administrada e obtém uma receita maior que as despesas, esses rendimentos serão divididos entre os sócios até o limite do valor e da contribuição de cada um. O restante poderá ser destinado para investimentos na própria cooperativa para outras aplicações, sempre de acordo com a decisão tomada na assembléia.

d) Autonomia e independência: a administração da empresa é democrática. Os rendimentos serão divididos entre o sócio até o limite do valor e da contribuição de cada um. O restante poderá ser destinado para investimentos na própria cooperativa ou para outras aplicações, sempre de acordo com a decisão tomada em assembléia.

e) Educação, formação e informação: é objetivo permanente da cooperativa destinar ações e recursos para formar seus associados, capacitando os para a prática cooperativista e para o uso de equipamentos e técnicas no processo produtivo e comercial. Ao mesmo tempo, buscam informar o público sobre as vantagens da cooperação organizada, estimulando o ensino do cooperativismo nas instituições.

f) Intercoperação: para o fortalecimento do cooperativismo é importante que haja intercâmbio de informações, produtos e serviços, viabilizando o setor como atividade sócio-econômicasocioeconômica.

e) Interesse pela comunidade: as cooperativas trabalham para o bem estar de suas comunidades, através de execução de programas sócio-culturais socioculturais, realizados em parceria com o governo e outras entidades civis.

Na opinião de Singer (2002), sob o viés da inclusão social, compreende as cooperativas como uma iniciativa em favor da inclusão aos desfavorecidos tanto do ponto de vista social como econômicaeconômico. Esta vertente incluiu na missão o combate à opressão e danos causados pela expressão capitalista neoliberal. Para Singer (2002) o autor, a competição neoliberal entre os indivíduos e organizações se banalizou. Neste ponto de vista, a competição é saudável para o mercado, aos que vendem mais são os vencedores, e logram de maiores ganhos, porém, aos vendedores que vendem menos, são perdedores. “Os ganhadores acumulam vantagens, ao passo que os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras” (p. 8).

Para uma sociedade solidária e mais justa, seria preciso menos competição em favor da cooperação. Para a economia ser organizada igualmente, os contratos de competição deveriam ser tratados entre iguais e não desiguais. Singer (2002, p.9) é defensor do modelo de cooperativismo de produção como forma de organização solidária. Nesta forma de contrato, todos os sócios possuem a mesma parcela do capital e mesmo direito a voto. Neste princípio, “ninguém manda em ninguém”, tudo é de todos.

No modelo de atuação capitalista, os indivíduos detêm o direito a propriedade, cujo princípio fortalece a desigualdade pela existência de uma bipartição: uma classe detentora do capital e outra da mão de obra. Neste princípio, a mão de obra ao desempenhar melhor suas atividades incrementa os lucros da outra parte, ampliando a desigualdade. Singer (2002, p. 10) ressalta que no modelo cooperativo, a classe trabalhadora é detentora do capital, portanto sua eficiência resulta em maiores ganhos para eles mesmos. Em resumo, na atuação cooperativista, “o resultado natural é a solidariedade e igualdade”, uma vez que seus integrantes são membros com características de proprietários. (SINGER, 2002, p. 10).

Do mesmo autor, em relação às questões salariais, os ganhos na empresa capitalista são desiguais, há variabilidade conforme competência, cargos, empresa. Os trabalhadores são livres para escolherem outras empresas que melhor lhes convier. Neste processo, os ganhos dos trabalhadores dependem de ofertas no mercado e de quantidade demandada. Além disso, cada cargo exercido poderá possuir valores salariais diferentes. Na organização de economia solidária, os sócios não recebem salários, mas retiradas. Por meio de uma assembléia, discutem suas retiradas. Sendo que a repartição, quando desigual, deverá ser fixada por limites mínimos e máximos. Embora, a desigualdade da retirada seja permissível, os ganhos deverão corresponder em expectativas favoráveis aos menos afortunados no futuro. (SINGER, 2002).

Outro aspecto que Singer (2002) destaca na administração da empresa solidária em relação à capitalista são os escalonamentos salariais. Na empresa capitalista, as decisões são tomadas pelos dirigentes do alto escalão, e cuja posição é influenciada diretamente pela maximização dos lucros, quando os lucros caem, suas posições também, caem. Na empresa solidária, as decisões são

discutidas e assim como o valor das retiradas. O objetivo é que todos possam ter boas retiradas. Ao final de cada exercício, na empresa capitalista; o excedente, quase sempre, será apropriado pelos investidores, porém em proporção as ações que detém. Entretanto, na empresa solidária, o excedente será discutido para benefício de melhoria social dos envolvidos, como educação; e também como dividendos. Neste caso, serão repartidos segundo a contribuição dedicada à cooperativa. Há ainda, o fundo que tem a finalidade de expandir o patrimônio e será contabilizado individualmente. Se por desejo pessoal, um dos sócios se retira da cooperativa, ele receberá a parte divisível que lhe foi contabilizado. Para coibir a retirada precoce de novos entrantes, em regra, estabelecem um período chamado de probatório que varia de seis a um ano. E quando terminado este estágio probatório, recebem créditos trabalhistas como cota inicial do capital da cooperativa.

A cooperativa resguarda, também, um fundo indivisível. Representa uma reserva a serviço da própria cooperativa, mas também da sociedade. Seu tamanho é variável e suscetível às decisões da assembléia, e seu propósito é evitar a descapitalização em razão da retirada de vários sócios. Vale destacar que o nível de remuneração é decidido por membros integrantes. Em contrapartida, na empresa capitalista, pelos dirigentes (SINGER, 2002).

Para Singer (2002), uma das características mais relevantes para [u13] em estudo, está evidenciada na maneira como são administradas. A empresa capitalista adota o modelo denominado de heterogestão. Esta administração, sumariamente, é formada por níveis diferentes de hierarquização com níveis de autoridade e autonomia diferentes, como destacado na forma de atuação da Empresa Solidária e Tradicional. No modelo solidário as diferenças salariais são menores e todos devem participar do processo de decisão.

Na empresa solidária, a administração adota princípios democráticos, neste caso denominado de autogestão. Em geral, as decisões são discutidas em assembléias, nas empresas menores; nas maiores, por delegados que eleitos nos departamentos e que promove a discussão democrática.

A autogestão exige esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa. Esse esforço adicional produz ótimos resultados quando se trata de enviar mais esforços para cumprir um prazo, eliminar defeitos de um produto ou para atingir algum outro objetivo que todos desejam. O fato de todos ficarem a par do que está

em jogo, contribui para a cooperação inteligente dos sócios, sem necessidade de que sejam incentivados por competições para saber quem é o melhor”“O fato de todos ficarem a par do que está em jogo, contribui para a cooperação inteligente dos sócios, sem necessidade de que sejam incentivados por competições para saber quem é o melhor”. (SINGER, 2002, p. 19).

Porém, o mesmo autor (p.20), destaca um entrave para administração da autogestão, o desinteresse dos sócios. Muitos sócios tendem a evitar colaborar com a coleta de informações para ampliar o debate durante as assembléias. Ao perceberem que estas podem provocar novas discussões entre os membros, as evitam. Em geral, preferem deixar à mercê da opinião de quem está no comando. Esse sentimento pode enfraquecer a interação entre as partes e alarga a possibilidade de decisão na mão dos “seletos responsáveis”, concentrando decisões sob o mesmo ponto de vista. Na autogestão é este comportamento torna-se mais comum quando a empresa solidária tem resultados positivos. No reverso, quando a empresa apresenta resultados menos favoráveis tendem conseguir altos índices de participações nas discussões das assembléias.

Esta dificuldade faz parte da condição humana em relação ao comportamento democrático praticante, esclarece Singer (2002). Algumas pessoas passam a constituir o quadro da empresa solidária em função do modo de produção ser capaz de inseri-la no processo produtivo e sair da pobreza. Aceitando a prática democrática no limiar de sua necessidade coletiva como participante da empresa. O autor confirma, ainda, que pessoas não são inclinadas a autogestão, por já ao nascer serem moldadas a obediência. Aprendem a obedecer aos superiores na escola, na vida em família que reprimem suas atitudes com punições e imposições que visam reprimir iniciativas. Uma motivação pode revitalizar as iniciativas quando a pessoa se envolve em lutas pela emancipação como greves, protestos, reuniões e outros.

3.3.3.2 Redes solidárias de Mance

Já se é compreensível, que a concentração de riqueza é resultado da forma de atuação capitalista, que tem a finalidade de maximizar lucros para reinvesti-lo em empreendimentos que proporcionem mais lucros. Para Mance (2002), uma alternativa à globalização capitalista exige estudos reflexivos mais

complexos, e envolve aspectos filosóficos e desafios a à libertação. Seus pressupostos teóricos defendem uma nova forma de organização pós-capitalista para o crescimento; movimentada pela colaboração em redes que se conectam amplamente por vários empreendimentos de negócios. Seriam os empreendimentos de produção, comércio e serviço e unidades de consumo. Estes empreendimentos são geradores de empregos e obviamente de renda para os participantes. Uma vez situados e conectados com outros empreendimentos locais favorecem o desenvolvimento local ou regional. Deve incluir as questões ambientais e a expansão da liberdade em seu propósito. (MANCE, 2002).

Este pressuposto teórico está embasado no “paradigma da complexidade e da filosofia da libertação” (MANCE, 2002, p. 24). Na atuação por rede, desenvolveu a seguinte idéia: produção com consumo solidário por laços de realimentação com geração de renda excedente para investir em novos empreendimentos solidários. O modelo prevê a incorporação gradual de novos empreendimentos e novos consumidores em torno de espiral autossustentável, a qual fortalece a cadeia produtiva. Neste formato de atuação, produtores entreguem entregam seus produtos diretamente para os consumidores, coibindo a existência de intermediários. Fato que contribuiu para gerar maximização dos lucros e poder financiar as questões sociais, chama a esta sistematização de atividades: “revolução das redes”, ou por um olhar econômico uma revolução econômica.

No que se refere à filosofia da libertação, ressalta os segmentos explorados economicamente e dominados política e culturalmente; e excluídos de condições para exercerem suas liberdades individuais. Enfim, uma massa excluída e oprimida pelo movimento capitalista de desenvolvimento. Neste fim, visa compreender em profundidade a problematização sobre a fragelizaçãofragilização e contradições que dificultam a libertação de capitalismo. E ainda, suscitar a realidade da práxis, as diversas formas de opressão, de luta e de resistência a à libertação. E que nesta dimensão, dialogar um novo entendimento sobre liberdade como agente transformador de sua própria práxis em curso.

Seu pressuposto paradigma da complexidade visa adentrar na práxis latino-americana para levantar as causas hipotéticas que podem contribuir para avaliar as classes sociais, seus interesses antagônicos e o processo de exclusão e a busca pela liberdade pública e privada. A teoria, neste fim, visa

qualificar a práxis social para, por meio de medidas dialógicas, paramediatizar a libertação.

[...] graças à mediação dialógica, uma reflexão coletiva, criteriosa e sistemática, sobre estes elementos teóricos, suas dificuldades gnosiológicas e estratégicas, sua capacidade de desvendar mecanismo de opressão e de apresentar alternativas; é possível também, como decorrência dessa reflexão, a proposição de formas de agir que ampliem o ético compartilhamento de mediações materiais, políticas, informativas e educativas que mediatizem a liberdade não apenas dos sujeitos populares explorados, expropriados, dominados e excluídos, mas de toda sociedade. (MANCE, 2002, p. 27).

Mance, tentando um movimento reverso, afirma que a revolução das redes a concentração de riqueza passa a ser gerenciada por muitos empreendimentos conectados, e por sua dependência de informação, tecnologia e automação dependem cada vez mais do trabalho de pessoas.

A disseminação das atividades solidárias detentoras de êxito, já persistem desde a década de 1960. Contudo, o volume de suas atividades não é contabilizado no Produto Interno Bruto (PIB) quando são iniciativas de Organizações não Governamentais (ONGs) ou igrejas. A falta de informação acerca desses resultados inibe novos entrantes para as redes e o fortalecimento da rede.

Para reforçar sua defesa em favor dessas práticas destacadas, surge, em 1980, no Canadá, um modelo considerado importante na reflexão para a libertação. São os Sistemas Locais de Emprego e Comércio e que os membros de uma comunidade podem permutar bens e serviços, sem necessariamente, usar moedas oficiais. Neste fim, fortalece a troca local e a produção destes bens. (MANCE, 2002).

3.3.3.3 Bancos do povo ou solidários

Os bancos solidários são instituições que destinam aporte financeiro para empreendimentos que visam desenvolver atividades industriais ou comerciais, cuja essência não está na obtenção de lucros com os empréstimos, e sim proporcionar condições econômicas para o desenvolvimento dessas atividades. Este modelo fornece o aporte e seu retorno (o pagamento da dívida) servirá para promover novos empreendimentos.

O banco solidário partilha recursos entre membros menos favorecidos economicamente, e serve serve àqueles que não conseguem recursos em bancos capitalistas. Seus membros criaram mecanismos para divulgar os bens disponíveis e as trocas desejadas. O modelo avançou para outros países e ampliou a atuação em que bens passaram a ser permutados entre outros sistemas regionais. (MANCE, 2002).

Uma prática enfatizada pelo autor é o financiamento a projetos solidários e ecológicos que ocorrem em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. São Bancos do Povo, inspirados no Gramenn Bank de Bangladesh, realizando empréstimos a grupos solidários que assumem o risco. Atualmente, há centenas de instituições financeiras de micro financiamento solidário.

A proposta é de produzir e compartilhar programas e sistemas disponíveis em condição livre para uso sem nenhum custo. Havendo sua disseminação e o uso livre como exemplo do sistema operacional Linus e outros aplicativos. As redes podem manter-se conectadas em vários países por sistemas operacionais gratuitos ampliando a rede, de forma solidária e cooperativa. (MANCE, 2002).

3.3.3.4 Economia de comunhão

Outra proposta solidária surgiu no Brasil em 1991, chamada de Economia de Comunhão, inspirada na líder religiosa italiana Chiara Lubich com proposta semelhante à capitalista, no entanto, objetivo diferente sobre o destino do lucro. Na visão da proposta, o excedente da empresa deverá ser combinado com outros objetivos não capitalistas: proporcionar salários justos e respeito às leis vigentes; auxiliar na criação de outros postos de trabalhos; fornecer recursos para capacitar homens a conviver em solidariedade, contribuir e disseminar a cultura da partilha. Nesta compreensão, a finalidade central da empresa é “a pessoa humana e não o capital”. A autora elucida que por seré uma iniciativa que envolve repensar a missão da empresa, porém as empresas, na sua maioria, não estão preparadas a mudar sua concepção a respeito da missão e concordar em manter a iniciativa que desloca o lucro do centro para o humano. (MANCE, 2002, p. 33).

Contudo, há que considerar o viés controverso, na ordem é apresentado visão dos estudos de Barbosa sobre a ES no Brasil.

3.4 VISÃO CRÍTICA EM RELAÇÃO AO MODELO CONVENCIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Nessas evidências sobre a práxis, um estudo crítico elaborado por Barbosa (2007) enfatiza a atenção voltada ao campo solidário no contexto atual, sobretudo na prática brasileira. Em resposta a condição de desemprego e evidente necessidade de enfrentamento a esta crise e de interpretação pública desvinculada da obrigação de políticas que promovam um aparato estrutural que promova o emprego. E o Estado reformula sua função de promover novos empregos para o auto-emprego. Essa nova função foi defendida na França por Leonel Jospin, e no Brasil por Luiz Inácio Lula da Silva, os quais engajam nas políticas públicas um reforço na proposta solidária para alcance da renda e conta ainda com iniciativas emancipatórias.

Nesta interpretação, o Estado encontra na prática solidária o seu deslocamento para enfrentar a informalidade e desemprego alto, como uma forma de transferência das suas responsabilidades para a esfera privada e de forma mais perversa para a alçada dos próprios excluídos.

[...] a economia solidária, se generaliza nos anos 1990, estimulada sobretudo por entidades e civis e governamentais voltadas para a geração e ocupação de renda. Chama bastante atenção que o diferencial dessas ações, nesse momento, seja o formato jurídico-institucional assumido como modelo – cooperativa ou associação autogerida e por isso feição solidária, bem como sua justificativa, baseiam-se na substituição estrutural ao trabalho ao trabalho assalariado convencional e na requalificação do universo de atividades informais de trabalho. (BARBOSA, 2007, p. 89).

Ainda, contemplando o ponto de vista da autora, entidades como igrejas, sindicatos, universidades, entidades civis de direitos humanos, partidos, no caso o Partido dos Trabalhadores, tomam como solução ao enfrentamento ao desemprego a economia solidária. Com o Welfare State (1950), o apoio social, que era uma garantia que deveria ser promovida pelo estado em forma de direito social. Porém, a crise do capital e afastamento do estado à à proteção do trabalhador, reforça o renascimento dos fundamentos de solidariedade e expressão solidária autônoma, algo como um apelo ao empreendedorismo como resposta a problemas

estruturais mais profundos, num verdadeiro processo de transferência de responsabilidades da esfera pública para os próprios desvalidos. (BARBOSA, 2007, p. 91).

Outro aspecto relevante sobre o comportamento do Estado nas iniciativas cooperativas, é que inicialmente se observa entusiasmo por parte da gestão pública e incentivo como fonte a renda e avanço emancipatório, porém a gestão, gradualmente, abstêm-se dos problemas e dificuldades encontradas por estes movimentos no enfrentamento à competição capitalista. Tal evidência, aponta críticas aos limites a essa participação que após os aparatos institucionais iniciais esquiva-se. (CUNHA, 2007).

A reflexão sobre a dimensão política da economia solidária e suas relações com o Estado dialoga fortemente com a literatura sobre movimentos e redes sociais, que inicialmente enfatizou a autonomia da sociedade civil perante o Estado, caracterizando aquela como lócus potencialmente emancipatório de onde poderia emergir maior democratização econômica e política

Porém, revisões às primeiras abordagens sobre os movimentos sociais dos anos 1960 e 1970 acusam a tentativa de confiná-los à esfera da sociedade civil ou mesmo contrapô-los ao Estado, negando-lhes assim um caráter político. Ao mesmo tempo, houve uma revisão da noção de “novo”, pois, ainda que falassem em identidade cultural e estratégia de autonomia política, estes movimentos continuaram a se preocupar com questões materiais e a interagir com agências estatais

Outro ponto de debate da autora revela-se no processo de informalização e precarização da mão de obra. Os custos decorrentes dos encargos trabalhistas são considerados altos e inapropriados para competitividade. Por isso, muitos trabalhadores são contratados de forma esporádica com recebimentos pequenos e pagos por diária, pelos seus trabalhos, situação que contribui para o avanço da massa trabalhadora sem registro em carteira, os chamados informais. Trata-se de um trabalhador que desenvolve atividades informais em troca de pequena renda para adquirir alimentação e cuidados básicos Estes trabalhadores informais, distantes de cursos e treinamentos, precisam atualizar suas capacidades por si, porém, devido à falta de recursos o modelo contribui para a precarização da mão de obra nacional.

Ainda, representam para o modelo capitalista um reserva técnica de mão de obra, a qual “constitui-se como exploração, na medida em que esta reserva se revela em desemprego e colabora para manter o baixo custo do trabalho”. (BARBOSA, 2007, p. 99).

Para Barbosa (2007, p.96), a economia solidária ou social foi conceituada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes): atividades econômicas de produção sob a forma de autogestão; e engajadas de atividades como: comércio ambulante, pequenas oficinas, serviços autônomos, artesanato, facções de roupas, as quais produzem e agrupam pessoas e tem “ausência de atividades econômicas asseguradas”. Porém, governos estão envolvendo sua compreensão acerca de seu conceito como uma modalidade de economia popular normatizadas em associações ou cooperativas, “baseadas na autogestão e cooperação”.

[...] recorre-se a indicadores comuns para classificar um empreendimento como solidário, avaliando as experiências a partir de: autodenominação de cooperativa ou associação/empresa autogestionária; distribuição igualitária ou equitativa dos rendimentos; gestão autocrática por meio de fóruns coletivos de tomada de decisão como assembleias, conselhos e reuniões, bem como eleição da diretoria a partir do preceito “cada homem um voto”, existência legal definida em estatutos e normas em assembleias dos associados. (BARBOSA, 2007, p. 97).

E ainda corrobora Fernando Henrique Cardoso, então presidente, por meio da lei 8.949 de 1994, que estabeleceu a inexistência de vínculo empregatício nessas relações entre membros de cooperativas ou de associações, pois são sócios-proprietários. Em 2002, a Organização Internacional do Trabalhador, 193/2002, definiu cooperativa como “associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum por meio de uma empresa de propriedade conjunta de gestão democrática”. (BARBOSA, 2007, p. 109).

E nas relações terceirizadas, a empresa que contrata serviços, está protegida por meio da lei do contrato temporário de trabalho de 1998 e do projeto de lei 5.843, que altera o artigo 618 da Consolidação das Leis dos Trabalhadores (CLT), isentando estas empresas da exigência da formalização destes trabalhadores. Segundo Barbosa, o serviço temporário ou terceirizado, que deveria abranger exceção empresarial, torna-se usual e constitui-se como estrutura

“empresarial para burlar direitos trabalhistas – passa ser permitido nesse universo de desregulamentação do trabalho”. (BARBOSA, 2007, p. 108).

Essas são as motivações que atribuem reflexão necessária acerca do que se constitui a essencialidade de práticas autogeridas e que se reproduzem em novas experiências do contexto sociopolítico como a dos governos locais.

Esta atividade, executada pelos catadores e que se formalizam em cooperativas a serviço de uma empresa maior, não necessariamente tem características de autogestão. Da mesma forma, estão nesta condição as facções que foram constituídas para servir uma indústria maior que deseja diminuir seus encargos trabalhistas. Estas mantêm relações com a facção para interagir no seu comando, fato que dificulta a plena realização de um modelo autogerido como pressuposto do princípio solidário emancipador. Ela apresenta o caso das empresas estrangeiras como Levis's e Staroup, que realizaram o comando da cadeia produtiva onde se inseriram facções aos moldes do associativismo e reforça: “em geral, são cooperativas constituídas por mulheres sem formação escolar capaz de garantir competitividade, desempregadas ou que nunca se inseriram em trabalho formal e sempre mantiveram uma relação artesanal de costura no bairro”. (BARBOSA, 2007, p.119). Deslocar este parágrafo para o final do referencial quando for trabalhar a questão das cooperativas de reciclagem

E por fim, a autora não pretende, dito por ela, generalizar a evidência de estudo para todo país. Não obstante, a concorrência entre os catadores e entre facções, a falta de escolaridade, e pouco conhecimento sobre autogestão em cooperativas, demonstra a condição desigual no poder de barganha entre essas cooperativas e os compradores (inserido no modelo tradicional de economia) dos seus materiais. A condição estrutural somado a formação cultural do indivíduo interfere na capacidade em empregar os conceitos exigidos para autogestão do processo produtivo. Neste argumento, tenta comprovar a inexistência de princípios solidários emancipatórios e continuidade do capitalismo hegemônico sob a orientação das políticas públicas. Na seqüência será discutido um breve panorama da situação dos resíduos sólidos e sua forma de coleta.

3.4.1 Efeitos do Crescimento Econômico na Produção de Resíduo Doméstico e Reciclagem

O crescimento econômico, impulsionado pela inovação tecnológica, proporcionou aumento significativo nos bens de consumo e na facilidade em adquiri-lo pela facilidade de linha de crédito. Neste mesmo movimento, acelerou o acúmulo de resíduos e necessidade de processos para sua destinação e reaproveitamento. (PAULICS, 2000). O mesmo estudo revela que cada brasileiro produz, em média, 1 quilo de lixo por dia. O montante deste descarte estima-se em 170.000 toneladas diárias. Sendo que seu reaproveitamento está estimado em 11%. Assim, a maior parte desses detritos é de material orgânico. Os outros, pertinentes ao lixo doméstico, se compõem por vidros, plásticos, papéis e metais. E embora o Brasil seja notório no reaproveitamento de garrafas pet e latas de aço (70%), a grande maioria desses componentes são descarregados em lixões a céu aberto, sem triagem e reaproveitamento em outros processos industriais. (CEMPRE, 2012).

Na situação brasileira, o destino de lixo doméstico é de responsabilidade dos municípios. No O estado em estudo, o Paraná, promulgou a Lei nº 12.493 (PARANÁ, Lei nº 12.493, 1999). Esta lei estabeleceu os princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos do estado, visando o controle da poluição, contaminação e a minimização de seus impactos ambientais, a política de resíduo de uma cidade é de responsabilidade das prefeituras. E em 2003, criou o Programa Desperdício Zero, buscando a eliminação dos lixões. Por esta determinação, cabe ressaltar a necessidade de iniciativas políticas municipais para avançar nos mecanismos de coleta seletiva. Segundo o site Rankbrasil (*on-line*, 2012; Akatu, 2012) apenas 6% dos municípios tem desenvolvido projetos para reciclar os resíduos domésticos das cidades. Entre eles estão: Curitiba/PR (100%), Itabira/PR, Londrina/PR, Santo André/SP e Santos/SP. Nestas cidades, o lixo orgânico é separado e o reciclável fica limpo, e isto representa vantagens no valor da comercialização. A política de educação ambiental destes municípios tem contribuído para agilizar o sistema de coleta seletiva e amenizar os danos econômicos e ambientais. Segundo o Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE) o percentual de resíduos

reciclados ainda é incipiente, e que parte significativa desses materiais são encaminhados aos lixões. Segue um quadro em anexo (quadro 1) no apêndice A, para visualizar o percentual de reciclagem no Brasil.

A coleta seletiva, segundo o Instituto Akatu (2012), é uma tentativa viável para resolver os problemas ambientais ocasionados pelo acúmulo nos lixões, uma vez que os materiais recicláveis são encaminhados para triagem e destinados ao reaproveitamento para retornarem aos processos produtivos. Quando estes processos são realizados por cooperativas de catadores, adquirem importância para o contexto econômico, ambiental e social. As cooperativas de catadores retiram dos “lixões” os considerados excluídos do mercado de trabalho e sua inserção reforça a convivência entre os membros, fortalecendo o contexto social, econômico e ambiental. (INSTITUTO AKATU, 2012).

Contudo, ainda é pequeno o número de cooperativas que trabalham na triagem e destinação do lixo urbano, como segue dados em anexo quadro 1 (p.117) no apêndice B, das cooperativas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Panorama da Reciclagem no país. (SENAES, 2012).

Por este panorama, conforme apêndice B quadro 2 (p.118), é possível notar que há regiões brasileiras que inexistem registros sobre as cooperativas de resíduos sólidos. Outro destaque nos estudos da SENAES (2012) é que a inclusão a renda foi a principal razão motivadora para colaboração em cooperativas no Brasil. Esse resultado reforça o papel relevante das cooperativas na abrangência econômica, social e ambiental.

O estudo segue apresentando uma revisão sobre os empreendimentos solidários no Município de Maringá com ênfase nos catadores de resíduos sólidos.

3.5 REVISÃO EMPÍRICA

O movimento solidário no município de Maringá está representado por artesãos e catadores: associação dos artesãos e cooperativas dos catadores de resíduos sólidos. Contudo, cabe ressaltar que neste movimento já existiram outros setores inseridos como a Coopervest – Cooperativa do Vestuário de Maringá, representadas por um grupo de costureiras incubadas e que perderam o espaço

físico, antes cedido pela prefeitura, e a dificuldade de arcar com custos fixos acabou por contribuir no retorno dos participantes ao emprego em empresa capitalista; e a Docemel que produziam doces caseiros, que e que, pela dificuldade de partilhar a discussão, retomaram seus trabalhos individualmente, segundo representante da Assessoria Unitrabalho.

Atualmente, o movimento solidário existente nas relações jurídicas: artesanato se formalizou em uma associação, e catadores de resíduos sólidos em cooperativas, ambos obedecem ao estatuto constituído e realizam eleição para o seu dirigente (presidente) a cada dois anos.

A Associação de Artesanato Santo Antônio nasceu de forma totalmente solidária. Em 2004 um grupo de senhoras da 3ª idade reuniam reuniam-se numa sala do Centro Pastoral puma para partilhar o conhecimento individual sobre suas experiências sobre na prática do artesanato. Nesta participação, o aprendizado compartilhado envolvia: bordados, crochê, tricô, apliques e pinturas. Para tanto, todas as quintas-feiras, no período das 14 até 17 horas, trocavam idéias sobre seu conhecimento e produzir produziam novos produtos. A produção era totalmente doada para a Rede Feminina de Combate ao Câncer, com o objetivo de arrecadar recursos para as pessoas que necessitavam de alimentos e tratamentos para o combate ao câncer.

O presidente da Associação de bairros nos reconheceu e ofereceu a Praça da Igreja Santo Antônio para a realização de uma feira mensal para reforçar a comercialização dos produtos. O esforço foi reconhecido pela comunidade local que teve participação relevante. E estimulou a idéia de criar um empreendimento. Com o sucesso obtido, os integrantes da associação fundaram o empreendimento em 31/03/2008.

As artesãs se organizaram e resolveram criar uma associação; e constituíram um Estatuto. Rrealizaram uma Assembléia e compuseram a hierárquica organizacional: presidente/vice, tesoureiro/vice, secretário/vice, diretor de marketing, diretor de patrimônio, diretor de feiras, 03 titulares e 03 suplentes do Conselho Fiscal, Mariane (presidente Santo Antonio)

Atualmente são 26 famílias participantes na associação. De acordo com o estatuto, a vigência do mandato (diretoria) é de 02 anos. Inclusive, houve nova eleição no dia 25 de fevereiro de 2012. Os produtos são comercializados em

feiras promovidas pela Prefeitura (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, de Assistência Social, e Turismo), pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Faculdade Cesumar, Faculdade Unifamma, Acema Clube, Associação Comercial de Maringá (Acim), Provopar, SEBRAE, Convention Visitors Bureau. A feira que proporcionou início do projeto, mantêm-se sempre no 2º domingo do mês na Praça Santo Antônio. E em relação aos produtos, também são aceitas encomendas, de forma individual e coletivamente.

Segundo Mariane, presidente da Associação do Artesanato Santo Antonio, a dificuldade para avançar o projeto reside na falta de recursos para a melhoria coletiva e no conhecimento do público que participará de novas feiras, uma vez que interfere diretamente na produção e comercialização.

No tocante ao setor de resíduos sólidos, sua constituição se principiou de uma iniciativa política do prefeito local José Claudio, na época do governo do Partido dos Trabalhadores. Neste entendimento, além da possibilidade de inclusão social, tal medida também representava uma tentativa necessária para amenizar as conseqüências originadas pelo aumento expressivo de resíduos não aproveitados no município, exigindo cada vez mais espaços físicos destinados a aterro sanitário.

No que diz respeito à questão social, na cidade haviam muitos excluídos do mercado de trabalho, em função do baixo nível de escolaridade. Estas pessoas sobreviviam de sobras do lixo e de recursos originados pela comercialização de materiais que poderiam ser reciclados ou reaproveitados. O então prefeito da época, com auxílio da Unisol, convocou todos os catadores para uma reunião e esclareceu sobre a necessidade destas pessoas se organizarem e constituírem uma cooperativa de catadores que pudessem colher materiais para comercialização destes. Os recursos obtidos com a venda seriam igualmente distribuídos como renda para eles.

Além disso, foram disponibilizados caminhões e espaço físico para triagem dos materiais. Estas pessoas foram organizadas em cooperativas e por meio da Unitrabalho, receberam conhecimento sobre cooperativismo e gestão de negócios.

Historicamente, no início dos anos 2000, os empreendimentos solidários de catadores se organizaram em oito cooperativas: Cocarema,

Coopermaringá, Cooperpalmeiras, Cooperecológica, Coopercação, Coopervidros, Coopernorte e Coopercicla. Porém, nos anos 2011 e 2012, o número de cooperativas neste setor tem declinado. Atualmente, existem apenas cinco delas. E o número de componentes participantes em cada cooperativa também está diminuindo, por exemplo: uma cooperativa que iniciou com 90 membros, hoje conta com 30, no máximo, segunda Secretaria de Meio Ambiente de Maringá.

O declínio do movimento, em entrevista nas cooperativas, se deve a falta de compromisso do setor público em repassar recursos para infraestrutura das cooperativas e falta de equipamentos como prensa e outras. Outro fator relevante reside nas condições de repasse de informação e conhecimento para seus participantes, como já destacado: a baixa escolaridade.

Os empreendimentos se constituíram com os balizamentos da hierárquica organizacional baseada na eleição a cada dois anos e na obediência ao estatuto conferida a cada um. Outro fator relevante que denota igual preocupação dos empreendimentos é a dificuldade em gerir o mercado-alvo, preços e localização para comercialização dos produtos. Embora, a Associação do artesanato tenha avançadaavançado, ainda a falta de compreensão aos fundamentos de gestão organizacional, ainda são entraves ao seu desenvolvimento. Na situação dos Catadores, este fator é mais evidente. Ainda que ponderasse os trabalhos desenvolvidos pela Unitrabalho, o nível de escolaridade e visão de mundo são entraves expressivos para seus avanços.

Ainda reforçando a idéiaideia, como ressalva Barbosa (2007), a experiência de catadores de lixo para a reciclagem e transformação em novos produtos com valor de uso contribuem, também, com o modelo de economia tradicional e hegemônica, pois . Oos materiais envolvidos no processo como plásticos, vidros, papéis e outros, que após a coleta, triagem e separação, são comercializados por grandes indústrias, por meios de um intermediário, para processá-los em novos produtos.

Esse processo Ccolaborando com o modelo de desenvolvimento tradicional, no qual a maior parte das riquezas atende aos anseios de um grupo menor e muito mais favorecido mantendo o *status* dominador. Revelando-se em um paradoxo, os catadores colaboram com a sustentabilidade quando coletam materiais para reciclagem, e as indústrias recebem a fatia monetária considerável. E frisa que

ao se formalizarem para atender empresas capitalistas não necessariamente adotam princípios de autogestão.

Em relação aos avanços nos processos emancipatórios, estes serão apresentados no item apresentação da pesquisa para os Catadores. E para os artesãos, segundo Mariane (atual presidente), a participação é livre e o conhecimento partilhado tem sido a razão que proporciona um olhar diferente para a realidade comercial e social. No tópico em seqüência será apresentado o método adotado para a coleta de dados utilizada na investigação deste estudo, bem com a apresentação das informações obtidas.

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia foi estruturada da seguinte maneira: classificação da pesquisa, e estratégia de coleta de dados. , análise de dados e limites de pesquisa. Sempre com a finalidade de responder aos objetivos do trabalho e considerando a orientação metodológica com a investigação empírica.

4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A realização desta investigação foi desenvolvida ao longo de um processo que envolveu métodos e estratégias que possibilitaram guiar respostas condizentes com o problema de pesquisa previamente delineada de forma a atingir os objetivos propostos.

O estudo baseou-se no paradigma crítico no qual as organizações não são entidades autônomas e independentes, mas construções sociais, por vezes contraditórias em que se evidenciam formatos subjetivos, manifestos e também ocultos (FARIA, 2007). Buscou-se investigar a relação existente entre dominação-alienação *versus* emancipação-autonomia dentro dos empreendimentos de economia solidária da cidade de Maringá. O estudo apoiou-se no conceito de emancipação de Cattani (2003), o qual entende que seja necessário o atingir a maioria de consciência, com conhecimento para perceber a realidade sem influências que visem dominação.

Tratou-se de um estudo e descritivo e exploratório, e a estratégia adotada foi o estudo de multicasos. Através da perspectiva qualitativa, buscou-se compreender a introjeção dos princípios que fundamentam a economia solidária por parte dos sujeitos envolvidos e seu potencial emancipatório nos empreendimentos cooperativistas de catadores de resíduos sólidos. (SILVA, 2011).

4.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados utilizada na pesquisa se realizou em duas etapas: pesquisa de cunho bibliográfico em livros, artigos e *sítes*. Na segunda etapa, a análise fixou o olhar no exame de documentos, na observação não participante e

entrevista semiestruturada. (YIN, 2001). Os documentos trouxeram à luz a relação formal e normativa da organização, o que foi obtido por meio de atas, estatutos, e relatórios e controles manuais da coleta (planilha), os quais registram a quantificação e sua classificação dos materiais coletados pelos empreendimentos solidários: vidro, alumínio, papelão, plástico e outros (refugo). Estes controles são utilizados para registrar as quantidades comercializadas. A partir dos registros confrontam com os dias trabalhados de cada membro e lançam o valor dos ganhos de cada participante. Estas observações documentais ajudaram a esclarecer os ganhos e a formalização das atividades diárias dentro dos empreendimentos que posteriormente são somadas à análise da entrevista.

Para centralizar a investigação vale destacar que as manifestações solidárias em Maringá compreendem dois grupos: artesanato organizado em uma associação, e os catadores de resíduos sólidos organizados em cinco cooperativas independentes.

Em relação ao artesanato, a coleta de informações se realizou com a presidente da associação (Mariane) com o objetivo de descrever a sua formação e modelo de atuação. E para a coleta nas cooperativas, foram selecionadas quatro cooperativas como segue a descrição da coleta: análise de documentos (estatuto, cálculos de renda), observação e entrevista semiestruturada.

A observação foi recomendada para apreender a aparência, eventos e ou comportamentos existentes. E por ela observou os comportamentos semelhantes e díspares, a qual contribuiu no registro das ocorrências do cotidiano e na interação entre os participantes (SILVA et al, 2010).

As entrevistas se desenvolveram por meio de um roteiro semiestruturado, através do qual se procurou trabalhar com flexibilidade e abertura, buscando capaz de acolher novas percepções, mesmo quando iam além do roteiro previamente estabelecido, sugerindo novas questões e interpretações. (SILVA et al, 2010). Portanto, como sugere Silva (2010, p. 134) serviu como um “guia de tópicos” que orientou a investigação para que esta se mantivesse centrada na visualização comportamental e nas crenças defendidas.

O questionamento se orientou, inicialmente, com questões fechadas para compreender as condições de existência dos envolvidos como: nível de escolaridade, renda, tipo de residência (própria ou alugada), aparelhos existentes na

residência (máquina de lavar roupa, televisão, aparelho de som). E para entender a vivência quanto aos princípios solidários um roteiro não rígido e guiado a partir das categorias estabelecidas. Na pesquisa qualitativa, não temos hipóteses e sim perguntas flexíveis e abertas, como seguem alguns exemplos (SILVA et al, 2010):

1. O que você entende sobre solidariedade?
2. Como vocês dirigem e escolhem os membros para se estabelecerem as decisões?
3. Como vocês tomam as decisões?
4. Há um líder? Como ele foi escolhido? Por quanto tempo?
5. Poderia me explicar a autogestão? Como aprendeu sobre autogestão?
6. Há dificuldades no gerenciamento das atividades? Como decidem o que fazer?

Ainda, em relação às entrevistas, houve um questionamento sobre a quantidade de empreendimentos necessários e se seguiriam o métodos de “saturação” (SILVA et al, 2010), a repetição das respostas e evidências observadas. Contudo, foram entrevistados quatro dos cinco empreendimentos, pois uma das cooperativas contava com membros reintegrados de outros empreendimentos, o que indicaria a semelhança nas respostas.

Em Cada empreendimento entrevistado, a pesquisadora, realizou uma visita com intuito de esclarecer a concepção acadêmica e descrição dos registros realizados, e assim um agendamento. Dois empreendimentos desmarcaram, e por insistência, novo agendamento foi realizado. Em média, permaneceu-se no local quase duas horas, e a coleta de dados foi desenvolvida em janeiro/2012.

4.2.1 Sujeitos Envolvidos

A escolha dos participantes da pesquisa levou em conta a totalidade de empreendimentos formais de economia solidária em atuação na cidade de Maringá. Com esse objetivo, a investigação identificou inicialmente a existência de 5 cooperativas de catadores de resíduos sólidos no município: Cooperança, Coopernorte, Coopercicla, Cooperecológica e Coopervidros. Entretanto, Para a

pesquisa foram selecionadas quatro destas: Coopercação, Coopernorte, Coopercicla e Cooperecológica. Ficando de fora apenas a Coopervidros por se assemelhar a outra já selecionada. Em cada cooperativa foi entrevistado um membro participante, selecionado aleatoriamente, e o presidente. Na Coopercação, por uma questão contingencial em que se encontravam presentes no dia da entrevista quatro dos seus membros, todos foram entrevistados: a presidente, e três membros.

A partir da adoção do paradigma crítico, a escolha de um membro aleatório e um presidente em cada cooperativa, teve como finalidade avaliar se os princípios solidários e avanços nos processos emancipatórios eram evidenciados e praticados igualmente, tanto do ponto de vista do presidente (gestor), como dos membros (participantes). Dessa maneira, a intenção era perceber se no discurso do presidente havia nuances de dominação em função do seu *status*. Com isso, avaliar se, na vivência dos empreendimentos solidários, em grau hierárquico distinto, se a compreensão era prática comum ou se havia mecanismos inibidores que contribuía com formas de dominação.

As entrevistas foram efetuadas individualmente, para que não houvesse influência de um sobre os demais. Desde o início, reforçou-se o caráter científico da pesquisa e a informação de que seus nomes seriam mantidos em sigilo, para evitar quaisquer situações que os pudessem comprometer ou constranger os participantes. Nesse sentido, tentou-se inicialmente gravar as entrevistas, mas pela recusa dos entrevistados, estas foram todas transcritas diretamente.

4.2.2 Instrumento de Coleta de Dados

A pesquisa qualitativa reconhece o estudo de caso ou de multicaso. O estudo de caso como estratégia destaca “o foco de atenção do pesquisador que busca a compreensão de particular caso em complexidade” (SILVA, 2011, p. 118-119). Por meio desse instrumento tentou-se compreender de que forma os princípios solidários estão inseridos nas práticas organizacionais da amostra estudada e se, contribuía para adotarem comportamentos emancipatórios ou alienatórios ou mesmo discrepante nos empreendimentos selecionados.

Neste fim, por meio da estratégia, buscou-se evidenciar os comportamentos dos envolvidos nas cooperativas sob circunstâncias emancipadoras ou dominadora.

4.2.3 Definição das Categorias

As categorias escolhidas foram extraídas dos princípios teóricos de Economia Solidária de Paul Singer (2002), visando identificar a apropriação deste^[u16] nas falas e vivência dos autores envolvidos. Conforme já mencionado acima, nos descritos de Paul Singer os princípios em que se caracteriza a economia solidária e que serviram de base para definir as categorias de análise deste estudo foram: autogestão, hierarquia, solidariedade, gerenciamento das atividades, emancipação/alienação, entraves. E como entendimento as categorias reforça-se:

Autogestão: os meios de produção pertencem a todos os cooperados (são proprietários e trabalhadores), e sua gestão submete-se às decisões votadas em assembléia. Para eleição do líder, no caso da economia solidária, o presidente e seus membros (presidente, secretário, conselho fiscal, membros). Em que as decisões maiores e mais complexas devem sempre ser decididas em reuniões e cujas decisões deverão obedecer à vontade da maioria, o que implica em voto democrático. Na autogestão há uma eleição democrática a cada dois anos para eleger a nova hierarquia. (SANTOS, 2011; SINGER, 2002)

Hierarquia é a composição dos membros envolvidos: presidente, vice-presidente, conselho fiscal, secretário e membros. Cabe ao presidente o papel de gestor das atividades da cooperativa e interação dos membros em todos os assuntos da cooperativa. O vice auxilia o membro, o conselho fiscal registra e confere a contabilidade e outros membros monitoram as decisões. Todos podem interferir nas decisões e compartilhar, independentemente do cargo, das decisões na cooperativa. (BARBOSA, 2007).

Solidariedade em economia solidária é partilha. Nas cooperativas além de ajuda mútua, cooperar com conhecimento de maneira que haja avanço econômico e no crescimento da competência da cooperativa em realizar seus processos. Na interação solidária, além dos ganhos econômicos existem os reforços

afetivos e humanísticos que contribuem para o melhor a autoestima enquanto sujeito ativo. (SINGER, 1998).

Gerenciamento das atividades visa orientar os cooperados a participarem de todas as atividades na cooperativa para o reconhecimento do funcionamento do processo como um todo, e evitar exaurir alguns membros em atividades das quais possuem baixa competência e da dependência de certas atitudes preconceituosas ou subserviência severa. (GAIGER, 2007).

Emancipação na opinião de Singer se constrói com a participação no processo em que seus participantes vivenciam, uma vez que o reconhecimento das ações realizadas dentro da cooperativa contribui para percepção e entendimento do ambiente onde estão inseridos. Ainda, as decisões advindas das assembleias fortalecem a interação dos envolvidos e esse processo estimula novas idéias e pensar crítico. Já no modelo capitalista, o qual se desenvolve com especialização do trabalho, restringi o pensar social pelo afastamento da compreensão do todo, colaborando com processos alienatórios. (SINGER, 2002).

Entraves para a Economia Solidária revelam-se na porção de desempregados descartados pelo modelo capitalista em razão da baixa escolaridade e competência. E estes, excluídos do sistema hegemônico, são incluídos no modelo solidário. Os excluídos foram descartados por não possuírem altos índices de produtividade, estarem distantes de técnicas como as do *toyotismo*, apresentarem baixo grau de escolaridade, e em certas organizações por estarem distantes da meritocracia. (SINGER, 2002). Portanto, uma porção social fragilizada com dificuldades para se capacitarem em empreendimentos próprios e avançar no para uma condição proativa e emancipadora. (SANTOS, 2011; SINGER, 1998).

4.3 LIMITES DA PESQUISA

A pesquisa teórica teve vasta oportunidade de investigação em livros e artigos científicos, que pudessem colaborar na compreensão das diferenças entre os modelos teóricos que orientam os Princípios adotados para o crescimento econômico das nações, suas consequências e alternativas a à exclusão social permitida pelo modelo considerado hegemônico: a Economia Solidária^[u17].

A pesquisa empírica, no entanto, enfrentou um ambiente hostil e, por vezes, os entrevistados viam na pessoa da entrevistadora a possibilidade de carregar mudanças positivas naquele ambiente. Esse sentimento exigiu maior esforço na concentração do roteiro, e diversas vezes esforços para retomar as questões que orientavam os processos.

Ainda, por alguns momentos, certo receio pairou nas expressões dos entrevistados por temor ao erro e possíveis consequências de suas respostas. Este receio e também a falta de consciência da importância da pesquisa acadêmica para a evolução do cooperativismo e da Economia Solidária foram os maiores entraves ao enriquecimento da investigação, uma vez que nem sempre as respostas eram explicativas, impondo maiores esforços para retirar, na fala, a vivência deles. Clarificando, exigiu-se que o questionamento sobre as categorias (por exemplo autogestão) fossem refeitas sob outro prisma por duas ou três vezes para realmente conseguir a resposta. Essa dificuldade é evidenciada no tom das respostas, as quais eram simplistas. Para facilitá-los, adentrou-se nas atividades e, poratravés de exemplos, conseguiam avançar nas respostas.

A comparação com outros casos abrangentes (como por exemplo: Londrina) e com outros atores de nível de instrução mais avançado poderia ter servido de subsídios relevantes para ampliar a visão crítica que orientam a práxis dos processos, que^[u18] promovamendo, assim, os avanços nos princípios solidários; com relevância, nas contribuições para o caminho da emancipação social das manifestações nas cooperativas. A possibilidade de verificar os mesmos modelos em ambiências diferentes pode agregar informações na visão míope dos movimentos solidários fixados no olhar de Maringá.

E, por fim, a definição das categorias não esgota os limites para melhor abrangência da compreensão crítica no olhar da realidade sobre as contribuições para avançar nos processos de emancipação e ou de alienação. Outras categorias sob o ponto de vista de descritos de outros estudiosos também podem ampliar a compreensão e podem servir de elementos e *insights* a novas investigações em estudos futuros.

5 DISCUSSÃO E ANÁLISE DE DADOS

Para realizar a análise e interpretações na perspectiva qualitativa, dividiu-se em dois momentos: primeiro avaliou-se os documentos dos empreendimentos, e depois a análise se orientou na observação e interpretação de gestos, atitudes e idéias expressadas. Sempre buscando entender o comportamento discrepante, ou díspar ou mesmo incomum em todas as percepções.

Silva (2010) recomenda a reflexão a partir das anotações consideradas e da categorização das percepções realizadas em nível conceitual. e Neste interesse, guiou-se pelo conteúdo de documentos, falas, percepções do local, mural do empreendimento, e aparência dos envolvidos.

Dos discursos dos envolvidos, registrou-se o maior número possível de respostas com anotações diretas, e também quanto a minha percepção das manifestações e do local. A transcrição foi realizada por falas autênticas (diretas) e pela descrição da percepção ambiental e das características dos envolvidos (modelo indireto).

Na análise da pesquisa qualitativa, as partes deverão ser compreendidas, ou seja, envolvidos^[u19], porém, como ressalva Silva (2010), faz-se necessário a abrangência da perspectiva teórica para clarificar dúvidas e contribuir nas avaliações e assim, a pesquisa foi conduzida.

E por fim, a comparação entre os casos foi relevante para compreender diferentes vivências solidárias e encontrar evidências que possibilitaram apurar a existência de comportamentos que pudessem confirmar ou não os fundamentos teóricos dos princípios solidários em manifesto ao avanço ou aos limites no processo emancipatório em cada caso avaliado. (SILVA et al, 2010).

5.1 CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS

As cooperativas selecionadas para a pesquisa qualitativa foram: Coopernorte, Cooperança, Coopericla e Cooperecológica. O universo da pesquisa se compõe por cinco cooperativas na cidade, e apenas uma não participou por possuir características semelhantes a uma já entrevistada, e ainda porque o

discurso apresentado, durante as entrevistas, passou a insistir nas mesmas respostas, saturando o processo.

Todas as cooperativas de resíduos sólidos que participam da coleta seletiva de Maringá surgiram a partir de iniciativa política para atender as exigências legais do tratamento de resíduos sólidos. E uma vez formalizadas e instaladas, passaram a atuar de forma independente.

O prefeito José Claudio Pereira Neto (mandato: 21/01/2001 a 16/09/2003), integrante do Partido do Trabalhadores, em visita ao lixão da cidade a céu aberto, viu várias pessoas recolhendo sobras para comer e vender. Convidou estes membros e outros catadores avulsos, que circulavam pela cidade, para uma reunião. Esta teria como objetivo esclarecer sobre um projeto que criaria empreendimentos cooperativos para que, juntos e organizados, coletassem os resíduos sólidos da cidade. Na reunião, enfatizou que, por meio da colaboração, os integrantes do modelo cooperativo poderiam ter uma condição de existência mais digna, com espaço estabelecido para trabalhar e renda mensal. Assim, ao tempo em que a iniciativa criaria melhores condições de trabalho a estas pessoas, inclusão social e de renda, poderia organizar a coleta seletiva por meio dos catadores que circulariam por toda cidade. Os resíduos coletados pelas cooperativas são: papel, alumínio, vidro, garrafas de plásticos (pets), lona e sucatas.

Em relação à estrutura das cooperativas, a prefeitura do município cedeu espaço físico, caminhões e outros equipamentos doados por entidades como Banco do Brasil, Petrobrás e do Programa Fome Zero do Governo Federal. Já os custos de energia, saneamento e vigilância do local deveriam ser respondidos pela receita da comercialização dos resíduos. As diferenças entre a comercialização dos resíduos e custos são repartidas igualmente entre os cooperados.

Entretanto, em todas as situações da avaliação, verificou-se que a estrutura física é precária, o espaço físico para armazenar as coletas é limitado. E parte dos resíduos que será encaminhado ao processo de triagem, está armazenada em condições de intempéries, e o resultado da falta de condição adequada ao armazenamento é a perda da qualidade do material coletado; refletindo negativamente no valor da comercialização dos materiais.

Essas cooperativas estão formalizadas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, com domicílio próprio (concedido pela prefeitura) e obedecem,

juridicamente, com regime diferenciado, isenções tributárias específicas para o associativismo. Para a constituição legal de uma cooperativa, a lei exige para sua composição o mínimo de vinte membros, um estatuto, assembleias para discutir sobre futuras ações com decisão democrática, ou seja, deverá ser acatada a decisão acolhida pela maioria. O estatuto, ainda, estabelece que a divisão hierárquica deve constituir-se por meio de eleição e cada mandato, legalmente, permanece no máximo dois anos, sendo que a mesma divisão (grupo) pode se reeleger por mais dois anos. A hierarquia, legalmente constituída, é formada pelo cargo de presidência, vice-presidência, conselho fiscal, secretaria e membros.

As cooperativas reconhecem o princípio de autogestão e para constituir sua hierarquia há uma eleição a cada dois anos. E para as eleições da presidência e outros cargos, qualquer um dos participantes pode se candidatar. Nas situações em que a manifestação foi única, solicita-se anuência dos membros. A mesma solicitação é feita para o vice, fiscal e secretário. Nas manifestações em que há mais de um candidato, a escolha é feita pelo voto secreto em que cada cooperado tem o mesmo peso.

O estatuto também orienta a forma de distribuição da renda dos participantes e seus ganhos. As cooperativas devem possuir conta corrente em nome da cooperativa e documentar a movimentação bancária.

5.1.1 Características das Cooperativas Entrevistadas

Nas entrevistas desenvolvidas junto às cooperativas, chamou a atenção o fato de que nenhuma delas efetivar recolhimento junto ao Sistema Previdenciário. Embora, reconheçam a necessidade, julgaram não possuir o ganho suficiente para a sua existência e que o recolhimento ao Sistema seria realizado quando o ganho aumentasse. Assim, inexistem instrumentos de seguridade para garantir-lhes renda no momento da aposentadoria.

Ainda que seus participantes estejam obedecendo ao estabelecido em lei, por influência de fatores internos e externos, houve um declínio significativo no número de membros das cooperativas, e sua composição atual está com número abaixo do exigido pela lei (20 membros), como será apresentado em cada caso.

Como tentativa de ampliar o número de participantes, conforme explicaram os presidentes das cooperativas entrevistadas, o recrutamento para preenchimentos dos cargos é realizado por eles. Os membros espalham a notícia no bairro e entre os conhecidos sobre o funcionamento da cooperativa e qualquer pessoa tem a oportunidade de se integrar ao grupo de cooperados. Quando catadores avulsos são vistos por onde o caminhão da coleta trafega, eles os convidam para participar do grupo e todos os interessados são incluídos e posteriormente orientados quanto à norma da cooperativa e integrados ao processo de trabalho. A exclusão de um membro só acontece se ele desobedecer às regras do estatuto. Como afirmou o presidente da Cooperecológica: “se alguém brigar aqui, aí eu peço para se retirar”.

As condições de trabalho ainda se demonstram extremamente precárias e muitos dos cooperados recebem abaixo do salário mínimo e possuem baixo nível de escolaridade, de modo geral, incluem-se apenas no ensino fundamental. E para completarem o orçamento doméstico, as famílias se inseriram no Programa Bolsa Família do Governo Federal.

No tocante à faixa etária, a grande maioria está acima dos 40 anos e é do sexo feminino, estas permanecem na triagem interna, enquanto os homens ocupam-se da coleta externa pelas ruas da cidade.

Em relação ao exercício das atividades: a coleta e a triagem que são processos sem grau de complexidade são realizadas facilmente e a equipe, quando julgar necessário, se desloca para a atividade, conforme a preferência ou prioridade do dia.

Entretanto, nas atividades que exigem conhecimento de técnicas comerciais para negociar com compradores e intermediários, emprego de cálculos para elaboração de preços e, da renda observou-se uma lacuna na compreensão. E para tentar sanar estas deficiências, passaram a contar com a Assessoria da Unitrabalho. Ela visita constantemente às as cooperativas, reúne seus membros para esclarecer diversas dúvidas de ordem de gestão (de custos) e sobre o conceito de cooperativismo. Entre os instrumentos facilitadores, a Assessoria elabora planilhas de receitas e despesas. Nas planilhas, há espaços abertos para preencherem as quantidades comercializadas de cada item diariamente, e que,

posteriormente, no fim de cada mês, possam calcular suas receitas, diminuïrem os custos fixos e repartir as sobras.

O preenchimento das planilhas torna-se uma atividade “mecânica”, frisa-se que por falta da planilha ou mesmo da lacuna, os membros se sentem desorientados para anotar coletas e posteriormente entregá-las a seus compradores. Há claramente dificuldade em compreender a montagem da planilha, fator que pode contribuir negativamente com desenvolvimento do empreendimento e no curso emancipatório.

5.2 AS COOPERATIVAS AVALIADAS

5.2.1 Coopernorte – Cooperativa Norte de Maringá de Separadores e Separadoras de Materiais Recicláveis de Serviços

Iniciou em 18/06/2004, com 90 membros e, atualmente, conta com apenas 18. Nas afirmações socioeconômicas: tanto o membro como a presidente, possuem filhos na escola e, casa própria. E, entre os eletrodomésticos, possuem televisão, aparelho de som, lava roupa, geladeira. Em relação à frequência escolar, apenas o fundamental. E trabalham na cooperativa, em média, há 10 anos.

A Coopernorte está localizada na saída para Iguaçu. Inicialmente, pôde se perceber nas falas dos membros mais antigos (o grupo determinou quem responderia), que seus integrantes assimilaram com relevância as promessas do então prefeito. O discurso estimulou muitas pessoas e estas convidaram novos participantes que aderiram ao projeto. Nas falas da presidente e membro percebeu-se um sentimento de que a cooperativa poderia ser o caminho para conseguirem pertencer a um grupo concreto (tangível), segue afirmação da presidente: *“nóis^[u20] catava sozinho, andava pela rua, no lixão. Quando o prefeito veio falar achei que seria melhor ter um lugar para trabalhar. No começo era bom. Agente acreditou nele. Mas, agora não sei”*.

A expressão “não sei” está relacionada com a queda no número de integrantes e na dúvida entre manter na cooperativa ou buscar outra forma de renda como a coleta independente. O abandono de grande parte dos integrantes, segundo

a presidente, se deveu ao baixo rendimento mensal por conta da queda dos preços na comercialização. Somado a isto, o aquecimento do setor de construção civil. Este setor, diferente das cooperativas, contempla o salário, o registro e outros benefícios no rendimento. Entre as falas, destacam-se o reforço na expressão “*o trabalho é duro*”, “*o relacionamento é tenso. É difícil.*” Aparentemente esta sensação no ambiente existia e, inclusive, certo receio com a presença da entrevistadora.

O espaço físico da cooperativa para armazenar os materiais é restrito, com boa parte dos materiais a céu aberto, com aspecto de desordem. A cooperativa possui vários equipamentos para auxiliá-los na organização: prensas, esteira e um carrinho que está quebrado, além de um caminhão cedido pela prefeitura.

Esta cooperativa é a única que possui um espaço recreativo com mesa de bilhar e baralho, e durante a entrevista havia membros jogando e fumando durante o período de descanso (lanche).

5.2.1.1 Sobre a autogestão

Quando questionados sobre o entendimento da expressão autogestão, o membro respondeu “*não quero falar nisso*”; e inclinou sua cabeça para baixo com tristeza. A entrevistadora persiste: a Unitrabalho já conversou sobre este assunto? eE, em seguida, a resposta: “*já falou, não quero dizer. Aqui é de todo mundo, todo mundo tem que fazer as coisas*”. A presidente: “*nós somos donos de tudo, sei assim*”. Na expressão dos envolvidos, observou-se uma pausa para buscar a resposta e em seguida, com novos questionamentos, uma pausa e um baixar a cabeça com expressão de humilhação.

E sobre a importância da autogestão, os entrevistados não conseguiram responder o seu conceito correto, ainda que manifestem que já ouviram falar e que saibam que são os responsáveis pela distribuição e controle de todas as atividades. A presidente, por sua vez, repensa, olha para a entrevistadora e a questiona em tom que outros possam acompanhar minha resposta: “*como dono que aqui somos eu posso levar para minha casa objetos da cooperativa*”. Na mesa, sentados comigo, havia cinco e todos me olharam assustados, aguardando minha resposta. E digo, “do que eu aprendi todos são donos de tudo, mas juntos; os

pertences e equipamentos dizem respeito ao conjunto, ou seja, pertence à cooperativa e não são bens individuais”. Terminada a resposta, ela me agradece e diz *“já sei o que vou fazer”*, e sai preocupada e mesmo a questionando sobre o que aconteceu na cooperativa, sai sem responder. Na expressão de todos: desconforto fúnebre e desconfiança.

A presidente tinha a intenção “implícita” de que a compreensão sobre autogestão era confundida com ser proprietário dos instrumentos e pertences do coletivo e com direito a uso individual. Deixou a entender que haviam objetos sendo carregados para outros locais.

Contudo, ao fim do lanche, no processo de entrevista, observou-se que ninguém retomou suas atividades, a presidente persistentemente pede para retornarem aos postos de trabalhos, mas eles terminam a jogada e vagarosamente se encaminham para as atividades com certo descaso. Em sua expressão: *“vamo gente! daqui a pouco o caminhão vai chegar para descarregar”*. O que se percebe é o total descompromisso com o princípio da autogestão em que cabe ao conjunto a direção e execução das atividades diárias, cujo resultado será o ganho de cada um.

Assim, pôde se compreender que seus membros sabem que são gestores do negócio, entretanto percebeu-se que poucos estavam interessados no avanço do empreendimento, expressando mínimo empenho para executar as atividades e as tratavam como se fossem temporárias. Tal comportamento pode ser reflexo da hegemonia capitalista que, ao impor o dever e instrumentos de controle, criam pessoas mecânicas (robóticas) que, ao se libertarem, não conseguem de se adequar a modelos menos rígidos e exercerem suas autonomias e conduzir em autocontrole seus interesses.

5.2.1.2 Sobre a hierarquia

Em relação à hierarquia, durante a entrevista foi possível perceber que eles compreendem a função do presidente, vice-presidente, conselho fiscal, secretário e membros. Quando questionada sobre o processo de eleição, a presidente interpola: *“eu era vice, a presidente saiu e ninguém queria pegar, eu tive que pegar, aí tive que pegar, sabe ninguém queria”*. O entendimento sobre hierarquia é dito facilmente. E o uso da eleição para escolher o candidato a cada

dois anos, também o é. A presidente comenta ainda: *“eu quero sair, eu já falei, qualquer um pode ser presidente, não quero mais,”*. E ao questionar um membro sobre a hierarquia da cooperativa, ela respondeu que *“tem secretário, mas saiu. Sai todo mundo, só tem a presidente (diz o nome dela). Ela quer sair, mas ela é mais antiga e sabe melhor o que acontece”*.

A divisão do comando-poder e distribuição de atividades é são apresentadas como flexíveis. Contudo, parece existir mais vontade em opinar para contrariar do que para colaborar positivamente. A presidente conta *“aqui tem tanta fofoca que desanima. Ontem fui no meu pai e a fofoca tava lá”. Eles falam por trás, e desabafa “isso é união?”*. Continua em tom de descontentamento: *“fala, fala, mas ninguém quer assumir”*.

Neste sentimento de desordem e incapacidades, vale destacar a idéia de Mance (2002, p.55) a criatividade humana pode por abaixo qualquer modelo preconcebido por existência (no caso o capitalismo). O discurso em prol de um projeto libertador pode converter-se em modelo diferente, porém também opressor pela ausência de estruturas que permitam dialogar para o devir, e confere a práxis de libertação, a própria opressão (ou alienação), pois ser presidente significa assumir quase que exclusivamente o comando com determinação capitalista, mesmo em modelos alternativos.

Também cabe o reforço de Singer (2002) sobre os despreparo da vivência política participativa de sociedade brasileira e que em seu juízo de valor entender ser desnecessária sua contribuição enquanto indivíduo atuante nas decisões do país.

5.2.1.3 Sobre o conceito de solidariedade

Ao questionar um membro sobre solidariedade ela rapidamente respondeu: *“tem que ajudar o outro. Se tem que descarregar, tem que todo mundo colaborar, a presidente fica falando para ir, a gente sabe. Às vezes, ficam lá na triagem, sabendo que o caminhão já chegou”*. Esse ajudar é compreendido como assimilar por todos que um membro foi empilhar e outro deve observar que ele necessita de contribuição imediata, e cabe alguém ajudá-lo. Nesta pretensão, vale reforçar as implicações no esforço solidário. cConforme descritos de Barbosa (2007,

p.112), movimentos solidários, em geral, são formados por mulheres desempregadas, ou que nunca se inseriram no trabalho formal e sempre mantiveram relação artesanal de trabalho. E por isso enfrentam dificuldade no trabalho em equipe e na orientação competitiva, e nas situações em que vivenciaram práticas trabalhistas, ficam no aguardo da ordem superior e sob condição de controles.

Como reforço ao entendimento, foi questionado sobre a forma de pagamento com a intenção de compreender se havia comportamento solidário. E a resposta tanto da presidente quanto do membro “só ganha aquele que realiza o trabalho se faltar não ganha, se trabalhar menos, perde também”. Na resposta do membro: “quando eu falto, eu não ganho, tem gente que falta, falta não é certo ganhar. Eu fico trabalhando, quem não vem vai ganhar?”. Na empresa capitalista, se comprovado que a ausência do trabalhador se deveu por razões de saúde e que o incapacita de exercer funções, o trabalhador não perderá o seu ganho. Na cooperativa solidária, em análise, o desconto faz parte da práxis organizacional, defendido como necessário e justo.

As falas confirmaram a falta de companheirismo e relação humana, contrariando os pressupostos básicos da Economia Solidária e Cooperativismo, como destacado por Singer (2002), pressuposto teórico que orienta aceção do projeto da ES está desenhada por uma globalização humanizadora, pela criação de uma sociedade justa, racional e equilibrada; dirigida pelo respeito ao meio ambiente e produção de qualidade de vida não somente para os cooperados ou associados, mas para todos integrantes do convívio em sociedade.

Nesta categoria, observou-se que há entendimento sobre solidariedade, em teoria, porém com ressalvas para compreender a sua abrangência e sua profundidade nas vivências diárias. Solidariedade vai além da simples colaboração, deve compartilhar crescimento, contudo, o individualismo exacerbado de outros modelos foi enraizado no caráter individual e refletem negativamente em situações menos opressivas em que devesse oportunizar a coletividade.

5.2.1.4 Sobre o gerenciamento das atividades

No que diz respeito ao gerenciamento das atividades, ao serem questionados sobre a distribuição das atividades, tanto presidente quanto membro respondeu apressadamente: *“roda conforme a necessidade, se chega o caminhão, tem que descarregar. Se houver muita coisa na esteira, agente vai pra lá”*. A presidente reforçou: *“chegou o caminhão todo mundo tem que se ajudar, eu não preciso ficar falando”*. Para eles o gerenciamento representa fazer o trabalho rápido. São dezoito pessoas que deveriam estar distribuídas na triagem, na prensa e no descarregamento. Mas, em regra, eles se dirigem para a urgência; ora descarregar, ora pensar para entregar. Na visão da presidente, ser solidário é colaborar, ajudar na realização do trabalho. Se comparada à empresa capitalista seria a obrigação de cada um.

Não há na cooperativa avaliada, lógica racional que organize distribuição das atividades sob a observação do perfil, tempo de serviço ou capacidade específica. Há, porém, o caso de equipamentos como a prensa, que exige conhecimento técnico para seu manuseio. E nesta atividade, o rodízio é restrito àqueles que detêm o conhecimento técnico., eEm geral, é realizado pelos homens.

Nesta cooperativa, pôde-se observar pessoas preocupadas com a falta de competência organizacional, o membro afirmou: *“precisa ter um jeito de conseguir mais rendimento, precisamos ganhar mais”*. No contexto organizacional exprimem a falta de orientação e contribuições de melhorias nas técnicas de produção. E para ilustrar, o membro declara: *“aqui ao lado desta havia uma cooperativa que fechou, e o quê dela sobrou passou a esta”*. Este sentimento de um modelo fracassado era visível. Há por parte do membro e da presidente, o receio de que o encerramento das atividades da cooperativa vizinha vem a ser também, o fim desta.

Contudo, como forma encontrada pelo Estado de promover novos empregos para o autoemprego reforça Barbosa (2007), o debate da autora revela-se na condição e no custo do trabalho, o processo de informalização e precarização da mão de obra. Neste pressuposto, o problema do trabalho reforça a relação com

economia solidária ou social, como emprego, tão somente, sobretudo daqueles excluídos pelo capitalismo. E na situação dos municípios para o ajuste ambiental.

Barbosa, em sua defesa, demonstra como modelos alternativos surgem para enfrentar o desemprego nacional. Porém, sem preparo destes trabalhadores para competirem com outras empresas capitalistas e que buscam orientação contínua como *toyotismo* e outros instrumentos de produtividade. Na situação, evidenciou-se tal despreparo, sobremaneira o psicológico, destruído pela opressão dominadora distanciando os de conhecimento e pensar crítico.

5.2.1.5 Sobre a emancipação

No tocante a emancipação, as respostas sobre a reunião e participação nas decisões demonstram que existem. E quando questionado se haviam reuniões, o membro respondeu: *“tem reunião, decide e a presidente põe no mural para todo mundo saber”*. A presidente disse *“tem reunião toda hora, mas quando vem a prefeitura ou a Assessoria Unitrabalho, é para eu falar sozinha. As pessoas parecem que tem medo, eu tenho que falar e fazer. Se eles não gostam, começa a fofoca”*. Observa-se, neste sentido, que entre eles há interação e discussões freqüentes, contudo quando outras pessoas, por razões específicas ou gerenciais, os questionam, eles repassam à presidência a incumbência da decisão.

Este comportamento demonstra insegurança por reconhecerem, implicitamente, falta de compreensão dos fatos e por não conseguirem resolver. Questiono o membro como ela participa das decisões, e respondeu: *“algumas coisas eu falo, mas a presidente já sabe, o problema é que não conseguimos ganhar mais. A reunião não aumenta nosso ganho”*. Cattani (2003) discorre que emancipar envolve conhecer a realidade onde se vive sem domínio no comportamento., ou (2003). Nesta evidência, vale destacar os descritos de Singer (2002) sobre a falta de educação para participação. As pessoas não foram educadas, politicamente, para a partilha na tomada de decisão. Historicamente, o modelo hegemônico, criou barreiras para liberdade de expressão dos seus envolvidos, pois nestas empresas, as decisões são direcionadas verticalmente, da alta direção para os operários, provocando reflexos negativos na compreensão da realidade e no curso da emancipação, ainda hoje.

5.2.1.6 Sobre os entraves

Alguns destaques para os entraves estão no preço comercializado, gerenciamento e baixa frequência ao banco escolar.

Os preços dos produtos em queda e seu efeito na renda de cada membro desestimulam os envolvidos. E na busca por ganhar mais, se dirigem para o mercado de trabalho com registro em carteira.

Além disso, há a dificuldade no gerenciamento das atividades, e a ausência de um líder respeitável e admirável, que possa, nas reuniões, refletir com a equipe novos modelos de gerenciamento que contribuam para a melhoria dos processos produtivos e na da renda.

O baixo nível de escolaridade de seus membros, que na sua maioria, frequentou o nível fundamental, reflete nos processos de gerenciamento. A falta de compreensão em de cálculos e sobre das exigências do mercado não está sendo suprida somente com a Assessoria Unitrabalho, por isso, ficamos evidente a necessidade em de integrá-los ao banco escolar por projetos municipais como cursos de alfabetização e outros existentes no município, para evitar um efeito dominador que ao enfrentar o mercado vão se deparar com empresas preparadas.

Parte dos trabalhadores que participam deste empreendimento vieram do modelo de empresa capitalista a qual os excluíram. E cComo destaca Singer (2002), sem preparo e educação fundamental e política necessárias à compreensão sobre a importância da participação efetiva nas decisões e no compromisso com o futuro da cooperativa, os trabalhadores . Rrealçamndo a sensação de deixar o barco navegar conforme a direção determinada pelo vento (contando com a sorte) por não saber manobrar o barco para um sentido específico.

5.2.3 Cooperançaço - Cooperativa de Catadores Cidade Canção

A Cooperativa de Catadores Cidade Canção nasceu em 2001, também da união de catadores avulsos. Seu quadro era constituído na exigência da lei. Como afirmou a presidente *“era mais de 20”, atualmente somos 14, 15. Eles vêm e saem.”*

Na Coopercação, o levantamento sócio-econômico revelou que um membro e a presidente afirmaram possuir casa própria, aparelhos eletrônicos como televisão, máquina de lavar, aparelho de som. Os outros entrevistados moram em residência alugada e residem, em média de 5 a 7 pessoas, em residências pequenas. Quanto à frequência escolar ao nível de escolaridade, este é bem limitado, com exceção da presidente que frequentou até o ensino médio, os outros apenas têm apenas o ensino fundamental e alguns são analfabetos. Os filhos estudam para poderem se enquadrar nas exigências do Projeto Bolsa Família. Segue a fala com tom repreensivo ao Projeto por exigir de seus participantes a frequência escolar: *“agora é assim, faltou na aula não recebe”*.

Em relação ao ganho, segue a fala do membro *“agente cata, cata, cata e não aumenta nosso ganho, sempre é igual”*. Em média, ganham R\$ 400,00. Mas, quando iniciou o projeto eles recebiam na média do salário mínimo. Os custos aumentaram, em contrapartida, as receitas não aumentaram na mesma proporção para refletirem na positivamente na renda.

Em referência as às características desta cooperativa, vale destacar a presença de pessoas com problemas de audição e visão. Reforçando a evidência do papel cumprido pela Economia Solidária em incluir pessoas que seriam excluídas da Economia Capitalista (SINGER, 2002). E nesta práxis, a certeza de que em situações de emprego com carteira assinada, como afirmado por uma representante, não seria possível: *“aqui aceitamos qualquer pessoa para trabalhar, não importa se sabe fazer”*.

Em relação a à sua estrutura física, como demonstrada pela presidente, visualizado no local pela entrevistadora; é restrita. Parte dos materiais está danificada, e deve ser encaminhado para o refugo, ou seja, não são destinados ao reuso e reciclagem, mas para o lixão (aterro). E isso representa dano social e ambiental. Para o processo de coleta: trabalho realizado pelos catadores não remunerado e aumento do volume de materiais que se incorpora ao lixão sem tratamento. Assim, a fala da presidente expressa o descontentamento com o tamanho: *“o material que chega não cabe, fica lá fora e nós o trazemos para dentro. O problema é quando chove que boa parte fica sem condição de vender. Outro*

problema é que tivemos que contratar um vigia, pois o material que fica na parte externa era roubado”.

5.2.2.1 Sobre a autogestão

Em respeito às categorias avaliadas sobre, a autogestão, tanto os membros quanto a presidente, responderam que *“aqui é de todo mundo”, “nós somos os donos”*. Revelando, assim, que a cooperativa compreende um dos seus princípios fundamentais. Contudo, nem todos os entrevistados conseguiram assegurar nas respostas o seu conceito. Com exceção da presidente que possível possui nível de escolaridade ensino médio, respondeu que os integrantes da cooperativa devem responder pela cooperativa: *“agente conversa e combinamos os trabalhos, para vender eu explico sobre os preços que estão pagando”*, na fala de um membro *“temos que achar um jeito de catar mais, para receber mais”*.

Os demais integrantes confundiram em suas respostas o conceito de solidariedade com autogestão, *“aqui nós se ajuda”*; *“a presidente não sabe nada”; ela tenta, mas agente sabe mais que ela”*. Como se pôde perceber existe na cultura do trabalho local, a comunicação para instruir o trabalho, o ensinamento mútuo, como descreve Singer (2002) como solidariedade. Segundo o autor, o cooperativismo representa para o processo da economia solidária a contribuição além da força física e instrumental, em que aquele que detém conhecimento deve interar outros membros para partilhá-lo. A partilha do saber e do conhecimento representam os alicerces para o avanço na emancipação social. (Singer 2002).

A entrevistadora repensa e reforça novos questionamentos: como cuidam da cooperativa; e rapidamente um membro respondeu: *“todo mundo cuida, todo mundo faz”*. A cooperativa no desenvolver das suas atividades organizacionais, demonstra indícios que absorveram a idéia ideia da autogestão. Entretanto, a compreensão abrangente, que exige um pensar sobre o futuro dos negócios e a evolução do empreendimento, não fora externada. A afirmação do membro: *“agente tenta melhorar, conversar, mas não sabemos como melhorar”*. Singer (2002, p.21), *“a autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica em si, mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. [...] participar educa e*

conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura.” Nesta visão, há contribuição no avanço da emancipação.

4.2.2.2 Sobre a hierarquia

Na categoria hierarquia, assim como a anterior, reconhecem a eleição e os cargos: presidente, vice-presidente, fiscal, secretária e membros. Quanto à divisão dos cargos e atividades, um dos membros respondeu *“aqui a gente se ajuda sempre”*, outro membro *“a presidente não sabe, agente ensina tudo”*. Eles interagem constantemente na tentativa de segregar mais rápido os resíduos. Há evidente colaboração, independente do cargo. Eles reconhecem a função do líder, a presidente, e respeitam seus direcionamentos; e na outra mão, a presidente, também conta com a participação de todos. Neste sentido, nota-se pela presidente que ela reconhece o *“status do seu cargo”* naquele contexto social. E questionada como foi sua eleição, ela mesma respondeu: *“precisava de um presidente, eu falei que queria, e o pessoal aceitou”*. E questionado um membro, ela respondeu: *“a presidente quis ser, nós deixamos, e ela vai querer novamente, se nós não escolhermos outro. Mas, isso não faz diferença para nós, agente faz de tudo aqui”*.

A partir das respostas encontradas, observou-se que a hierarquia não é barreira às discussões e impedimento às novas iniciativas. Contudo, como destacado na última fala desta categoria, os participantes exprimem certa ironia ao comentar “nome da presidente” como se o seu cargo fosse mero cumprimento as às exigências do estatuto.

5.2.2.3 Sobre o gerenciamento das atividades

No gerenciamento das atividades, há um acordo implícito para que cada participante possa mudar de atividade quando assim desejarem. E expressaram os membros: *“às vezes vou pra prensa, às vezes vou descarregar”*. E a presidente corrobora *“nós decidimos todo dia o que cada um vai fazer, tem que fazer, não importa”*. A falta de conhecimento sobre gestão, dificulta a implementação de ferramentas de produtividade. Entretanto, há intuitivamente o desejo. A fala de um membro: *“tentamos fazer o melhor, não sei se tá certo; sei que*

temos que fazer o trabalho". Este "fazer o trabalho" remete a à necessidade de produzir para melhorar o desempenho da cooperativa, o qual reflete no ganho. Como argüiargumenta Barbosa (2007) a condição estrutural e formação cultural destes indivíduos interferem na capacidade de gerenciar o empreendimento ao molde exigido pela modernidade.

5.2.2.4 Sobre a emancipação

Sobre o avanço na emancipação, evidenciou e ouviu-se o seguinte: "tive que faltar três dias porque meu filho ficou doente, aqui não me mandam embora, sou membro. Se fosse num emprego de carteira, meu padrão iria me dar as contas. Não posso faltar, aqui sou parte é nosso". Esta afirmação demonstra que existe o reconhecimento sobre as diferenças de entre a empresa solidária e uma capitalista. Como destaca Singer (2002), na empresa capitalista o trabalhador não é dono dos meios de produção como o é na cooperativa. E esse ser dono caracteriza certas regalias não apreciadas na capitalista.

Um Há o destaque de um membro sobre a condição de inclusão social: "eu não ouço bem, também não vejo bem, tenho que trocar meus óculos, mas aqui eu posso trabalhar, eu gosto daqui. Elas me ajudam". A afirmação do membro demonstra que seus envolvidos reconhecem, no âmbito do trabalho, a realidade excludente que os cercam. Embora, há nas expressões um sentimento como: "minha única alternativa", eles gostam do trabalho e das relações existentes e sentem-se parte do processo. Esta compreensão contribui para os avanços no processo emancipatório da cooperativa.

Entretanto, como supracitado por Barbosa (2007), o baixo nível de conhecimento e da realidade que os cercam são barreiras à emancipação individual, sobremaneira quando um membro como a presidente se vale de conhecimento significativamente mais amplo, com freqüência ao ensino médio, enquanto os outros membros possuem, no máximo, no fundamental, implicando de forma implícita poder de dominação.

5.2.2.5 Sobre os entraves

Entre os destaques ao entrave ao desenvolvimento da cooperativa o estudo destacou e avaliou três entraves principais ao desenvolvimento da cooperativa que considerou os principais: frequência escolar baixa dos membros, e a presidente com média frequência (ensino médio), renda dos cooperados e pequeno espaço físico/produção.

A diferença na frequência escolar entre membros e presidente, durante a entrevista, revelou que o aparato do conhecimento em cálculos e nas instruções por parte da presidente está acima da compreensão dos outros membros. O desnivelamento poderia criar “certa dominação” naquele contexto. E neste sentido, a presidente reconhece a diferença e trouxe para a sua conta corrente os valores da comercialização e realizou pagamentos por meio desta conta. Segundo a sua própria fala: *“a cooperativa ainda não tinha conta, eu usava minha conta para ajudar. Onde colocaria o dinheiro, tinha cheque”*.

Na entrevista, percebe-se o descontentamento por parte dos outros participantes e tal situação passou a ser organizada pela Assessoria Unitrabalho que está se empenhando em anexar os documentos necessários para a abertura da conta. No entanto, tal comportamento revelou entre os outros participantes, desconfiança.

Como já afirmado acima por Barbosa (2007), o desconforto e fragilização pela falta da escolaridade contribui para minorar o poder de barganha entre os envolvidos. O reconhecimento de que há, por parte da presidência, maior “poder” nos discursos com os integrantes internos e membros externos, como, por exemplo, representante da prefeitura, a Assessoria Unitrabalho e, sobretudo, com os intermediários (compradores do material segregado), revelou a existência de desconforto e desconfiança.

Quanto ao entrave renda, o fato de a qual é ser considerada baixa pelos membros, ; e estimula a procura de emprego com registro em carteira, sobretudo para os homens. Segundo a afirmação de um dos membros: *“a gente não ganha mais que R\$ 400,00, é muito pouco. Trabalho todo dia”*. Na opinião da presidente e membros o valor da renda de cada cooperado está significativamente abaixo do salário mínimo nacional. Ela defende que necessitam de melhorar o

volume de captação dos materiais, o qual influenciaria na renda e, sendo melhor, estimularia mais pessoas coletando.

Na opinião da presidente, a estrutura física está pequena e parte expressiva dos materiais é armazenada externamente e, por isso, perdem a qualidade. Neste olhar, há uma contradição, o aumento do número de pessoas para coletar aumentaria o volume de materiais a céu aberto (queda da qualidade) e não havendo renda suficiente desistiriam da cooperativa. O espaço restrito, somado a evidente necessidade de aumento dos ganhos, revela a exigência de melhorias na produtividade organizacional. A fala de um membro a destacar: *“coleta sempre o mesmo tanto. O ganho é diferente, eu acho que sempre tem muito material”*. Esta afirmação reforça que embora alguns membros estejam naquele ambiente em tempo considerável, este não contribuiu para avançar nas técnicas de especialização e melhoria na produtividade. É contínua; *“é sempre igual”*, reafirmando a falta de conhecimento matemático para quantificar o material e renda.

5.2.3 Coopericla – Associação de Agentes Ecológicos e Recicladores

Esta cooperativa iniciou suas atividades em 1998. Sua equipe é formada por 30 cooperados. A atual presidente e boa parte dos participantes são cooperados a há mais de 10 anos.

A renda individual desta cooperativa, diferentes das demais, nunca é inferior a um salário mínimo. E o pagamento sempre ocorre na data combinada. Atualmente, estão ganhando em média 1,5 salários mínimos nacional, mas, como afirmou a presidente: *“se conseguirmos os equipamentos vamos ganhar mais.”*

No tocante às características sócio-econômicas, a presidente disse que a maioria das pessoas não estudou muito. Pela pesquisa, eles freqüentaram o ensino fundamental. Possuem vários aparelhos eletrônicos como: televisão, máquina de lavar roupa, aparelho de som e geladeira. Residem em casa alugada e, diferente das demais cooperativas, seus equipamentos se restringem a uma balança. Porém, A Coopericla apresenta um diferencial em relação às demais analisadas que é o fato de possuir uma forte aliança com a Paróquia Santa Izabel e Maria Goretti. O auxílio prestado por estas paróquias vai desde solicitações à comunidade para separar e

encaminhar materiais até no auxílio contábil e financeiro. Além da divulgação de informações sobre como contribuir com a cooperativa e a adesão de novos membros, além há também de a realização de projetos sociais que possam reverter recursos para a cooperativa. Além das igrejas, há expectativa de receber um caminhão do Rotary e uma prensa e outros equipamentos do Projeto Funasa, no qual estão inscritos, porém não possuem qualquer apoio da unitrabalhoUnitrabalho.

Segundo Barbosa (2007, p.112), é comum a mobilização de igrejas no desenvolvimento e apoio das às cooperativas e associações populares, além de ser um forte elemento de coesão entre os membros do grupo, que fortalece a sua unidade e a identidade.

Ainda, com a finalidade de envolver sua vizinhança ao projeto, solicitam auxílio nas escolas para arrecadarem, junto aos alunos, materiais para reciclagem. Esta proposta é admirada, a escola promove, quando possível, gincanas entre equipes para contribuírem com a coleta. A equipe que melhor coletar ganha pontos e brindes. Desta forma, Ppara a comunidade local há avanços: sociais I e ambientaisI, e para os membros há melhoria na renda.

Outra especificidade está no horário, os participantes da coleta nas ruas do município possuem horário de trabalho diferente daqueles que permanecem na triagem. Os catadores saem logo de manhã, em torno de 07:30 horas e retornam entre 14:00 e 15:00 horas, descarregam e vão para casa descansar. Enquanto a equipe da triagem permanece até 17:30 horas. Essa diferença na carga horária não interfere na distribuição da renda.

A entrevista foi realizada com a presidente que trabalha a há dez anos nesta cooperativa e exercia a função de costureira, esta possui perfil quieto, introvertida, não gosta de falar muito. A segunda entrevistada foi um membro que se integrou ao empreendimento há dois anos e trabalhava como cozinheira de restaurante. Ambas garantiram que é melhor trabalhar na cooperativa. Segundo elas, na cooperativa há participação e as pessoas conversam. E quando se ausentam, por questões de ordem doméstica, não precisam justificar ou apresentar documentos; apenas esclarecem e e como parte que são tentam contribuir produtivamente para recuperar as horas em ausência. Neste sentido, oO convívio é mais saudável.

Além disso, gostam do que fazem e percebem a importância da atividade para a cidade. O membro entrevistado declarou: *“com a reciclagem a cidade fica limpa, eu gosto”*.

5.2.3.1 Sobre a autogestão

Em relação à autogestão, as entrevistadas (presidente e membro) têm breve entendimento, mas têm dificuldade em explicar: *“é a união entre as pessoas”* (membro), *“ajudar um ao outro”* (presidente). Há certa confusão entre conceitos, mas na vivência das atividades parece existir uma realidade que se pode dizer próxima do que Singer (2002) aponta como autogestão, em que deve representar a partilha dos ganhos e seus integrantes são os donos do capital e do trabalho atribuído.

Embora, não detenham o conhecimento, há vivência prática. Estão tentando alternativas que avancem no desenvolvimento do empreendimento e conseqüentemente em suas rendas, e na auto-estima coletiva.

5.2.3.2 Sobre a hierarquia

Na categoria hierarquia foram coerentes e destacaram que a cooperativa, para ser certa, deve possuir um presidente, um vice, fiscal, secretário e membros. E eleições a cada dois anos. *“Qualquer pessoa pode ser presidente. Todo mundo é parte”*, expressão dos entrevistados. Eles têm consciência que o projeto continuará e novos presidentes assumirão.

No processo de decisão e hierarquização, a presidente enfatiza: *“todo mundo pode opinar e sugerir mudanças, a gente vota, se a maioria gostar, coloco em prática para todo mundo”*. *“O fato de todos ficarem a par do que está em jogo contribui para a cooperação inteligente dos sócios, sem necessidade de que sejam incentivados por competições para saber quem é o melhor”*. (SINGER, 2002, p. 19).

O clima de trabalho do local é tranqüilo, na entrevista com a presidente e membro foi declarado a existência de reuniões e discussões, sobretudo como fazer para render mais a coleta. A participação é democrática e boas

sugestões são acolhidas, como destacada acima, as gincanas e participações das paróquias foram discussões positivas para aumentar o volume de materiais.

5.2.3.3 Sobre a solidariedade

Ao serem entrevistadas, as participantes responderam o conceito sobre solidariedade com atitude vibrante: *“união entre as pessoas”* (membro). *“União entre as pessoas, sem excluir o velho do novo; preto do branco, todos são membros”* (presidente). Embora, não consigam explicitar convenientemente, praticam a solidariedade na divisão dos trabalhos e no compartilhamento das dificuldades encontradas por outros membros.

Reforçaram que há discussões e diferenças, mas no outro dia, ao retomarem as atividades, tudo volta ao normal, como em qualquer empresa. A presidente afirma: *“aqui é assim, discute hoje; amanhã agente procura esquecer as brigas. Procuramos ajudar, se a pessoa não quer não posso fazer nada. Cada um tem que procurar aprender, não tem nada difícil”*. Amparado por esta afirmação da presidente, vale destacar o pensamento de Gaiger: *“o aporte da economia solidária, para a vida dos trabalhadores que nela apostam, depende então de sua capacidade simultânea de responder aos requerimentos de eficiência - não somente econômica, mas sistêmica e promover experiências significativas de trabalho [...].(GAIGER, 2007, p. 5)*. E continua: a autogestão e o enfrentamento as dificuldades econômicas pessoais reafirmadas por laços sociais de cooperação e participação positiva, constitui o que autor chama de racionalidade solidária. (GAIGER, 2007).

5.2.3.4 Sobre o gerenciamento

Em relação ao gerenciamento das atividades, eles pactuaram da seguinte forma: o pessoal do caminhão realiza o gerenciamento de suas atividades e combinam o horário entre eles. O pessoal da triagem (aqueles que permanecem na cooperativa) divide as atividades internas entre eles. Essa divisão configura em dois departamentos. Eles, geralmente, realizam uma reunião semanal para discutir sobre o planejamento das atividades e como alcançar mais materiais. No entanto, torna-se relevante destacar que não divisão das atividades, cada membro chega ao

local de trabalho e inicia suas atividades. Quando um novo membro se integra ao processo, a presidente o aloca em atividade necessária a à cooperativa e os membros o instruem. Nas situações de dificuldade para ele, ela conversa e realoca conforme perfil.

Segundo a presidente, em relação á à divisão das tarefas, *“não tem rodízio, eles preferem assim, não querem rodar. A pessoa chega e vai para o seu trabalho, ela já sabe”*. A presidente explica que isso contribuir para evitar perda de tempo, cada um já sabe o que fazer. Neste sentido, há que enfatizar que o comportamento específico tem colaborado para a especialização da atividade e no aumento da produtividade. Sintetizam o comportamento nas reuniões para aumentar a coleta, e após as votações das melhores práticas, os membros ao retomarem suas atividades, geralmente no dia seguinte, incluem as novas sugestões nos processos.

5.2.3.5 Sobre a emancipação

No propósito de avaliar os avanços à emancipação, destaca-se a fala da presidente *“eu era costureira, e prefiro aqui”*; fala do membro: *“eu era cozinheira de restaurante, mas gosto daqui”*. A troca de experiência de uma empresa de modelo capitalista por uma cooperativa revela nas situações que as experiências vividas na cooperativa são mais relevantes para elas, o que denota melhora na auto-estima.

Elas reconhecem as diferenças entre os modelos capitalistas e solidários. No discurso: *“aqui posso falar, não trabalho no horário noturno, quando eu era cozinheira, eu não podia escolher. Eu recebia ordem e pronto”*. Este “posso falar” representa a expressão de democracia, liberdade de expressão sem medo de perder seu emprego ou ser subjulgada. A presidente ao revelar esta afirmação, parecia estar aliviada e satisfeita. Ela revela que há preocupação com o futuro, mas não serão despejadas a qualquer momento ou situação se comparada quando empregada em outro local (como costureira), *“eu sei que não serei despedida, muito difícil”*.

No mesmo reforço de Gaiger, a Economia Solidária “se diferencia das práticas habituais dos trabalhadores individuais, cujos esforços para manterem-se à tona mal os defendem da informalidade e da insegurança, mantendo-os na

dependência de outros agentes econômicos; diferencia-se também da economia popular tradicional, cujos vínculos de reciprocidade nem sempre refletem princípios igualitários e democráticos e tampouco a retiram de uma posição subalterna e precária na estrutura econômica”. (GAIGER, 2007, p. 5). A interação e participação junto a à comunidade têm contribuído para auto-estima dos participantes e nos avanços nos processos emancipatórios.

Para reforçar, a presidente fala e aponta: *“o barracão está cheio de rachaduras; quando chove molha tudo”*. E para resolver a situação assegura: *“estou atrás de receber uma ajuda em dinheiro para consertar e de projetos da Funasa”*. E continua comentando: *“se sair o projeto vamos receber equipamentos como empilhadeira e prensa. Isso vai ajudar, o trabalho vai render e vai ficar mais fácil”*. Nota-se que a presidente está preocupada em melhorar as condições de trabalho e em aumentar a renda dos envolvidos como deve ser práxis da autogestão. E para melhor compreender os projetos, quando em dúvida, busca auxílio junto às paróquias da vizinhança (Santa Izabel e Santa Maria Goretti) e demonstra nesta atitude, visão de negócio e necessidade de pensar estrategicamente para ampliar seus valores. Essa busca externa por melhorias contribui favoravelmente na renda, mas significativamente na compreensão do mercado e na visão das possibilidades de conhecer equipamentos e técnicas disponíveis, o que os tornam mais preparados a responder contra movimentos de opressão e dominação, portanto avançando na emancipação.

5.2.3.6 Sobre os entraves

Os entraves para esta cooperativa estão na evidência da estrutura física, na falta do registro em carteira de trabalho e na ausência de políticas públicas nas questões ambientais. A estrutura física está danificada e precária. O barracão está com várias rachaduras e chove dentro, como já comentado.

Assim como em todas as cooperativas que foram entrevistadas, a Coopericla, apesar de ter renda melhor, não conta o recolhimento junto ao Sistema Previdenciário. Na busca por este objetivo, muitos cooperados retornam para a economia capitalista. Contudo, com frequência regressam a à cooperativa, quando se cansam das exigências capitalistas.

Também, como declarou a presidente *“as pessoas não sabem separar, eles mandam sapato velho, roupa velha, tudo misturado”*. A comunidade não entende, segundo ela, que um sapato velho não faz parte dos materiais que podem ser reciclados como plásticos, papel, garrafas, alumínio e vidro. Há perda de tempo nos processos de segregação de materiais que não servirão para a comercialização. Realça, neste caso, a ausência de políticas públicas que esclareçam e estimulam a comunidade sobre educação ambiental. E reforça: *“a cidade poderia coletar muito mais. Isso é importante para todos”*.

Souza Santos, neste ideal crítico, renasceu o debate acerca da dominação social e devastação ambiental provocada pela idéia hegemônica (capitalismo) que não mensura esforços para articular políticas que orientam exclusivamente a acumulação de capital (2002, p. 24). Neste pensar, as políticas de ordem ambiental devem ser facilitadoras ao desenvolvimento econômico sem impedir a devastação, se necessário. E as políticas orientadoras de preservação e aplicadas à educação ambiental permanecem submergidas em outras instâncias.

5.2.4 Cooperecológica – Cooperativa Central Complexo de Transformação e Comercialização de Materiais Recicláveis

A Cooperecológica nasceu em 2004, e em 2009 recebeu uma estrutura mais ampla em Sarandi-PR, onde está até hoje e conta com 17 cooperados.

Em relação ao grau de escolaridade dos integrantes da cooperativa, a maioria tem apenas ensino fundamental. Os entrevistados contam com vários aparelhos domésticos: televisão, máquina de lavar roupa, aparelho de som e geladeira. Em relação à estrutura residencial, eles residem em casas alugadas, e possuem em média três filhos. E estão, incluídos no Projeto Bolsa Família, portanto, os filhos frequentam nas escolas. O presidente afirmou que os filhos também os ajudam nas cooperativas quando não estão no turno de aula, eles ajudam na cooperativa: *“meu filho e do pessoal vem aqui ajudar quando precisamos”*. Evidenciando espontaneidade na socialização entre familiares e cooperados, o que faz repercutir favoravelmente na participação e no prazer em trabalhar naquele

empreendimento, uma vez que boa parte de do tempo estas famílias passaram a conviver naquele local e não mais no lixão.

Atualmente, contam com 17 pessoas, assim como nas outras, há um percentual de rotatividade (20%). No tocante ao ganho, se aproxima do mínimo nacional, porém, e nas circunstâncias em que aumentam as chuvas o valor decresce significativamente.

Uma característica relevante desta cooperativa se deve ao fato de ter sido contemplada com recursos financeiros da PetrobrásPetrobras, Banco do Brasil e do Programa Fome Zero. Nele, além da inclusão da prensa, caminhão e estrutura física, receberam uma extrusora para processar os plásticos (pets), e agregar valor ao produto na sua comercialização. Contudo, por falta de projeto elétrico compatível com o maquinário, este se mantém sem funcionamento, e ressalta-se que é um maquinário importante para acrescer valor ao material, que passaria por transformação. , mantém-se sem funcionamento.

Outra característica desta cooperativa está na composição dos seus cooperados, que a qual conta com membros remanescentes de outra cooperativa que encerrou suas atividades e se somaram a este projeto.

A cooperativa conta a Assessoria Unitrabalho para auxiliá-los no gerenciamento das atividades e em outras situações que requer conhecimento. E, como já evidenciado nas outras, completam as lacunas das planilhas por determinação da Assessoria sem a devida compreensão necessária para alargar as possibilidades de emancipação, o que os tornam dependentes de terceiros para cálculos e comercializar comercialização de seus produtos. Tal dependência os torna suscetíveis a comportamentos dominadores, e muitas vezes moldurados sob uma realidade distante de suas percepções reais. (FARIA, 2005).

Por necessidade de compreensão em diversos assuntos, buscam na Igreja Católica do bairro apoio em recursos e conhecimento. E são assessorados com palestras sobre o meio ambiente e outros auxílios de ordem religiosa, contudo, não há evidências de que esta ajuda ultrapasse o suposto necessário para a subsistência do empreendimento, e que possam contar com técnicas aprimoradas de vendas e de incremento na produtividade, permanecendo no *status* da normalidade.

Na seqüência seqüência, apresentamos a descrição das categorias.

5.2.4.1 Sobre a autogestão

A respeito da categoria autogestão, as afirmações tanto do membro quanto do presidente foram convergentes: *“aqui é nosso, nós somos os donos”*. A pesquisadora pausa para um respiro, e reforça com novas questões sobre as decisões da cooperativa. O presidente afirma: *“agente tenta resolver, quando não sabemos, eu pergunto para o pessoal da Unitrabalho. Eles sempre estão aqui”*. Revelando, assim, a dificuldade perene na compreensão de um dos seus princípios fundamentais e dependência a terceiros. Segundo Singer (2002) já supracitado, a autogestão no processo solidário deve integrar seus membros para discutir sobre o gerenciamento dos negócios da cooperativa, e cabe a todos os participantes sua colaboração.

O presidente reforçou a existência de reuniões para discutirem sobre os trabalhos e venda dos materiais. Quando o presidente é chamado pela Secretária do Meio Ambiente – Prefeitura do Município, recebe as informações. Retorna à cooperativa, e na reunião com os membros e esclarece todas as recomendações. Ele comenta que as pessoas reagem e perguntam, mas acatam sem conflitos. Vale acentuar que a inexistência de conflitos, e o pensar díspar são reflexos da incapacidade em construir crítica ao modelo existente e na arguição das necessidades eminentes para reparar a falta de competência destes envolvidos para melhorar competitividade do empreendimento, o qual acredita que ampliar a quantidade coletada representa ampliar o quadro de cooperados.

Neste sentido, observou-se que, na vivência dos processos, a existência de existem comportamentos que atendem ao princípio da autogestão, como a preocupação geral pela falta do projeto elétrico para o funcionamento da extrusora e a na execução das atividades diárias. Entretanto, para a atuação deste princípio, são dependentes do auxílio de terceiros.

5.2.4.2 Sobre a hierarquia

Na categoria hierarquia, assim como a cooperativa anterior, reconhecem a eleição e os cargos: presidente, vice-presidente, fiscal, secretária e membros. As pessoas participam do processo decisório. Contudo, como já afirmado

por Singer (2002) a falta de consciência da importância da participação faz com que esperem que o presidente resolva todos os problemas. Assim, implicações sobre mudanças e conflitos, os integrantes contribuem com sugestões, porém esperam a resposta **brilhante**^[u21] do presidente, que na condição de representante legal deve ser capaz de apresentar propostas sustentáveis. Do próprio Singer (2002), as pessoas já nasceram sob o modelo dominador da empresa capitalista que impõe princípios de hierarquia rígidos em que a voz do presidente ou diretor é a mais importante e assim todos devem acatar. O modelo reificado na constituição do caráter do ser humano reflete em atos espontâneos, ainda que distante deste modelo.

Em geral, “os desentendimentos” mais expressivos se originam por atrasos na distribuição da renda e em função do baixo ganho. Há que se salientar que a origem do descontentamento é fruto da consequência (baixo ganho) em detrimento a à reflexão da causa (o porquê do baixo ganho). Segundo o presidente, as diferenças são solucionadas entre nós. E um membro afirma: *“eu ouço e o que não consigo falo com o presidente, ou alguém e me ajuda”*. E continua confiante na resposta: *“aqui sabemos o que deve ser feito. O que não pode e que tem pessoas que não faz, fica papeando”*. Ressalta-se a preocupação com problemas corriqueiros sem visão das questões mais complexas que envolvem fundamentos de gestão.

Os cooperados, independente de sua condição hierárquica, podem expor suas preocupações e diferenças nos interesses e no modo de ver. Nas situações que o presidente entender ser necessário ampliar a discussão, ele agenda uma reunião para resolverem as divergências dominantes. Aparentemente o processo é tranquilo tranquilo e participativo.

5.2.4.3 Sobre solidariedade

Quanto ao discurso da solidariedade, o membro, ao ser questionado sobre o conceito, respondeu: *“aqui todo mundo se ajuda sempre”*. O presidente: *“agente aprende tudo”*. Eles se interagem constantemente na tentativa em melhorar os processos. Os participantes se tornaram amigos e eventualmente, convivem nas

situações de lazer. O membro destaca o gosto pelo trabalho: *“eu gosto daqui, não trocaria por outro emprego”*.

Em relação quanto à ausência dos integrantes, à repartição dos ganhos, o presidente se mostrou democrático: nas ausências por causas de saúde, morte familiar, ou questões importantes e que exigem a ausência da pessoa; ele pontua na reunião e abre espaço para opiniões. E as partes votam negativamente ou positivamente. Esta é uma questão relevante, que diferencia esta cooperativa das demais, pois em regra, uma condição para atribuir ganho ao cooperado é sua presença no trabalho, o que se revelou avanço na compreensão do comportamento humanizador e discernimento entre faltar e ter que se ausentar. (SINGER, 2002).

Observou-se nas expressões das pessoas que a solidariedade é um desejo do campo social. Há pessoas em tratamento no combate ao alcoolismo e antidrogas, e a participação no espaço de trabalho tem melhorado significativamente a auto-estima desses membros. Segundo O presidente, disse que mesmo as pessoas doentes podem trabalhar naquele local, desde que não interfiram na saúde dos outros, elas são aceitas.

Esta compreensão solidária é parte da inclusão defendida por manifestações solidárias. Segundo Singer (2002), aquelas pessoas que foram excluídas pelo capitalismo fazem parte do grupo de trabalhadores que pertence à Economia Solidária. Reforçando o entendimento de que, na empresa capitalista, a seleção exige pessoas competentes, sendo assim, e pessoas com problemas físicos e psicológicos serão automaticamente expelidas para entrada dos melhores.

5.2.4.4 Sobre o gerenciamento das atividades

No gerenciamento das atividades, o presidente realça a necessidade de participação, conforme sua resposta: *“procuro colocar as pessoas onde elas gostam de trabalhar, não precisa mudar todo dia, cada um já sabe o que fazer. Na prensa permanece aqueles que sabem manejar”*.

Apesar da inexistência de princípios teóricos de gestão e de instrumentos para aumento da produtividade, a experiência nas atividades organizacionais e a concreta participação das pessoas, serviram para incrementar novos formatos nos processos que os participantes compreenderam como

importantes para o desenvolvimento das atividades. A fala “não precisa mudar toda hora” e “coloca as pessoas onde elas gostam de trabalhar”, imprime sentimento de confiança nas habilidades e que inocentemente contribui para a especialização do trabalho. A especialização nos processos auxilia compreender a complexidade da atividade alinhada com a integração nas decisões, pode se perceber que os participantes tentam se orientar para melhoria do processo. Contudo, contam automaticamente com a anuência do presidente e da Assessoria.

Souza Santos e Rodriguez (2002, p.26) a partir de uma interpretação diferente, que denominaram de “hermenêutica das emergências”; ou seja, “interpreta de maneira abrangente a forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas econômicas baseados em princípios não capitalistas”. Princípios não capitalistas e sim solidários, aqui servem de condição a renda, para seus cooperados subsistirem. e com condição a participação nos processos de decisão pode estimular e elevar a autoestima autoestima tão desestimulada por modelos dominadores.

5.2.4.5 Sobre a emancipação

No que se refere à emancipação, evidenciou: *“eu gosto de trabalhar na cooperativa, eu vim da Cocarema que fechou”*. Ainda, *“aqui agente pode falar”*. Destaca ainda, que já teve outras oportunidades de trabalho, no entanto, prefere permanecer como cooperado. Outro fator, a mudança de endereço de Maringá para Sarandi (cidade vizinha) não resultou em perda dos participantes. Algumas pessoas se mudaram próxima próximo à cooperativa. Esta expressão demonstrou a importância que eles reservam àquela convivência. O membro disse: *“não trocaria por outro emprego”*. E pontua *“muitas pessoas saem por causa do registro, e voltam. Elas não aguentam”*.

A rotatividade, o entrar e sair refere-se à necessidade de buscar no mercado de trabalho um salário digno e ter um registro em carteira. Porém, eles apontam que a cooperativa é melhor para se trabalhar. Este melhor, segundo o presidente é *“podemos falar, participar e não somos dispensados”*. Eles têm a compreensão das diferenças entre os modelos de atuação capitalista e solidária, e destacam a importância de poder *“falar e ouvir”* em oposição a apenas *“servir ou*

obedecer” como referência que colabora para o curso da emancipação das pessoas ali envolvidas.

5.2.4.6 Sobre os entraves

Entre os entraves, o estudo destaca a falta do projeto elétrico para o funcionamento da extrusora, equipamentos para empilhar mais resíduos e desnível na capacidade produtiva por parte dos membros. A extrusora está fixada no espaço da própria cooperativa, porém fora do barracão de trabalho. Todos os dias eles a observam, e paira um sentimento de fracasso por conquistarem um equipamento único, entretanto sem uso. Esse projeto agregaria valor ao produto final e aumentaria a renda.

Ao perceber tal sentimento chama a atenção da entrevistadora, que reforça o questionamento sobre o maquinário parado. O presidente insatisfeito e tristonho revela: *“tenho esperança de ver esta máquina ligada”*. Ver a máquina ligada significa vantagens no processo e na renda dos envolvidos. Contudo, na compreensão deles, o funcionamento depende de decisões da prefeitura, tornando-se, assim, e distante do alcance dele (presidente).

Neste entendimento, percebeu-se o comportamento subserviente naturalizado como fruto de condições dominadoras que os impedem de buscar por si mesmos, melhores condições de renda, que possam refletir em modelos de libertação e emancipação. Frisa-se que aguardam decisões políticas e econômicas de fontes externas, uma vez que se encontram despreparados de argumentos técnicos e econômicos que favoreçam na implantação do projeto elétrico, como já discutido por Singer (2002).

Vale ressaltar o pensamento de Souza e Santos [u22] sobre a inclusão escolar a qual possibilita aos trabalhadores o fluxo de informações e conhecimentos para serem atribuídos a novas técnicas que possibilitem adentrar a novos mercados e compreender melhor as articulações implícitas nos arranjos estratégicos que facilitam alcançar os objetivos organizacionais. (SOUZA SANTOS e RODRIGUEZ, 2002).

Outro entrave declarado pelo presidente: *“há grande diferença na capacidade das pessoas”*. Esta diferença exige treinamento específico para

equalizar as divergências da capacidade organizacional e avançar no desenvolvimento das atividades. Por isso, ele tenta manter, em função de cada capacidade, pessoas com nível diferente para que possam absorver as *expertises* de outros. Na Empresa Solidária, diferente da Empresa Capitalista, não há motivações para a competição e destaque dos mais competentes (SINGER, 2002). Há, entretanto, neste viver prático, a partilha de noções sobre conhecimento para facilitar o trabalho individual e coletivo, esta é a expressão de vivência humanizadora.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS RELATIVAS AOS OBJETIVOS PROPOSTOS

O modelo de crescimento econômico adotado por cada nação reflete a visão de mundo assumida por esse país e influencia no desenvolvimento das pessoas, e se desdobrando-se em impactos ambientais. Os princípios teóricos neoliberais que impulsionaram economicamente países como EUA e Inglaterra, na última metade do século XX, perpassaram para maioria das nações mundiais, impondo uma lógica centrada no crescimento sem limites e a qualquer custo, o que conduziu a níveis de exploração inimagináveis e à irracional utilização dos recursos naturais.

A irracionalidade neoliberal obrigou a redução do papel do Estado na economia e na vida social, e assegurando aos mercados a livre movimentação de bens e serviço ao redor do mundo. Essa liberalização sem limites conduziu a impactos sociais desastrosos, aumentando o número de excluídos e a exploração ambiental, tudo em nome do crescimento econômico impulsionado pelo estímulo irracional ao consumo.

Singer, crítica a hegemonia capitalista, pois observa que os ganhos para os detentores de capital não se caracterizaram na mesma proporção para a grande massa trabalhadora, uma vez que a elevação salarial foi restringida em nome da competitividade e da ameaça de transferência de plantas industriais para países de mão de obra mais barata e desregulamentada. (SINGER, 2002). Essa disparidade serviu para alavancar as desigualdades sociais para patamares nunca antes vistos, sendo o Brasil o exemplo típico dessas distorções. Essas distorções vêm provocando movimentos em todo o mundo em prol de alternativas de produção e consumo mais justas e sustentáveis sob o ideal da emancipação e da democracia participativa.

Segundo Gaiger (2004), a história do capitalismo aponta para um quadro recorrente de concentração de renda e poder. Uma vez que a empresa capitalista de hierarquia baseada na heterogestão abrigava grande massa de trabalhadores com baixos salários, ao mesmo que tempo em que se exige da massa trabalhadora sua expressão máxima para ampliar ganhos na forma de produtividade

e uso de instrumentos para estimular individualmente cada colaborador e, em nome da meritocracia, desenvolve indivíduos egoístas que apuram seus conhecimentos para obter vantagens ante os colegas.

Já na visão alternativa, as decisões são tomadas democraticamente. Para o processo democrático ser estabelecido faz-se necessária a compreensão por meio da solidariedade e interação no agir das atividades. Assim, a solidariedade se verifica quando há a inclusão no exercício da atividade aos menos aptos para desenvolver neles a capacitação pela prática diária. Oportunizando, neste interesse, a vivência com membros mais capacitados para equalizar a capacidade de executar as atividades (como visto na pesquisa). Assim, como disse um membro da Coopercicla: *“aqui todo mundo pode aprender fazendo”*.

Defensor da mesma alternativa, Singer (2002) frisa que no modelo de Economia Solidária não existe propriedade privada, tanto as responsabilidades como os resultados são coletivos. Este modelo adota o princípio associativo, em que seus participantes são os próprios proprietários, sendo responsáveis pelas decisões e usufruindo das receitas equitativamente. Esses preceitos se propõem a proporcionar, desenvolvimento humano, inclusão social, equilíbrio ambiental e a geração de trabalho e renda para um número cada vez maior de pessoas. |

[u23]Este estudo buscou avaliar os princípios da Economia Solidária junto às cooperativas de resíduos sólidos no Município de Maringá e compreender a vivência dos princípios da autogestão, solidariedade e equidade distributiva dos rendimentos como alternativa a hegemonia capitalista, de pensamento neoliberal, que centrado na visão econômica, se desenvolveu ao longo da história por exploração abusiva do meio ambiente e por redução do valor dos salários da maior parte da população.

No que tange as coletas que possibilitaram a responder aos objetivos específicos do estudo, na investigação realizada junto às cooperativas de catadores de resíduos sólidos no Município de Maringá, seguem as considerações: percebeu-se, através da coleta de dados, que os princípios solidários como a eleição para escolher o dirigente e os outros cargos, a democratização das receitas e, a interação nas decisões em grupo apoiadas no princípio da solidariedade estão injetados na vivência diária dos membros.

Entretanto, cabe enfatizar que ainda existem entraves e limites significativos para o avanço no processo de emancipação. Entre eles, destacam-se a falta de compreensão sobre autogestão, gestão de processos e infra-estrutura condizente.

No que diz respeito à autogestão, ainda que orientados para a exigência da eleição para alocação dos membros na hierarquia decisória, percebeu-se na pesquisa que esperam do presidente eleito a inspiração plena para resolver todos os problemas, atuais e futuros. Ainda que na qualidade de líder intermediador de idéias, na práxis, os envolvidos prefeririam que o mesmo evitasse as reuniões (assembleias) e conseguisse por si acolher a melhor decisão, possivelmente por como vivenciavam vivenciar nos moldes capitalistas com decisões verticais advindas do topo da pirâmide. Em geral, gostariam que o presidente, enquanto líder, deliberasse todas as demandas provenientes das atividades diárias.

O outro fator limitante foi, a gestão de processo. Observou-se que os membros realizam as atividades em conformidade com a prioridade imediata. Assim, ao chegar um caminhão carregado, entendem que devem descarregá-lo. Na Coopernorte, todos se direcionam para esta atividade, o que faz sobrecarregar, posteriormente, outras áreas como a triagem. São quase 20 membros, irregularmente distribuídos entre coleta, triagem, comercialização e registro na planilha. Há sobras de pessoas em certas atividades e ausência em outras, o que gerando deficiência produtiva. Na verdade, inexistente a compreensão da importância da execução de todas as atividades no conjunto. Ora descarregam, ora realizam a triagem. Por já terem servido modelos capitalistas, se tornaram subservientes, dominados por procedimentos a partir de uma ordem superior. A iniciativa fora inibida e isso tem refletido em falha na execução das atividades. Na percepção da investigação parece que há certo contentamento no modelo caótico. O caos é indolentemente permissivo.

Quanto ao fator infraestrutura, a Coopervidros, por exemplo, possui um galpão amplo que abriga a grande parte dos materiais. Contudo, falta a execução do projeto elétrico para o funcionamento da extrusora e outros equipamentos. Nas outras cooperativas, o espaço tornou-se inadequado e há situações, como a Coopercicla, de grandes rachaduras. E constatou-se que

permanecem com as mesmas características da formação quando deram o início ao projeto do prefeito, porém depreciadas pelo tempo.

Um dos aspectos fundamentais para a melhoria das condições dos envolvidos nas cooperativas de reciclagem, além da consciência ecológica da sociedade local, é a inclusão de renda justa. A coleta de material reciclável é, muitas vezes, a única fonte de renda de vários cidadãos e suas famílias, com isso, as ações, apoiadas e desenvolvidas junto às cooperativas atendidas pelo Núcleo Local da Unitrabalho, são fortalecidas e apoiadas na criação de trabalho e renda. Embora, a Assessoria desenvolva programas que transfiram conhecimentos de gestão e de cálculos para que os participantes dos empreendimentos de economia solidária possam desenvolver suas atividades apropriadamente e dentro dos princípios em que se estabelece o modelo solidário, muitos são os problemas elencados pelos entrevistados para o desenvolvimento apropriado das atividades, tais como a necessidade de captar maior quantidade de materiais, porém esbarram na carência de espaço físico para armazenamento dos materiais e baixa capacidade em reduzir a lentidão entre coleta, armazenamento e comercialização, se solucionados avançariam no fluxo de caixa, e conseqüentemente na renda.

O que se verificou é que os programas de desenvolvimento dos empreendimentos de economia solidária se desenvolvem em ritmo lento. A própria Unitrabalho destaca que o baixo nível de escolaridade dos envolvidos na coleta se mostrou como entrave aos avanços das iniciativas e da própria emancipação dos membros. Há que se considerar que as cooperativas surgiram da tentativa do poder público municipal em apoiar iniciativas de inclusão social e de geração de trabalho e renda, levando em conta a condição de alta vulnerabilidade social destes catadores, que pela sua baixa escolaridade não conseguiam emprego no mercado tradicional. Demonstra-se assim, a inexistência de proximidade com movimentos sociais ou qualquer forma anterior de associativismo ou cooperativismo, o que dificulta a vivência dos princípios solidários.

A realidade presenciada na cidade de Maringá distancia-se das origens do cooperativismo europeu em que existia uma insatisfação da classe operária e coesão nos objetivos comuns, o que lhes garantiam uma identidade propícia a ações coletivas de confrontação entre a massa trabalhadora e os capitalistas. Esse pensamento passa a ser disseminado pela Europa e em defesa da

classe trabalhadora contra os esforços exigidos pelo capitalismo como alta produtividade e especialização das atividades que os distanciavam da compreensão do processo. O conteúdo do discurso mostrava-se intolerante a instrumentos de alienação ao pensar e sua aceitação como natural, ou seja, reificação capitalista desses pioneiros europeus.

Na realidade local, por se tratar de uma instrumento político de ajuste social e ambiental, os envolvidos não perceberam intenções dominadoras. Para a visão social e eleitoral pessoas dependentes de “lixões” são entraves para o avanço econômico, e potencial ameaça visível se exposta a à mídia. Além disso, a lei determina que o município crie os programas e ações de coletas seletivas de materiais. Segundo a prefeitura local, são ao menos 300 toneladas ano por habitante de resíduos sólidos. Isso tem exigido amplo espaço para aterros na região, comprometendo grandes áreas produtivas..Além disso, causa **descontentamento**^[u24] para a população que vive nestas proximidades em virtude de doenças, odor, presença de animais e outros. Esses fatores exigiram enfretamento por parte do setor público.

Em razão disso, a investigação compactua com as ideias de Barbosa (2007) uma moldagem estratégica de ordem política para dar uma suposta solução a pauperização e ao elevado índice de desemprego que assombra várias famílias brasileiras (massa ociosa). Nessa moldagem ardilosa, esses empreendimentos, ainda que lançados à própria sorte (sem amparo) cumprem o papel funcional de apresentar solução ao desemprego e ao risco de violência contra a situação hegemônica; distanciando assim, a preocupação social do Estado com a situação do empobrecimento da população. Ainda que incremente a renda dos envolvidos, há evidente limite ao curso da emancipação.

Analisando-se a dimensão social das cooperativas do município de Maringá, observa-se a carência de uma vivencia coletiva anterior, além da baixa politização dos seus membros, o que dificulta a construção de ideais que superem a busca por sobrevivência imediata, tão somente. Acentua-se ainda, o baixo conhecimento de aspectos técnicos fundamentais para o envolvimento apropriado na gestão da organização, destaca-se de forma emblemática, a falta de compreensão nos cálculos da remuneração de cada um, tal fenômeno gera certa apatia e em alguns casos desconfiança.

Também foi salientado o baixo valor de comercialização dos materiais em decorrência da venda para intermediários e não diretamente para as indústrias recicladoras. Além do baixo comprometimento ambiental da população local, que desconhece o conceito de separação de resíduos sólidos. E ainda se dá de forma precária e apenas em parte da cidade. Situações que apresentam irrupção as às forças do mercado liberal, uma vez que se moldam em barreiras invisíveis ao desenvolvimento emancipatório dos movimentos de economia solidária.

Diante da investigação, a cooperativa que apresentou melhores resultados tem forte ligação com uma igreja local, o que lhe garante apoio em diferentes áreas e num maior vigor econômico, na adequação organizacional e na identidade entre seus membros. Destaca-se que a preocupação central da maioria das cooperativas atribuiu-se ao objetivo em conseguir aumentar o volume de materiais e estimular novas pessoas a aderirem ao processo; a Coopericla, cooperativa auxiliada por igrejas, com visão macroeconômica diferenciada, busca orientação para participar de projetos que promovam aporte para aquisição de equipamentos como empilhadeiras e outros. Além do mais, percebe-se um esforço maior desta em buscar orientação, conhecimento e envolvimento de seus membros no processo de decisão.

Em razão disto, vale destacar que os empreendimentos se fundaram há mais de dez anos, porém, nesta dinâmica estrutural e social, envolvidos, desenvolverem desenvolveram suas atividades precariamente., e sSe confrontadaos com os moldes tradicionais capitalistas, estão bem desamparados.

Seja qual for o modelo para produzir, necessariamente, estão dependentes de informação, tecnologia e automação para prosseguirem em seu desenvolvimento. Alinhando a aA ausência desses elementos e com a baixa capacidade de compreensão tem têm dificultado os empreendimentos avaliados a articular parcerias com fontes geradoras de resíduos sólidos como empresas que descartam volume de papelão, vidros e outros resíduos.

Esse panorama, restrito ao modo de pensar, fixam suas estratégias de coleta exclusivamente a à coleta seletiva doméstica, a qual é inexpressiva diante da captação do município, pois ocorre uma vez por semana. Várias redes poderiam ser formalizadas em parcerias com empresas tradicionais para ampliar o volume coletado, uma vez que muitas empresas em atendimento a logística reversa são

obrigadas a encaminhar os resíduos para reutilização e reciclagem. Porém, na situação avaliada não o fazem.

Nesta compreensão, o processo investigativo evidenciou que o amparo de igrejas se revelou de grande mérito para o desenvolvimento econômico daqueles empreendimentos que foram auxiliados pelo aporte de conhecimento para se pensar em construir planos gerenciais, ainda que informais. Conforme expressão de um membro da Coopercicla: *“a gente pergunta pro padre ele nos ajuda”*. Inclusive, observa-se na fala a convivência natural entre eles, em que dúvidas são sanadas por pessoas especializadas como administradores, contadores, professores e outros voluntários da igreja que, por solicitação do padre, colaboram com informações. Segundo este membro perguntar na prefeitura *“demora, mas na igreja é mais rápido”*.

Ainda que o objetivo do prefeito tivesse alcançado a inclusão econômica, social e ambiental por pessoas dependentes de sobras no lixão, e cooperado para avançar nos princípios emancipatórios, a evolução deste processo depende de informação e conhecimento das mudanças ocorridas no ambiente e nas formas de gestão para lidar com as diferenças culturais, escolares e capacidade de compreensão de métodos aplicáveis; e também para atuarem competitivamente em mercados em que há forte expressão de empreendimentos de tradição capitalista.

Em resposta aos objetivos específicos, a investigação clarificou a existência do conhecimento sobre os princípios solidários introduzidos com a ajuda da Unitrabalho. Observou-se nas falas, na ambientação e na caracterização dos envolvidos no processo solidário o reconhecimento e o cumprimento dos princípios: a autogestão, a solidariedade, a distribuição do ganho, a eleição para a base hierárquica e suas deficiências em conhecimento e infraestrutura.

Porém, ficou manifesta a exigência em avançar nas considerações sobre a Administração, Economia e Princípios de Matemática. Sem estes conhecimentos uma sociedade solidária, cujos membros debilitados de um pensar crítico menos óbvio, está suscetível a novas formas de dominação para servir novos interesses econômicos ou eleitorais, uma vez que são utilizadas barreiras imperceptíveis que promovam nova reificação do modelo capitalista.

Vale observar que a investigação realizada não esgotou a inquietação quanto a à complexidade e dinâmica dos princípios solidários como

suposta alternativa de desenvolvimento econômico. Cabendo, inclusive, novos questionamentos e pesquisas sobre os mesmos, os quais podem nortear novos estudos como: Compreender a importância e disposição da igreja no desenvolvimento de empreendimentos solidários ou que minimizem a pauperização da população, e que possibilitem os avanços ao debate do modelo capitalista dominador.

O estudo e as novas inquietações tiveram a intenção de demonstrar as ações das iniciativas liberalizantes e apontar um olhar ao debate para as causas históricas da desigualdade social. Enfim, e considera-se extremamente relevante pensar em instrumentos e estratégias que desafiem a dominação e, ao mesmo tempo, apropriem e contribuam para emancipação social.

REFERÊNCIAS

- ABRAPCORP. Relatório de Brundtland. Disponível em: <www.abrapcorp.org.br/anais2008>. Acesso em 24 mar. 2012.
- ALCOFORADO, Fernando. **Globalização**. São Paulo: Nobel, 1997.
- ADEODATO, Sérgio. Política nacional de resíduos sólidos – a lei na prática é uma publicação do Compromisso Empresarial para reciclagem. Disponível em: <www.cempre.org.br>. Acesso em 20 jul. 2012.
- ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil**: Collor, FHC e Lula. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.
- ARROYO, João C. T.; SCHUCH, Flávio C. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- BARBOSA, Alexandre Portela. **O que é cooperativa**. 2007. Disponível em: <www.artigos.com/artigos/sociais/administracao/cooperativas-2006/artigo>. Acesso em: 23 maio 2012
- BARBOSA, Rosangela N. C. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BARBOSA, Livia. **Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**. London: Heinemann Educational Books, 1979.
- CAPOVILLA, José Ítalo Stelle; RIBEIRO, Liane de Moraes. **O caminho da servidão**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. Disponível em: <www.monergismo.com/textos/livros/hayek-ocaminhodaservidao.pdf . Acesso em: 20 jan. 2012.
- CATTANI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editoras, 2003.
- CES. Os **mecanismos de cooperação econômica que tem sustentado as cooperativas de Kerala**. Disponível em: <www.ces.uc.pt/emancipa/research>. Acesso em: 18 ago. 2011.
- CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e a ordem global**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- COOPERATIVAS **assumem o comando de empresas para manter trabalho**. Disponível em:

[<correiodobrasil.com.br/cooperativas-assuem-comando-de-empresas-para-manter-trabalho-de-funcionarios/208029/>](http://correiodobrasil.com.br/cooperativas-assuem-comando-de-empresas-para-manter-trabalho-de-funcionarios/208029/). Acesso em 23 set. 2011.^[u25]

CORPORATION MONDRAGON. Disponível em: <www.mcc.es>. Acesso em: 17 jul. 2011.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. Políticas públicas de economia solidária enquanto resignificação das relações estado-sociedade: alguns elementos teóricos e empíricos. Florianópolis, **Anais do II Seminário Nacional**, 2007. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS ISSN 1982-4602.

DAL RI, Neusa Maria. **Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa**. São Paulo: Senac, 2001.

DUPAS, Gilberto. A lógica da economia global e exclusão sócia. **Estudos**, v.12, n. 34, São Paulo, Sept./Dec. 1998. <[dx.doi.org/10.1590/S0103-40141998000300019](https://doi.org/10.1590/S0103-40141998000300019)>

FARIA, J. Henrique, (Org). **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007.

FIORI, J. L. (2003). **O vôo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record. FIORI, J.L. (1995). Em busca do dissenso perdido. Disponível em: <[www.nudes.ufu.br/disciplinas/arquivos](http://www.nudes.ufu.br/disciplinas/arquivos/PDOO1-2007.doc)>PDOO1-2007.doc.

FUSFELD, Daniel R. **A era do economista**. São Paulo: Saraiva, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária no Brasil: refletindo sobre os dados do primeiro mapeamento. Disponível em: <www.infotek.fph.ch/d/f/2580/2580>. Acesso em: 23 set. 2011.

GENTILI, Pablo (org). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOMES, Guedes Fábio. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, mar./apr.2006.

GIDDENS, Anthony. **O debate global sobre a terceira via**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

HOLANDA, Francisco Urbano Xavier. **Do liberalismo ao neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente**. 2.ed. Porto Alegre: Edipucs, 2001.

HOBSBAWAM, Eric. **A era dos extremos: o breve século xx: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, E.K.; SHERMAN. **História do pensamento econômico**. Petrópolis: Vozes, 2005.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. Tradução e revisão Anna Maria

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica**: As relações de produção e educação do trabalhador. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

LAURELL, Asa Cristina. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. Estudos. Avançados, São Paulo, v.13, n. 35, jan./apr. 1999. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 7 set. 2011.

MANCE, Euclides A. **Redes de colaboração**: aspectos econômicos, filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MORAIS, Reginaldo C. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai. São Paulo: Senac, 2001.

MYRDAL, Gunnar. **Aspectos políticos da teoria econômica**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

NASCIMENTO, Ronaldo N. **Gestão pública**. São Paulo: Saraiva, 2006. Disponível em: <www.editoraferreira.com.br>. Acesso em: 1 ago. 2011.

OCB. **Forma Ideal de organização**. Disponível em: <www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>, 2012. Acesso em: 23 ago. 2012.

ONU. **Extrema pobreza diminui no mundo segundo**. Disponível em: <www.onu-brasil.org.br>. Acesso em: 18 out. 2011.

PAULICS, Verônica. **Desenvolvimento econômico e social** (Brazil). Pólis, 2000.

PIERRE, Joseph Proudhon. Disponível em: <www.Spartacus.schoolnet.co.uk/proudhon.htm>. Acesso em: 13 maio 2012.

PIPES, Richard. **Propriedade e liberdade**. São Paulo: Editora Record, 2001.

REGA, Lourenço S. A mercadorização do saber como produto do neoliberalismo de Newton Friedman e a metáfora da rã na chaleira. **Revista da Associação de Pós-Graduação da PUC-SP**, v. 9, n. 23, p. 156-164, 2000. ISSN 10104-3803. Disponível em: <www.teologica.br>. Acesso em: 1 ago. 2011.

SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

SANTOS, Luis M. L (org). **Economia solidária numa pluralidade de perspectivas**. Londrina: UEL, 2011.

SENAES. Disponível em: <portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informação>. Acesso em: 1 fev. 2012.

SILVA, Anielson B.; GODOI, Christiane K.; BANDEIRA-DE-MELO, Rodrigo (Org). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e metáforas**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVERMAN, David. **Interpretative qualitative data: methods for analysing talk, text and interaction**. London: Sage, 2003.

SINGER, Paul. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 16, n. 1, june/dec. 2001. Disponível em: <dx.doi.org>10.1590/S0102-69922001000100005

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico. neoliberalismo, origens, doutrina, governos, crise, estado**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOARES, Laura T. R. **Ajuste neoliberal na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

STREY, Marlene Neves (ORG). **Gênero e cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

SZANTO, Boris. Funcionamento sócio-técnica e crises antrópicas. *Sistemas de Investigação e Ciência Política*. v.15, n. 4 (Julho-Agosto de 1998): 297 (17). **OneFile Acadêmica. Gale. CAPES. 2008**.

VERGARA, Sílvia C.; CALDAS, Miguel P. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. **ERA**, v. 45, n. 4, 2005.

YUNUS, Muhammad. **Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Ática, 2008.

APÊNDICE

APÊNDICE A
RECICLAGEM NO BRASIL (2005)

Material	Percentual	Toneladas
Plásticos	20	281.000
Pet	47	174.000
Latas/alumínio	96,2	127.600
Longa vida	23	40.000
Papelão	77,4	2.237.000
Papel	49,5	882.400
Vidro	46	390.000
Latas de aço	29	160.000
Orgânicos	03	843.150

Fonte: CEMPRE (2005)

APÊNDICE B
PANORAMA DA RECICLAGEM NO BRASIL

REGIÃO	EMP.SOLIDÁRIOS	FORMA DE ORGANIZAÇÃO: COOPERATIVAS	ATIVIDADES ARTESANATO e RECICLAGEM
SUL		669	Artesanato
RS	2085		246
SC	690		
PR	808		Reciclagem
Total	3583		95
SUDESTE		429	Artesanato
ES	520		Não aparece
MG	1236		
RJ	1343		Reciclagem
SP	813		87
Total	3912		
C. OESTE		178	Artesanato
DF	386		Não aparece
GO	737		
MS	340		Reciclagem
MT	747		Não aparece
Total	2210		
NORDESTE		586	Artesanato
AL	284		Não aparece
BAHIA	1611		
SE	1854		Reciclagem
MA	793		Não aparece
PB	670		
PE	1526		
PI	1472		
RN	817		
SE	471		
Total	9498		
NORTE		253	Artesanato
AC	543		(artefatos) = 50
AM	461		

AP	157		Reciclagem
PA	574		Não aparece
RO	293		
RR	126		
TO	502		
Total			

FONTE: SENAES, 2012

APÊNDICE C
RESUMO DAS COOPERATIVAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

COOPERATIVA	MEMBROS	RESÍDUOS	HIERARQUIA	INÍCIO	RENDA
Coopercentral Complexo de Transformação e Com de materiais recicláveis	12	Papelão Plástico Sucata de Metal Vidros Alumínio	Presidente Vice Conselheiro Fiscal Tesoureiro Secretário Fiscal	2004 Fome Zero Petrobrás Salão da Prefeitura Máquinas paradas Prensas	400 a 500,00 Unitrabalho
Coopercicla Associação de Agentes Ecol e Recicláveis	30	Papelão Plástico Sucata de Metal Vidros Alumínio	Presidente Tesoureiro Secretário Conselheiro Fiscal Cooperado	1998 Não há Equipamentos	Igreja Sta Izabel M Goretti 1,5 do mínimo 70 a 72 ton
Cooperacação	13	Papelão Plástico Sucata de Metal Vidros Alumínio	Presidente Tesoureiro Secretário Conselheiro Fiscal Cooperado	Prensas	Unitrabalho 400,00 10 a 15 ton

Coopernorte Cooperativa Norte de Maringá de Separadores e Separadoras Materiais Recicláveis de Serviços	17	Papelão Plástico Sucata de Metal Vidros Alumínio	Presidente Vice Conselheiro Fiscal Tesoureiro Secretário Fiscal		Menor que 400,00 15 ton
---	----	---	---	--	-----------------------------------

Fonte: elaborado pela pesquisadora (jan/2012)